CHARLES BETTELHEIM

A CHINA DEPOIS DE MAO

LEITURA DA POLITICA

edições 70

Os livros da colecção
LEITURA DA POLÍTICA visam
o estudo das ideias e das instituições
políticas, assim como da vida política
em geral. Nela cabem
igualmente as obras que se debruçam
sobre as transformações políticas
do mundo contemporâneo.

LEITURA DA POLÍTICA

1. O ESTADO EM DISCUSSÃO
de Etienne Balibar,
Nicos Poulantzas
e outros

2. A CHINA DEPOIS DE MAO
de Charles Bettelheim

A publicar

TEORIAS DO ESTADO
de Yves Leclercq

PARA COMPREENDER
O PENSAMENTO KARL MARX
de Henri Lefebvre

MANUSCRITOS ECONOMICO-FILOSÓFICOS
de Karl Marx

A CHINA DEPOIS DE MAO

edições 70

Título original: Questions sur la Chine après la mort de Mao Tsé-toung

© Librairie François Maspero, Paris 1978

Tradução de Clara Felgueiras

Capa de Alceu Saldanha Coutinho

Direitos reservados para todos os países de Língua Portuguesa

EDIÇÕES 70 — Av. Duque de Ávila, 69 r/c.-Esq. — 1000 LISBOA
Telefs. 55 68 98 / 57 20 01
Distribuidor no Brasil: LIVRARIA MARTINS FONTES
Rua Conselheiro Ramalho, 330-340 — São Paulo

CHARLES BETTELHEIM

A CHINA DEPOIS DE MAO

Logo a seguir à minha demissão da presidência da Associação de Amizade Franco-Chinesa, recebi numerosas cartas. Os autores dessas cartas aprovam-me ou, pelo contrário, espantam-se com a minha decisão. Entre essas cartas figura a de Neil Burton, um canadiano que vive em Pequim.

Neil Burton desejava que a sua carta fosse publicada. Escreveu para a Monthly Review, *que se prontificou a publicar a carta dele assim como uma resposta minha. É esta a origem do texto que se segue e que foi enviado à* Monthly Review *para ser publicado no seu número de Julho-Agosto de 1978.*

Pareceu-me lógico que esta troca de cartas aparecesse também em francês. Como o leitor verá, a minha carta a Neil Burton esforça-se por ser mais do que uma simples resposta, constituindo um primeiro esforço de reflexão sistemática sobre as transformações políticas que ocorreram na China a partir de Outubro de 1976 e sobre as condições que as antecederam.

Charles Bettelheim

Paris, 21 de Março de 1978

Tradução: *Clara Felgueiras*

A história da sociedade até aos nossos dias é a história da luta de classes.

K. Marx e F. Engels

Caro Neil Burton:

Foi com muito interesse que tomei conhecimento da sua carta de 1 de Outubro de 1977. Se não respondi mais cedo, foi porque me era materialmente impossível, tendo em conta os meus compromissos anteriores. Foi também por isso (e por razões de saúde) que não pude ir à China no ano passado.

Na sua carta, você diz que, se eu tivesse visitado de novo a China em 1977, não teria chegado às mesmas conclusões que exponho na minha carta de demissão da presidência da Associação de Amizade Franco-Chinesa. Não o creio de maneira alguma. Primeiro, porque os textos actualmente publicados na China constituem a expressão duma *linha política,* e foi a *existência desta linha* que me conduziu às conclusões a que cheguei. Segundo, porque, antes e depois da redacção desta carta, estive com muitos viajantes que voltavam da China: amigos da China, sinólogos, antigos estudantes ou professores estrangeiros que trabalharam na China, jornalistas, etc. Ora o que eles me disseram da sua experiência (até mesmo aqueles que aprovam a linha política actual) confirma aquilo que eu

tinha concluído. Bem entendido, nas páginas que se seguem, tenho em conta os textos recentes assim como as conversas que tive, depois da minha demissão, com as pessoas que desde então chegaram da China.

Estes diferentes elementos permitem-me, creio, compreender melhor o alcance do que se passou na China.

Mais do que retomar ponto por ponto os argumentos da minha carta do ano anterior, ou de responder também ponto por ponto ao que você me escreveu em 1 de Outubro de 1977, penso que é preferível expor a forma como analiso a presente situação e os acontecimentos de que é produto, porque as coisas são hoje mais claras: vê-se, principalmente, com mais nitidez *qual é a política que triunfa* a seguir à eliminação dos «quatro»(1), isto é, uma política burguesa e não uma política proletária.

Nas páginas que se seguem, tentarei também expor por que razões, na minha opinião, a situação evoluiu no sentido actual. Penso que procedendo assim responderei o melhor que posso à sua carta.

O fim da Revolução Cultural

A primeira questão a examinar é a da relação da actual situação com a Revolução Cultural.

Neste ponto, é preciso notar, em primeiro lugar, que a direcção do Partido Comunista Chinês proclamou já que a Revolução Cultural terminou. Esta proclamação corresponde certamente à realidade. Trata-se da verificação de uma transformação na relação das forças sociais e políticas que conduz a uma extrema limitação do movimento das massas populares e da liberdade de iniciativa e expressão que a Revolução Cultural devia permitir-lhes conquistar.

(1) Destinando-se esta carta a ser publicada, esclareço no texto ou com a ajuda de várias notas os pontos que não são forçosamente conhecidos de todos os leitores ou que podem não estar presentes nas suas memórias. Assim, recordo que os «quatro» pertenciam às mais altas instâncias do Partido Comunista Chinês: Wang Hong-wen foi vice-presidente do Partido desde Agosto de 1973; Tchang Tchuen-kiao foi membro do Comité Permanente da Comissão Política; Yao Wen-yuan e Kiang Tsing eram já membros da Comissão Política em 1969. Foram presos em Outubro de 1976, no momento do golpe de Estado de Hua Kuo-feng. Em Julho de 1977, os quatro foram excluídos do Partido «para toda a vida».

De facto, quando se analisa retrospectivamente o que se passou a partir de 1965-1966, pode dizer-se que esta transformação na correlação de forças começou a manifestar-se desde os primeiros meses de 1967 (quando foi criada e depois abandonada a forma política da Comuna de Xangai) (2) e que foi prosseguida depois com fluxos e refluxos. A proclamação do fim da Revolução Cultural é a consequência de um processo histórico de vários anos, dum processo de luta de classes que exigiria uma longa análise. Mesmo o modo como esta proclamação teve lugar leva a dois reparos.

Deve verificar-se que ela não está ajustada a qualquer balanço global e sistemático da Revolução Cultural. A ausência de um tal balanço significa que nenhuma linha de demarcação foi traçada pela nova direcção do P.C.C. entre as transformações positivas (do ponto de vista dos trabalhadores) que se produziram graças à Revolução Cultural e as transformações ou as práticas susceptíveis de efeitos negativos. *Foi assim aberta a porta a um repor em causa, de facto, daquilo que a Revolução Cultural trouxe.* Mesmo que, *verbalmente, se lhe rendam homenagens* e que se declare que haverá mais revoluções culturais. À falta de uma análise clara do passado, de uma análise tão radical quanto possível, é muito difícil encontrar uma orientação correcta no futuro.

A seguir, e paralelamente a esta proclamação, as medidas tomadas de há um ano para cá e os temas desenvolvidos nos discursos oficiais e na imprensa constituem, de facto, uma negação da Revolução Cultural. Um verdadeiro *salto para trás*. Estes dois aspectos da situação actual não são, evidentemente, devidos ao acaso. São, ao mesmo tempo, o produto de tendências profundas, o resultado de uma certa *correlação de forças entre as classes* e o resultado de uma *linha política* que se insere nesta correlação de forças e reage sobre ela.

Imagino que você está em desacordo com as formulações que acabo de expor. Vou, pois, desenvolver a minha argumentação. Esta argumentação só pode ser, evidentemente, parcial. Para que fosse de outro modo, era necessário fazer o que o P.C.C. não fez: proceder a um balanço global e sistemático da Revolução Cultural, lembrar os objectivos inicialmente proclamados, apreciar em que medida houve avanços e recuos e por que aconteceu assim. Um tal trabalho só poderia

(2) Voltarei a esta questão mais adiante.

ser feito por uma organização política ligada às massas. Exige também numerosos documentos e informações que não possuo (e que uma estada na China não me teria evidentemente permitido recolher, porque, em muitos pontos, trata-se de informações e de documentos considerados como devendo manter-se «secretos»).

Sendo assim, o que me proponho fazer é expor alguns aspectos do *salto para trás,* realizado nestes últimos meses, e depois perguntar-me quais as razões que o explicam. Contudo, é necessário, antes disto, relembrar uma parte das orientações proclamadas pela Revolução Cultural, sobretudo aquelas que representam uma nítida demarcação em relação às práticas anteriores, que — em certos momentos — se registaram mais ou menos na realidade chinesa e são hoje postas em causa.

O problema da democracia de massas

Quando se examina a Resolução em Dezasseis Pontos, adoptada em 8 de Agosto de 1966 pelo Comité Central do P.C.C., verifica-se que um dos objectivos fundamentais proclamados é o de favorecer o desenvolvimento duma luta política que permita às massas exprimirem-se livremente, sem se sujeitarem a coacções, mesmo quando se trata de expor opiniões minoritárias ou concepções consideradas «erradas» (ponto 6 da Resolução em Dezasseis Pontos). A actividade das massas deve poder tomar formas de organização múltiplas e levar à constituição de órgãos de poder nas fábricas, nas minas, nas empresas, nos bairros das cidades, nas aldeias, nos organismos do Estado e nos estabelecimentos de ensino. Toda esta actividade deve tender para um «sistema de eleição geral semelhante ao da Comuna de Paris». Os membros eleitos devem a todo o momento poder ser criticados por aqueles que os designaram e ser substituídos ou demitidos pelas massas (ponto 9). Esta orientação não é considerada provisória, porque se sublinha a sua «grande importância histórica».

Um princípio essencial é também relembrado (porque não tinha sido respeitado no período anterior), isto é, que «as massas devem libertar-se a si próprias», que «não se pode de nenhuma maneira agir em seu lugar» e que elas «se educam na acção» (ponto 4).

Segundo este princípio, o Partido só pode representar o seu papel não hesitando em favorecer o movimento de massas.

Os dirigentes do Partido, a todos os níveis, devem pois encorajar as massas a criticar as insuficiências e os erros do seu próprio trabalho (ponto 3). Ao mesmo tempo, recorda-se que é desejável que as críticas sejam feitas na unidade e visem mais a rectificar os erros do que a eliminar aqueles que os cometeram. Trata-se, finalmente, de unir «mais de 95 % das massas» (ponto 5).

Um dos objectivos proclamados é o de transformar a superstrutura, na qual a ideologia burguesa continua a ocupar um grande lugar; daí, em particular, a necessidade de «reformar o sistema de ensino, a literatura, a arte», etc. (pontos 1 e 10).

O laço que une a luta pela revolução e a luta pela produção é igualmente lembrado na Resolução em Dezasseis Pontos. Esta resolução sublinha a primazia a dar à primeira.

A partir de 1966 desenvolve-se um movimento caracterizado por fluxos e refluxos, que deveriam ser analisados para se compreender plenamente a situação actual. Mas, disse-o mais atrás, uma tal análise não pode ser feita actualmente em pormenor. Este movimento tem também prolongamentos ideológicos e teóricos. Conduz Mao Tsé-tung e os que são hoje vilipendiados pela direcção actual do P.C.C. a reconhecer na prática a diferença entre a transformação da propriedade jurídica das empresas e a transformação das relações de produção e distribuição. E daí uma série de fórmulas estabelecendo que podem existir empresas capitalistas que se mostram «sob uma insígnia socialista», que o sistema de salários existente na China não é muito diferente do capitalismo, que a burguesia existe no Partido, etc.

Ora, basta ler hoje a imprensa chinesa para verificar que, depois da morte de Mao Tsé-tung, as orientações da Revolução Cultural e os desenvolvimentos teóricos que a acompanharam são, cada vez mais abertamente, abandonados. A pretensa crítica dos «quatro» serve de pretexto a este abandono.

O salto para trás realizado a partir do fim de 1976

Como já escrevi mais atrás, o recuo em relação aos objectivos proclamados pela Revolução Cultural não data do fim de 1976. Esse recuo começou bem mais cedo, em ligação com os fluxos e refluxos da luta de classes. Contudo, o período que se abre com a morte de Mao Tsé-tung e a eliminação dos «quatro» é caracterizado pela amplitude do *salto para trás*

já realizado e pelo franco abandono duma série de análises desenvolvidas desde 1966. Este abandono é um renegar dos valores que a revolução chinesa trouxe ao marxismo, isto é, *uma negação do próprio marxismo.*

No que diz respeito aos refluxos anteriores à morte de Mao Tsé-tung, só procederei a alguns reparos.

Já mencionei o abandono da fórmula política da Comuna de Xangai. Esta fórmula foi substituída pela dos comités revolucionários, que entrou em funcionamento a partir de 1967. Mas os próprios comités enfraqueciam progressivamente. Este enfraquecimento reveste-se de múltiplos aspectos: o princípio da revogabilidade, pelas massas, dos membros dos comités revolucionários e da sua reeleição periódica é cada vez menos respeitado, a autoridade dos comités revolucionários é a pouco e pouco contida pela dos comités partidários correspondentes, e a confusão frequente das funções daqueles que pertencem aos dois comités tende a privar os comités revolucionários do seu papel de expressão democrática das aspirações e das iniciativas das massas que supostamente representam.

O mesmo processo de enfraquecimento afecta outros organismos saídos dos primeiros anos da Revolução Cultural. Assim, os grupos de gestão operária, de que falo no meu livro *Révolution Culturelle et Organisation Industrielle* (3), caem no esquecimento. Quando voltei à China, no Outono de 1975, só numa fábrica me falaram disso (depois de eu ter insistido em saber se tais grupos existiam, o que fiz nas várias fábricas que visitei), e o que me disseram deixou-me a impressão de que tais grupos só tinham uma existência fantasma. Aliás, dava a impressão que tinham desaparecido completamente.

Um enfraquecimento deste tipo representa um passo atrás em relação às exigências duma progressão para o socialismo, porque este pressupõe que os trabalhadores dominem, eles próprios, cada vez mais colectivamente, as suas condições de existência e de trabalho. Este passo atrás não se realiza «por si só». É uma consequência da luta de classes, do aumento da influência da burguesia que está presente nos aparelhos de Estado e do Partido, que tende a fortificar a sua autoridade, a «libertar-se» da autoridade das massas e a dispor assim de meios de produção que formalmente pertencem ao Estado.

---

(3) Maspero, 1973. Edição portuguesa: *A Revolução Cultural e a Organização Cultural na China,* Edições Maria da Fonte, Lisboa. (*N. do E.*)

Em 1976, contudo, esse recuo podia ainda ser considerado como consequência dum refluxo passageiro: a *Revolução Cultural permanecia na ordem do dia, continuando a fazer-se uma série de análises* que esclareciam (mesmo que não fosse sempre até ao fim) as exigências duma transformação revolucionária das relações de produção e das relações de classe. Hoje, é muito diferente, está-se na presença duma contra-ofensiva burguesa e revisionista que se desenvolve em todas as frentes: na frente das medidas práticas e das decisões concretas e na das posições ideológicas.

Os comités revolucionários das unidades de produção e o reforço da direcção única.

Esta contra-ofensiva visa, em particular, o que resta dos comités revolucionários ao *nível das unidades de produção.* Tem igualmente por objectivo *o reforço da direcção única e do papel exclusivo do comité do Partido,* as diferentes formas *de grupos de tripla união e o endurecimento dos regulamentos e da disciplina do trabalho.*

Uma das primeiras manifestações abertas da contra-ofensiva de que acabei de falar é o discurso pronunciado no dia 31 de Janeiro de 1977 por Pai Ju-ping, primeiro-secretário do comité do Partido no Chantong (transmitido por Rádio Tsinan em 1/2/1977). Entre os temas desenvolvidos nesse discurso — e que estiveram presentes depois em numerosas intervenções dos mais altos responsáveis —, encontra-se o da necessidade *de reforçar o papel dos comités do Partido no domínio económico, enquanto nada é dito sobre as tarefas dos comités revolucionários.* Esse discurso, como muitos outros textos, não diz uma palavra sobre a livre expressão de crítica dos trabalhadores. Pelo contrário, mostra-se contra as críticas que poderiam ser dirigidas aos comités do Partido. Insiste unilateralmente sobre a *obediência.* Se declara que é preciso «contar com a classe operária», *não é por causa do seu espírito de iniciativa* mas porque «*essa classe cumpre mais estritamente a disciplina e obedece às ordens*».

Como já o recordei anteriormente, essas mesmas ideias são cada vez mais desenvolvidas, Assim, a 6 de Abril de 1977, Rádio Pequim declara:

«Numa empresa socialista, a relação do Partido com as outras organizações é uma relação entre o guia e os discípulos.»

Aqui também já não se trata da iniciativa das massas, já não se trata de aprender com as massas. O detentor exclusivo da autoridade é o comité do Partido. Os trabalhadores só têm a possibilidade de se deixarem guiar.

O que favorecia a iniciativa das massas e o que podia restar das suas organizações é denunciado como correspondendo à «via do economismo, do sindicalismo, do anarquismo e do individualismo radical». O controlo exercido sobre os dirigentes é considerado como uma violação da disciplina, e os «quatro» são criticados precisamente por terem desenvolvido a ideia da contradição entre o proletariado e a burguesia no seio das fábricas, por terem falado da oposição entre a direcção e as massas(4).

Vê-se assim reaparecer uma tese que Mao Tsé-tung tinha, com justiça, denunciado: a da primazia da unidade sobre a contradição, tese que caracteriza a ideologia do partido soviético na época de Estaline.

A ideologia doravante desenvolvida tende *a manter os quadros e os técnicos acima dos trabalhadores* e a colocar estes últimos sob a autoridade dos *regulamentos* elaborados pelos primeiros.

O «despotismo» fabril

Assiste-se, com efeito, a uma contra-ofensiva maciça visando afastar tudo o que tinha sido dito e feito para se opor à existência de regulamentos opressivos nas fábricas (a que se chamava os «regulamentos irracionais»).

Hoje afirma-se que os regulamentos (que se reconhece, mas só de passagem, serem determinados pelas relações de produção) «reflectem as leis objectivas que orientam os processos complicados da produção moderna em grande escala». A classe operária deve pois aceitar os regulamentos, dado que estes reflectem as «leis objectivas».

E chamam Engels em seu socorro, citando uma formulação feita por ele numa polémica contra o anarquismo. Nesse texto, escrito em 1873 e intitulado *Da autoridade*, Engels escrevia:

«Se, pela ciência e o seu génio inventivo, o homem submeteu as forças da natureza, estas vingam-se dele submetendo-o,

(4) New China News Agency (daqui em diante N.C.N.A.), 21/5/1977.

pois que ele as usa, a um verdadeiro despotismo independente de toda a organização social. Querer abolir a autoridade na grande indústria é querer abolir a própria indústria, é destruir a fiação a vapor para voltar à roca.»(5)

Como justamente diz Harry Braverman(6), Engels deixa-se levar pela polémica falando dum «despotismo independente de toda a organização social» e utilizando a noção de «autoridade» de maneira a-histórica. Engels perde assim de vista tudo o que Marx escreveu sobre o *carácter socialmente determinado do «despotismo fabril»*(7). O uso que é feito deste texto de Engels mostra bem que se trata precisamente, hoje na China, de *reforçar o despotismo fabril* em nome de «leis» trans-históricas. Com efeito, não se está aqui em presença de simples «considerações teóricas», mas duma tentativa que visava justificar o reforço de práticas repressivas em relação aos trabalhadores. Doravante e cada vez mais, espera-se que o desenvolvimento da produção, do rendimento e da qualidade dos produtos, venha, antes de tudo, não do desenvolvimento, da iniciativa, da organização e da consciência dos trabalhadores, mas da *aplicação de regulamentos rigorosos*. Assim, em 14 de Agosto de 1977, foi dito na Rádio Pequim:

«As regras e os regulamentos não devem ser nunca eliminados. Mais, com o desenvolvimento da produção e das técnicas, as regras e os regulamentos devem tornar-se mais rigorosos, e as pessoas devem segui-los à letra.» E ainda, comentando esta última frase, acrescenta: «É uma lei natural (!). À medida que a produção se desenvolve, devemos estabelecer regras e regulamentos mais rigorosos e mais racionais.»

Perspectiva entusiasmante!

A «crítica dos quatro» é, entre outras, um pretexto para defender regulamentos mais rigorosos. Já em 1976, Yao Wen-yuan criticava a ideia de regulamentos cada vez mais severos. Escrevia ele: «Até onde irá esta severidade? Devemos instituir o modo de produção capitalista que até conta o tempo gasto pelos operários nos lavabos?»

(5) Cf. Marx e Engels, *Oeuvres Choisies*, em 3 volumes, tomo II, Moscovo, 1967, pp. 396-397.

(6) Cf. H. Braverman, *Travail et Capitalisme Monopoliste*, Maspero, 1976, p. 22, nota 1.

(7) Falando da disciplina imposta aos operários na fábrica capitalista, Marx escreveu que ela «se torna supérflua num sistema social em que os operários trabalham por sua conta». (Cf. *Le Capital*, E. S., tomo VI, 1957, p. 102).

Doravante, já não se hesita em fazer o elogio de «certas regras e de certos regulamentos burgueses» e de «certos aspectos da gestão das empresas capitalistas», em relação aos quais até se afirma que «são um balanço da experiência dos operários e por isso são científicos» (8).

O pretexto para o endurecimento a que Marx chama o «despotismo fabril» é, por um lado, a situação pretensamente má em que se encontraria a economia chinesa «devido à actividade dos quatro» e, por outro lado, as «exigências» das «quatro modernizações» (industrial, agrícola, militar, científica e técnica). Voltarei a estas questões mais adiante e falarei sobre o seu significado. Para já, quero sobretudo sublinhar que, em nome destas mesmas exigências, são desencadeadas «*campanhas de emulação*» sobre as quais é necessário dizer algumas palavras.

As campanhas de emulação

Direi, primeiro, que a experiência soviética dos anos 30 e a da China no período anterior à Revolução Cultural mostraram que *desde o momento em que a emulação deixa de ser o resultado dum autêntico movimento de massas* e passa a ser uma «*campanha*» *organizada de cima,* perde todo o carácter «socialista» Torna-se um meio para os quadros e os técnicos fazerem pressão sobre os trabalhadores, com o fim de aumentarem a intensidade e a produtividade do trabalho. Uma tal campanha só serve para despojar os trabalhadores de toda a fiscalização das suas condições de trabalho, expropriando-os e explorando-os ainda mais. Durante a Revolução Cultural, não se recorreu a isso(9).

É, aparentemente, a partir de Março de 1977 que se desenvolvem de novo na China «campanhas de emulação». Isto acontece depois da Conferência Nacional sobre os Caminhos-de-Ferro. Nesta ocasião, foi, com efeito, declarado (10):

«A experiência de realização da grande ordem e de melhoria rápida do trabalho nos caminhos-de-ferro é válida para todos os outros departamentos e frentes.» O *Renmin Ribao* de 10 de Março lança também um apelo às campanhas de emulação. Em 22 de Março de 1977, esse mesmo jornal precisa que as campanhas de emulação têm por fim estabelecer a «grande ordem» e obter «resultados rápidos», fazer crescer o mais depressa possível a produtividade e o rendimento, aumentando a disciplina no trabalho.

O verdadeiro carácter *centralizado e organizado de cima* destas campanhas aparece bem vincado num ofício de 7 de Janeiro de 1978 da Agência Nova China, no qual se pode ler que tendo em vista uma «expansão acelerada da produção de carvão, o Ministério da Indústria Hulheira (...) organizou recentemente 125 minas do país num movimento de emulação de cem dias, a partir do dia 1 de Janeiro».

O ofício determina que o ministério *exija* das minas participantes que «mobilizem sem reserva as massas e ponham a funcionar uma *poderosa rede de comando,* medida que visa realizar, durante 100 dias, sem parar, as tarefas de extracção, no que respeita à quantidade, à qualidade, ao consumo, ao preço do custo e as outras normas de produção». As minas são convidadas a bater o *record* de todos os períodos correspondentes.

Não seria possível dizer mais claramente que esta «campanha de emulação» é destinada a submeter os trabalhadores a uma «rede de comando» e a obrigá-los a cumprir não só as normas (fixadas pelas autoridades) mas também a bater os *records* de produção.

Tais campanhas nada têm a ver com uma autêntica emulação socialista. Inserem-se, aliás, em toda uma orientação política que repõe no posto de comando a economia, a produção e o lucro. Em relação às posições de princípio do período da Revolução Cultural, trata-se duma viragem de 180 graus. Ao nível das formulações, nada exprime melhor tal viragem do que esta frase duma emissão de Rádio Pequim: «que a política sirva a economia» (27/11/1977).

O lucro, a acumulação e a concentração do poder de direcção no seio das empresas

O alcance duma formulação deste tipo é mostrado por uma série de textos e de declarações que aparecem a partir dos finais de 1976, pondo todos a tónica no papel do lucro.

(8) Cf. *A Propósito do Programa Geral das Actividades do Partido e do Estado,* texto redigido sob a direcção de Teng Hsiao-ping.

(9) No fim dos anos 60 e no princípio dos anos 70, existiu sempre um «*movimento de emulação*» no interior de numerosas fábricas. Mas este movimento não tomou a forma duma verdadeira campanha, e a pressão exercida de cima não tinha o mesmo papel que teve depois de 1977.

(10) N.C.N.A., 12/3/1977.

Assim, o n.º 8 de 1977 do *Hoggi* insiste antes de tudo na ideia de que as empresas devem aumentar os seus lucros e acumular a partir de agora fundos para o Estado. Chega a declarar:

«Gerir uma fábrica em nome do lucro ou em nome da revolução eis uma questão estranha.»

Como se não estivesse aí a origem concreta duma contradição, e não fosse necessário definir o aspecto principal desta contradição.

Este artigo do *Hongqi* afirma também:

«Quanto mais uma empresa socialista atinge o lucro desta maneira [aumentando a produção, praticando uma economia severa, elevando a produtividade do trabalho e reduzindo os custos], mais ela cria riqueza para o socialismo.»

Supõe-se assim que o emprego que se faz dos fundos de acumulação é automaticamente útil ao socialismo. E sobretudo não se concebe que, na luta para o desenvolvimento do lucro (na qual as iniciativas operárias, o papel da gestão operária e das inovações das massas já não são praticamente evocadas), o papel dirigente da classe operária possa ser finalmente negado. Ora, quando este papel dirigente desaparece, a tese segundo a qual «conseguir mais lucro é criar mais riqueza para o socialismo» transforma-se numa tese vazia de sentido. É aliás, o que os revisionistas soviéticos repetem ao longo dos anos.

O editorial do *Renmin Ribao* de 27 de Agosto de 1977 tenta, sem dizê-lo, «desembaraçar-se» deste problema. Fá-lo (mas como poderia ser de outro modo?) de forma confusa. Evoca uma *«essência» socialista* das empresas chinesas e do lucro que elas conseguem. Escreve, por exemplo:

«É uma gloriosa responsabilidade para as empresas socialistas trabalhar duramente a fim de aumentar a acumulação para o Estado e conseguir maiores lucros. Nas condições socialistas, o que uma empresa ganha é, na essência, diferente do lucro capitalista. Os ganhos de uma empresa socialista são uma manifestação do esforço consciente dos operários para criar riquezas materiais, fornecer fundos para o consumo e acumular o capital para construir o socialismo. É inteiramente diferente da exploração capitalista da mais-valia dos operários (...). Melhorar a gestão das empresas e aumentar os ganhos [por um lado] e a ideia [revisionista] de pôr o lucro no posto de comando [por outro lado] são dois conceitos inteiramente diferentes.»

Um texto assim é estritamente equivalente aos textos dos economistas soviéticos que falam, também, de «lucro socialista», mas não basta juntar o qualificativo «socialista» a uma categoria económica para determinar a *natureza social* da realidade designada. Esta depende das *condições sociais em que o processo de produção se desenrola*. Numerosos textos do período da Revolução Cultural abordaram esta questão (mesmo se nem sempre o fizeram de modo muito claro) e disseram que não se pode confundir a propriedade do Estado e o carácter socialista das empresas, e que não existe uma «essência» socialista destas últimas, «essência» independente das relações de produção, das formas da divisão do trabalho e da gestão.

Mas, justamente, toda a ideologia actual procura negar o que foi afirmado durante a Revolução Cultural. Trata-se de glorificar o lucro *para apelar ao «trabalho duro», a ser disciplinado e a «obedecer às ordens e aos regulamentos»*, portanto, para reduzir a intervenção política dos operários. Assim, o editorial de 9 de Novembro de 1977 do *Renmin Ribao* fala das «perdas de natureza política» sofridas pelas empresas, as quais, segundo diz, devem «ser reduzidas ao mínimo».

Isto corresponde bem à orientação que retira a iniciativa técnica e a gestão das empresas das mãos dos trabalhadores, dos comités revolucionários e dos grupos de gestão (como aliás as diferentes organizações de tripla união de que quase já não se fala), para as concentrar nas mãos dos «dois principais dirigentes das empresas». É bem claro que é esta a linha actual, como se vê, por exemplo, no discurso de Yu Tsieou-li em Taking e numa emissão de 18 de Outubro de 1977 da Rádio Pequim, que insiste no princípio segundo o qual «os dois principais dirigentes duma empresa devem velar pessoalmente pelos problemas referentes à acumulação-lucro».

Sejam quais forem as frases inseridas para lembrar, ritualmente, que na gestão das empresas é necessário «continuar a tomar por eixo a luta de classes», é claro que *agora o lucro é que está no centro das preocupações*.

A importância central concedida ao lucro tem múltiplos significados.

Por um lado, o acento posto no lucro é utilizado para reforçar a autoridade hierárquica, para endurecer os regulamentos e afastar a intervenção dos trabalhadores na gestão.

Por outro lado, a insistência com que se fala do lucro nas empresas acompanha uma viragem ideológica. Hoje, praticamente já não se menciona a distinção entre o «lucro da empresa»

(isto é, o lucro financeiro, a manifestação local da valorização do capital) e o «lucro social», cuja importância foi sublinhada no final dos anos 60 e no princípio dos anos 70. Assim, a partir de então, as empresas que não tiverem lucros já não poderão ser escolhidas como «empresa do tipo Taking», o que significa que não mais poderão ser tomadas como exemplo(11).

O papel atribuído ao lucro está evidentemente ligado também ao *tipo de industrialização* que prevalece, isto em nome da «modernização» da indústria (voltarei mais adiante a esta questão). Em todo o caso, a experiência histórica e a teoria ensinam que, pondo deste modo a tónica sobre o lucro da empresa, só se conseguem agravar as desigualdades regionais e levantar obstáculos ao desenvolvimento das indústrias locais e da pequena e média indústria. Ora, este desenvolvimento caracterizou até agora o modo de industrialização da China (sobretudo a partir de 1958) e trouxe-lhe êxitos notáveis.

Bem entendido, não sou daqueles que pensam que a orientação que prevalece hoje em dia neste campo seja devida essencialmente a «erros». Mais exactamente, mesmo se se pode falar de «erros», é preciso ver que eles são o resultado de um *ponto de vista de classe,* da tendência para consolidar as relações capitalistas, as formas capitalistas da divisão do trabalho, da organização da produção e da gestão; actualmente, prevalece a tendência para privilegiar o papel dos quadros, dos técnicos e aos intelectuais.

A luta contra o «igualitarismo» no sector dos salários

Encontra-se a mesma orientação de classe no que é dito e feito no respeitante aos salários. Aqui, o aspecto dominante da orientação actual é a luta contra o pretendido «igualitarismo» e a favor de uma *diferenciação* dos salários.

(11) No início dos anos 70, defendeu-se muitas vezes o ponto de vista do «benefício social». Este ponto de vista permite tolerar, em certa medida, as «perdas financeiras» de algumas empresas, em particular quando estas perdas estão ligadas a medidas favoráveis à população, por exemplo, sob a forma de luta contra a poluição. Ao exigir absolutamente que cada unidade de produção obtenha lucro, já não se trata de ter em consideração as diversas formas de «benefício social» resultante do funcionamento desta ou daquela unidade de produção.

Assim, num artigo do *Guangning Ribao* de Novembro de 1977, chega-se a afirmar: «O igualitarismo é ainda o maior problema na China» (é o título do artigo). Esta afirmação está em contradição com a advertência formulada em Fevereiro de 1975 por Mao Tsé-tung: «Antes da libertação, era mais ou menos como no capitalismo. Agora, ainda se pratica o sistema de salários de 8 níveis, a repartição conforme o trabalho, a troca por intermédio do dinheiro, e tudo isto em nada difere da antiga sociedade.»

Uma das razões pelas quais a tónica é posta a partir de agora na luta contra o igualitarismo é que se trata de recorrer de novo (neste momento ainda como uma certa prudência, porque a classe operária chinesa está consciente das implicações de tal orientação) aos «estímulos materiais». Praticamente, num certo número de casos, sob a forma do retorno ao salário por peça (enquanto durante a Revolução Cultural o salário horário substituiu o salário por peça); noutros casos, menos numerosos, sob o aspecto de prémios mais ou menos elevados. Tudo isto é feito em nome da aceleração do crescimento das forças produtivas e do aumento da produtividade do trabalho, por conseguinte, em nome dos argumentos economicistas e produtivistas.

Um artigo é particularmente significativo, o de Chao Lu-Kuan (12), que, partindo do princípio «A cada um conforme o seu trabalho», esforça-se — sempre com muita prudência — por preconizar o salário por peça (não diz evidentemente nada sobre a observação de Marx: «o salário por peça é a forma de salário mais conveniente ao modo de produção capitalista (13)») e «a utilização das recompensas materiais necessária como forma suplementar».

Este artigo e muitos outros que apareceram depois de 1977 fazem cada vez mais do *interesse individual* o motor da luta em prol da produção. Este interesse substitui o papel desempenhado pela consciência de trabalhar para a satisfação das necessidades do povo e para a edificação do socialismo, papel que era posto em evidência durante a Revolução Cultural.

Esta substituição corresponde aos interesses da burguesia no seio do Partido. Só pode *dividir a classe operária* ao desenvolver desigualdades crescentes entre os trabalhadores. Voltar

(12) N.C.N.A., 22/11/1977.
(13) Cf. K. Marx, *Le Capital,* Éditions Sociales, t. II, 1969, p. 227.

aos salários por peça e aos estímulos materiais, depois de ter praticado durante anos o salário horário e depois de ter renunciado desde há muito tempo aos estímulos materiais, é um *imenso passo atrás*. Este passo atrás favorece os dirigentes das empresas e os técnicos, tende a consolidar a burguesia de Estado, a que ocupa os postos de direcção no aparelho económico, nos aparelhos administrativos e no Partido. Tal é o *conteúdo de classe* desta nova orientação, sejam quais forem os pretextos invocados pelos seus defensores.

As novas directrizes da política agrícola

Desde os finais de 1976 vemos desenvolverem-se novas directrizes para as questões agrícolas. Fundamentalmente, estas directrizes reduzem as iniciativas das massas camponesas e subordinam-nas cada vez mais a uma direcção muito centralizada, sobre a qual os trabalhadores não exercem nenhum verdadeiro controlo. Tais directrizes tendem a impor às comunas populares normas de trabalho elaboradas no exterior e a promover transformações técnicas que partem também, essencialmente, de organismos situados longe dos produtores imediatos.

O conteúdo de classe destas novas directrizes é claro. Por um lado, trata-se de favorecer o desenvolvimento de um processo de produção que subordina, o mais possível, as massas camponesas ao domínio dos quadros locais e centrais, portanto, ao domínio duma burguesia de tipo novo. Por outro lado, (mas isto está ligado àquilo), trata-se de criar condições que permitam extrair do campesinato o máximo de trabalho excedente para que pague o tributo mais elevado possível às «quatro modernizações», sendo estas indispensáveis à consolidação do poder da burguesia de Estado.

Se o conteúdo de classe das novas directrizes da política agrícola é claro, não o é menos o facto de estas directrizes se basearem em problemas reais, cuja importância foi subestimada no decurso dos anos anteriores.

Estes problemas dizem respeito, em primeiro lugar, à produção: depois de ter progredido de forma notável durante mais ou menos dez anos, a produção agrícola parece ter atingido um certo limiar, que lhe é indispensável transpor para fazer face às necessidades alimentares duma população em crescimento[14]. Estes problemas dizem respeito também à consolidação das relações de produção existentes e às transformações do processo de trabalho e de produção, incluindo as transformações técnicas[14bis]. Dependem igualmente da superstrutura, da ideologia e da política. Está fora de questão nesta carta passá-los todos em revista, e ainda menos pretender que possam ser resolvidos de forma simples. Só é possível examinarmos algumas «soluções» que são propostas hoje e interrogarmo-nos sobre o seu alcance e o seu significado de classe.

Duas formas com tendência para a decomposição das estruturas da produção colectiva são frequentemente mencionadas, desde os finais de 1976 (mas está bem claro que os mesmos fenómenos existiam antes; aliás, tinham sido mencionados nos diversos *dazibao*, principalmente no Sul da China).

Uma destas formas é a extensão das parcelas de terra individuais e da extensão das actividades familiares anexas.

---

(14) As estimativas relativas ao volume da produção agrícola, particularmente à (decisiva) de «cereais», são pouco numerosas e só podem ser citadas com reservas. O último número relativo à produção, mencionado por fonte chinesa a visitantes ocidentais é, que eu saiba, o da colheita de 1974, e eleva-se a 274,9 milhões de toneladas. Trata-se de um número *record* (que inclui, aliás, a colheita de tubérculos e provavelmente a de grãos de soja — não se sabe se a tonelagem respeitante ao arroz está calculada para o arroz descascado ou não descascado). Em 1975, os especialistas estrangeiros — que se apoiam principalmente nas declarações das autoridades provinciais — avaliam a colheita em 280 ou 290 milhões de toneladas. As declarações oficiais parecem indicar que a colheita de 1977 se situa ao mesmo nível. Trata-se, nestes dois anos, de um crescimento que corresponde, na melhor das hipóteses, ao da população. Não restam dúvidas de que, entre 1970 e 1975, a produção de cereais aumentou 47 milhões de toneladas, ou seja, mais de 19 %, o que é um resultado notável. Verifica-se, por outro lado, que os contratos chineses de importação de cereais atingem em 1977 o número *record* de 11 milhões de toneladas, contra 5 milhões em 1975 e 2 milhões em 1976 (estes números são citados pelo *Le Monde* de 10/1/1977, *The China Quarterly* de Junho de 1976, pp. 817-821 e pelo *Est-Ouest*, n.º 4 de 1977, p. 112).

Àqueles que afirmam que os anos de 1965 a 1977 teriam sido caracterizados por uma atitude de indiferença em relação à produção, não é inútil lembrar que o total das superfícies agrícolas irrigadas na China passou de 35 milhões de hectares em 1964 para mais ou menos 55 milhões de hectares em 1977, ou seja, um crescimento de 20 milhões de hectares (em 1952, as superfícies irrigadas elevavam-se a 21 milhões de hectares) — Cf. Dwight H. Perkins, Contraints Influencing China's Agriculture Performances in *China: a Reassessment of the Economy*, G.P.O, Washington, 1975, p. 28 e *Est-Ouest*, art. citado, p. 82.

(14bis) Demonstro mais adiante como estes problemas técnicos são postos antes de tudo em termos de «mecanização da agricultura», e as razões sociais e políticas pelas quais é assim.

A partir de Dezembro de 1976, a existência deste problema é mencionada, por exemplo, numa emissão (de 13 de Dezembro) da Rádio Nanquim.

Uma outra forma da tendência para a decomposição do trabalho colectivo (que parece ameaçar grandemente a produção agrícola colectiva, ao ser frequentemente mencionado) é a inserção crescente de forças do trabalho rural nas actividades extra-agrícolas, assim como os movimentos incontrolados das forças de trabalho. Estes fenómenos são denunciados, por exemplo, num relatório intitulado *Reforçar a Linha da Produção Agrícola,* difundido pelo N.C.N.A. de 2/9/1977. Este texto indica que certas unidades de produção colectivas ou estatais empregam mão-de-obra vinda doutras comunas ou brigadas. Indica também que, em certas comunas ou brigadas, os trabalhadores empenham-se em actividades paralelas à produção agrícola e que estas comunas ou brigadas mantêm um pessoal improdutivo demasiado numeroso.

A seguir à publicação deste relatório, as rádios provinciais assinalam a formação de grupos de inquérito pelos comités do Partido. Uma das tarefas destes grupos é a de conseguir que os trabalhadores temporários ou contratados que já não se encontram na sua comuna voltem ao campo.

Estamos certamente em presença de fenómenos sérios, que contribuem para ameaçar a continuidade e, mais ainda, o crescimento da produção agrícola. Não tenho conhecimento de nenhuma análise de fundo com o fim de explicar estes fenómenos e de tirar conclusões. Por outro lado, desde os finais de 1976, sabe-se que se multiplicam as medidas concretas de toda a espécie sobre as quais quero dizer agora algumas palavras. Como já o afirmei anteriormente, parecem-me ter um nítido significado de classe, embora sejam (ou possam parecer), em parte contraditórias entre si.

Uma primeira série de medidas visa reduzir a extensão das parcelas individuais, na medida em que estas ultrapassam a percentagem regularmente prevista. Isto é uma medida de consolidação da economia das comunas populares indispensável ao crescimento da produção colectiva, mas que pode também corresponder tanto a uma orientação revolucionária como a uma orientação revisionista: nas condições actuais, esta última também deve poder apoiar-se sobre uma produção agrícola colectiva suficiente para sustentar o seu programa de «modernização».

Outras medidas (citadas a partir de 20 de Dezembro de 1976 por Rádio Pequim) visam limitar certas «produções anexas» colectivas, o que parece ameaçar a industrialização rural. Esta foi desenvolvida em grande escala depois do Grande Salto em Frente da Revolução Cultural. É indispensável prossegui-la, em particular para combater a contradição cidade/campo, para assegurar um desenvolvimento socialista das forças produtivas e satisfazer as necessidades imediatas das massas.

Claro, a limitação das produções anexas colectivas pode *parecer* imposta pelos «problemas de mão-de-obra», mas esta limitação corresponde fundamentalmente a uma concepção revisionista: à vontade dos dirigentes da indústria centralizada de ter a direcção sobre toda a produção industrial. Do mesmo modo, não se pode considerar que ela visa, unicamente ou mesmo principalmente, deixar mais tempo as forças de trabalho à disposição da agricultura colectiva.

E pode-se ainda menos na medida em que são encorajadas as actividades subsidiárias familiares ou individuais, e que os mercados rurais são de novo protegidos. É-me difícil julgar se se trata aqui de uma espécie de «concessão» feita aos camponeses (com o fim de lhes permitir o aumento dos seus rendimentos) ou se o fim em vista é obter assim certas produções suplementares que parece impossível obter actualmente de outro modo. Em todo o caso, a orientação favorável às produções subsidiárias familiares e individuais é muito nítida. Ela é confirmada pela Conferência Nacional realizada no Outono de 1977. Esta declara que deve ser dada muita importância a estas produções, que constituem, diz-se, «um complemento essencial da economia socialista». Acrescenta-se que não devem ser criticadas como representando uma «forma de capitalismo», porque uma crítica dessas seria própria duma «linha revisionista»(15).

Mais significativo ainda parece-me ser o modo como a linha política actual procura resolver os problemas postos pela «falta de forças de trabalho» de que sofre a agricultura chinesa.

Com efeito, o aspecto dominante desta linha é o recurso a medidas autoritárias impostas «de cima» ao campesinato. Este recurso faz-se em nome da palavra de ordem «emprego racional da força de trabalho rural». Assim, em 23 de Novembro de 1976, Rádio Haikow (Hainam) declara que é neces-

(15) N.C.N.A. de 13/10/1977.

sário «aprender a organizar a força do trabalho» e pede que a equipa de produção se submeta ao «*comando unificado* da brigada e da comuna». Foi igualmente dito que a força de trabalho deve ser *enviada* para onde a produção pode ser desenvolvida mais eficazmente e onde é possível obter melhores resultados.

Não duvido de que o «objectivo económico» visado seja desejável. Pelo contrário, duvido muito seriamente do carácter «socialista» e da eficácia dos métodos propostos.

Com efeito, as medidas preconizadas levam a tratar os camponeses como forças de trabalho que um comando unificado envia para onde ela pensa que a sua intervenção será mais útil. Isto é uma forma de organização capitalista e não socialista do trabalho, uma forma de organização à qual os camponeses só podem resistir. Há muito tempo que as coisas foram «organizadas» desta maneira nos *kolkhozes* soviéticos, e toda a gente sabe o resultado que isso deu!

Sabe-se, também, a que falhanços conduziram as tentativas de considerar a luta pelo desenvolvimento da produção agrícola como «batalhas» que deviam ser dirigidas mais ou menos centralizadamente por «estados-maiores». Ora numerosas declarações recentes mostram que tais medidas pseudo-militares são consideradas válidas pela direcção actual do P.C.C. Com efeito, tomar medidas desta natureza significa que *não se tem confiança nos camponeses*.

Esta falta de confiança só pode ser mantida pela maneira como os camponeses reagem necessariamente, e com todo o direito, a medidas que tendem a transformá-los numa força de trabalho chamada a «manobrar» sob as ordens dum «*comando unificado*». Como se os camponeses chineses não soubessem eles próprios como produzir e como organizar-se para aumentar a produção!

A tendência para organizar de cima e de modo autoritário o trabalho dos camponeses leva a consequências fatais. A nova direcção prepara-se para fazer face a isso com uma série de medidas anunciadas no relatório difundido pelo N.C.N.A. de 2 de Setembro de 1977.

De imediato, estas medidas consistem em endurecer a disciplina do trabalho, em estabelecer um sistema de normas de trabalho e fixar remunerações ligadas a estas normas. O relatório declara explicitamente que é preciso reforçar *a disciplina do trabalho, registar a presença do trabalho, reforçar o sistema de responsabilidade,* melhorar a organização do trabalho, estabelecer

métodos de remuneração «simples» (ligados às tarefas cumpridas), organizar a *emulação* e proceder regularmente à *avaliação do trabalho* dos indivíduos e das unidades.

Já no decurso do Verão de 1977, certos distritos comprometeram-se nesta via. Em 16 de Junho de 1977, Rádio Kanshow cita como exemplo o distrito de Hoshui (província de Kansu) que estabeleceu um «bom registo do trabalho» e aplica um *sistema de normas de trabalho* combinado com um *sistema de inspecção*. Trata-se de uma viragem completa em relação à orientação seguida depois da Revolução Cultural, durante a qual, pelo contrário, não se praticava senão excepcionalmente um sistema de normas fixadas, enquanto predominava um sistema de *auto-avaliação*.

A experiência soviética demonstrou amplamente que os sistemas de fixação de normas e de controlo do trabalho dos camponeses só dão resultados medíocres, para não dizer irrisórios.

A mecanização «acelerada» da agricultura

A maneira como a direcção do P.C.C. decidiu *acelerar a mecanização agrícola* faz realçar bem que essa direcção está longe de pensar que os métodos de organização do trabalho que preconiza (mas aos quais se lhe torna, porém, necessário recorrer, sempre que não tem confiança nos camponeses) resolverão os problemas da produção agrícola.

Com efeito, uma coisa é a decisão justa e necessária do empenhamento na via da mecanização agrícola. Outra é *lançar-se nela prematuramente*, como o faz actualmente o P.C.C., quando declara que é necessário que seja realizada, «no essencial», em 1980. Uma tal *precipitação* conduz necessariamente a *dissabores*, mas sem dúvida que é imposta pelas contradições sociais, porque as «exigências técnicas» imporiam — pelo contrário — avançar passo a passo e com método(16).

---

(16) Existem evidentemente — neste ponto como noutros — contradições no seio da direcção do P.C.C. Também é sintomático que, em 25/12/1977, a Agência Nova China tenha difundido a carta de Mao Tsé-tung sobre a mecanização agrícola, datada de 12 de Março de 1966, carta que é favorável à mecanização, mas põe em guarda contra as ilusões que se podem ter quanto aos seus efeitos e contra a tendência de se querer andar demasiado depressa. Nessa carta, Mao Tsé-tung lembrava que «seria inadmissível meter impulsiva-

A precipitação e as contradições sociais de que esta é produto, assim como a vontade de submeter o campesinato a um comando unificado, parecem conduzir a renunciar à justa medida, aceite até aqui, que consistia em realizar principalmente a mecanização na *base de cada brigada e de cada comuna* apoiando-se estas, antes do mais, nas suas próprias forças.

Numerosas declarações fazem crer que o material agrícola é centralizado em oficinas que abrangem várias brigadas e comunas (o que lembra as estações de máquinas e tractores soviéticas, estabelecidas em condições de pressa análogas, pelas mesmas razões, e que deram os resultados enganadores que se sabe). Estas oficinas centrais seriam estabelecidas sob a direcção do comité regional do Partido. Com efeito, a orientação é, visivelmente (e isto está dentro da lógica da política actual), no sentido das «grandes batalhas agrícolas» dirigidas pelas autoridades provinciais, dispondo estas de centros de máquinas e agindo através do canal das circunscrições territoriais e das municipalidades. Este dispositivo seria colocado sob o comando do Partido. Os comités do Partido são chamados, para este fim, a formar «grupos dirigentes para a mecanização agrícola».

A centralização assim preconizada tende a retirar às comunas populares e às brigadas o papel que era o seu na produção dum pequeno material mecânico adaptado às suas necessidades. Esta centralização e a pressa com que é conduzida uma operação tão séria e difícil como a mecanização agrícola fazem aparecer, desde logo, uma série de dificuldades. Aquela de que se fala mais, e é bem conhecida na União Soviética, é a do abastecimento de *peças sobressalentes* à agricultura.

A propósito disto, convém determo-nos um pouco sobre três cartas de leitores publicadas pelo *Renmin Ribao* de 7/1/1978 (artigo difundido pela Nova China, no mesmo dia). Uma destas cartas é dirigida por um «quadro» da comuna popular de Sietuen (distrito de Cheuhsien, província de Anhuei) à fábrica de tractores Oriente Vermelho de Luoyang. A carta critica esta fábrica por não ter resolvido correctamente o problema das *peças sobresselentes*. Com efeito, a comuna popular de Sietuen não conseguiu encontrar em lado nenhum as peças de que tinha necessidade (isto durante o Inverno de 1976). Depois de se ter dirigido, por escrito e sem resultado, à fábrica de tractores, a comuna popular decidiu enviar a esta última uma delegação de vários dos seus membros, que não foram recebidos. Só depois de uma carta ter sido enviada à fábrica Oriente Vermelho, por intermédio do *Renmin Ribao*, é que a fábrica «reconsiderou a sua atitude» e fez a sua «autocrítica», declarando que estas insuficiências eram «devidas principalmente à sabotagem desenfreada da mecanização agrícola pelo "bando dos quatro"(17).

A direcção da fábrica declara que está determinada a «sanear os regulamentos do trabalho».

A carta da comuna popular de Sietuen ao *Renmin Ribao* indica que, a seguir a esta «autocrítica», a fábrica enviou vários técnicos à comuna popular; estes examinaram o tractor e trouxeram dois tractoristas da comuna à fábrica, para que pudessem comprar as peças sobresselentes necessárias (18).

Se falo tanto deste assunto, — que poderia parecer uma anedota, é porque ele me parece altamente significativo, sob vários aspectos:

1. Revela que, depois do Inverno de 1976, quando a mecanização agrícola estava pouco avançada, era difícil a uma comuna popular encontrar peças sobresselentes para os seus tractores.
2. Surge-nos uma situação análoga à que a União Soviética conhece, desde há mais de quarenta anos.
3. Deixa prever os graves riscos que pesarão sobre a agricultura chinesa, quando for mecanizada, se as fábricas con-

mente mãos à obra» e também: «a agricultura soviética não está praticamente mecanizada? Por que está ainda numa situação difícil? Devemos reflectir bem nisso».

(17) Esta «explicação» da atitude da fábrica lembra, de forma inquietante, as respostas estereotipadas que eram dadas, durante os anos trinta, na União Soviética, àqueles que se lamentavam do mau funcionamento da economia: falha de *stocks*, baixa de qualidade da produção, etc. Tudo isto era imputado à «sabotagem trotskista», mas quarenta anos depois da «liquidação dos trotskistas», voltam a reproduzir-se os mesmos fenómenos.

Casualmente, vale a pena observar que a comuna de Sietuen opõe, à atitude da fábrica Oriente Vermelho, a duma fábrica de máquinas de coser que fornece imediatamente as peças pedidas. Ora, curiosamente, trata-se da fábrica de máquinas de coser n.º 1 de Xangai, onde precisamente o pretenso «bando dos quatro», dizia-se, «causava danos»!

(18) Notar-se-á o modo como um tal incidente proporciona a possibilidade de os quadros e os técnicos da comuna e da fábrica terem viagens pagas pelos organismos respectivos, de não trabalharem durante vários dias, quando precisamente se insiste intensamente nos esforços cada vez maiores que devem fazer os operários e os camponeses. Isto esclarece o modo como evoluem as relações de classe.

tinuarem a «regularizar» os problemas de abastecimento de peças sobresselentes como foi feito neste caso.

4. Mostra que o fundo destes problemas não foi abordado, fugindo a isso a direcção da fábrica com uma pirueta: atribui as suas insuficiências à influência do «bando dos quatro» e aproveita para «sanear os regulamentos do trabalho» (quer dizer, para endurecer a disciplina do trabalho, enquanto se trata de resolver um problema de prioridade de produção, de gestão de *stocks* e de distribuição).

Para quem tem alguma experiência dos problemas postos pela mecanização agrícola, é evidente que a «*aceleração*» actual desta constitui uma *fuga em frente* (19) que nasce do agravamento das contradições sociais. Estas últimas estão ligadas ao modo como se pretende *comandar* os camponeses, e, portanto, ao desenvolvimento das relações e das práticas burguesas. Por sua vez, este desenvolvimento é um testemunho das transformações que se operam nas relações de força entre as classes. Estas transformações levam cada vez mais a entrar no jogo, para resolver as dificuldades, um recurso maciço à técnica moderna. A pressa com que o P.C.C. quer empenhar-se nas «quatro modernizações» é típica da situação actual.

A *aceleração* da mecanização da agricultura e a tónica posta nas «quatro modernizações» traduzem uma concepção do «progresso técnico» (20). Assim, inicia-se um processo que conduz de forma fatal à elevação, considerável e rápida, da *taxa de acumulação,* o que pesará no nível de vida e nas condições de trabalho dos operários e dos camponeses.

Importa além disso sublinhar que a *prioridade* à *mecanização* sobre outras transformações técnicas da agricultura testemunham também a *natureza de classe da linha política actual.* Com efeito, *não é só* a mecanização que permite resolver realmente o problema do *aumento da produção agrícola* (o que não quer dizer que a mecanização não seja *um elemento da solução* deste problema). Este não pode ser resolvido senão por *métodos diferenciados,* pelo desenvolvimento de sementes seleccionadas, pela diversificação dos adubos utilizados (21), o que pressupõe uma *experimentação e uma iniciativa das massas.* Mas a linha actual não vai nesse sentido. Vai no sentido duma subordinação cada vez maior dos camponeses a uma autoridade central que poderá extorquir o máximo do excedente de trabalho aos camponeses. A mecanização aparece antes de tudo como um *meio de melhor assegurar uma tal subordinação,* favorecendo o domínio do trabalho morto (gerido centralmente) sobre o trabalho vivo.

A depuração dos órgãos de direcção da agricultura

Neste contexto, o modo como é agora interpretada a tarefa de «prosseguir a revolução na superstrutura» toma o sentido mais pleno. Assim, no número 6 de 1977 de *Hongqi,* Wang Chien definiu esta tarefa da seguinte maneira:

— «reforçar a revolucionarização dos órgãos dirigentes», assegurando que a direcção esteja «nas mãos dos marxistas»;

— «educar os camponeses dentro do marxismo, do leninismo, do pensamento de Mao Tse-tung».

Para quem sabe ler, trata-se de *depurar os órgãos dirigentes,* afastando todos os que não partilham as opiniões actuais sobre a disciplina, o comando, a «modernização», etc. Por outro lado, trata-se de «educar os camponeses», e de lhes inculcar as opiniões actuais, *mas não, de maneira nenhuma, de aprender com eles.*

---

(19) O problema das peças sobresselentes é só um aspecto das contradições que nascem duma aceleração brutal da mecanização agrícola. Estas contradições conduzem inevitavelmente a um *gigantesco desgaste* das máquinas, porque estas são enviadas para os campos sem que as condições da sua boa utilização sejam satisfeitas (a imprensa chinesa está cheia de informações sobre o assunto). Um outro problema é o da manutenção das máquinas. Não é por acaso que o editorial do *Renmin Ribao,* de 16/9/1977, faz notar que os trabalhadores de máquinas agrícolas formados nas escolas do Estado representam uma fraca percentagem do total necessário.

(20) Esta concepção dá mais importância à acumulação dos equipamentos do que ao domínio colectivo dos processos de produção pelo conjunto dos trabalhadores.

(21) As possibilidades de desenvolvimento dos rendimentos encobertos por estes métodos são consideráveis. O seu emprego (muito mais que a mecanização) explica os rendimentos elevados atingidos noutros países da Ásia. Assim, em 1974, o rendimento cerealífero do Japão era de 5580 Kg por hectare contra 1900 Kg na China. Para o arroz não descascado, os rendimentos respectivos eram de 6200 Kg e 3509 Kg (cf. *Est-Ouest,* artigo citado, pp. 83 a 85).

A política do comércio externo

A orientação actual da política económica tem ainda múltiplos aspectos que realçam o seu carácter revisionista. É impossível examiná-los todos. Contudo, é indispensável dizer uma palavra sobre alguns problemas do comércio externo e do modo como se propõe «resolvê-los». Neste aspecto, um texto particularmente significativo é o que foi apresentado numa das conferências, realizadas no início de 1977 sobre *Os Dez Grandes Relatórios*. Trata-se da 16.ª, que foi consagrada ao comércio externo.

Este texto (difundido no dia 15/2/1977 por Rádio Pequim) põe em evidência a noção — sem relação nenhuma com o marxismo, pois é, mais propriamente, antimarxista — de «comércio externo normal». Esta noção visa «justificar» o desenvolvimento prioritário das exportações de carvão e de petróleo em troca das importações de tecnologias e de equipamentos novos. Assim, tenta-se encontrar «argumentos» para uma política que daria ao comércio externo chinês uma estrutura que lembraria — como justamente observou Tchang Tchuenkiao — a da «economia colonial».

Não quero evidentemente dizer que é este o «objectivo» visado pela direcção actual do P.C.C. Esta direcção deseja certamente modernizar a China e torná-la independente em relação às grandes potências imperialistas. O que quero dizer é que, utilizando essa noção burguesa de «comércio externo normal» e dando prioridade às exportações de matérias-primas, *é incapaz de atingir o objectivo visado*. A União Soviética, que seguiu a mesma via há quase cinquenta anos, permanece nas suas relações com os países industriais essencialmente como exportadora de matérias-primas. Não consegue desenvolver as técnicas que a colocariam a par dos países industrializados, continuando também a importar maciçamente tecnologia e equipamentos.

Claro, esta situação da União Soviética não é devida principalmente a uma certa «concepção» do comércio externo, mas *esta «concepção» faz parte dum conjunto*, duma *linha política* que levou a tal resultado. Penso também — pelas razões que expus mais atrás e por outras que exponho mais adiante — que é fundamentalmente a mesma *linha política* que triunfa hoje em dia na China. Trata-se duma *linha revisionista*. Esta — com certas particularidades — estava já a funcionar na U.R.S.S. nos anos trinta(22).

Acessoriamente, apontarei que a noção vazia de «comércio externo normal» *não está isolada*. Os actuais textos oficiais chineses incluem cada vez mais frequentemente o emprego de tais palavras, completamente estranhas ao marxismo.

A destruição da reforma do ensino

Mas voltemos a outras manifestações concretas da *ofensiva* actualmente dirigida contra a Revolução Cultural. Uma das mais importantes diz respeito ao *sistema de ensino*.

Quando se declara (como o faz a circular do Comité Central do P.C.C. acerca da convocação duma conferência nacional sobre as ciências, em 18/9/1977; ver *Peking Information* de 3/10/1977) que «é necessário levar para a frente a revolução sobre o ensino», enquanto se proclama o fim da *Revolução Cultural*, isto significa que se quer levar por diante a *contra-revolução no ensino*, isto é, rejeitar o essencial das transformações realizadas depois de 1966. O exame das decisões e dos textos recentes prova que é isto que se passa e que se assiste a um *salto para trás*.

Com efeito o recrutamento dos estudantes efectua-se de novo numa *base elitista*. Os *exames* voltam ao lugar de honra (23) e privilegiam de forma unilateral os conhecimentos académicos e livrescos. Assim, o *Renmin Ribao* de 2/10/1977 (admitindo, contudo, que alguns trabalhadores manuais dotados de experiência prática poderão ser admitidos nas universidades) sublinha que é preciso «pegar nos melhores no plano intelectual» e que é preciso «seleccionar, numa dada proporção, os estudantes entre os novos diplomados da escola secundária do segundo ciclo». É o retorno parcial ao *sistema anterior à Revolução Cultural*, o início da supressão dos estádios de dois ou três anos dos futuros intelectuais e quadros no campo; é também o abandono da designação daqueles que vão para a universidade pelos seus camaradas de trabalho. Com efeito, depois de Outubro de 1977, 20 a 30 % dos estudantes foram *recruta-*

(22) Trato desta questão no tomo III de *Luttes de Classes en U.R.S.S.*, que estou a redigir.

(23) Cf. C.C.N., n.º 2748/1977.

dos directamente entre os «melhores» alunos do secundário. As informações de que dispomos mostram que, como se esperava, trata-se principalmente de *filhos de quadros* e que estes jovens foram em muitos casos *preparados especialmente para tais exames*, através de lições particulares intensivas. Os privilégios daqueles que têm dinheiro, principalmente os filhos e filhas dos quadros, são assim reforçados.

O longo elogio da situação *anterior* à Revolução Cultural, que se encontra na circular de 18/9/1977, mostra bem que a direcção actual do P.C.C. deseja voltar a uma situação análoga.

Igualmente característica é a reconstituição duma *dupla rede de ensino* (que tinha sido severamente condenada durante a Revolução Cultural), como o explica o *Renmin Ribao* de 26/10/1977:

«A admissão nos colégios continua a ser limitada. Os jovens que falham nos exames constituem a maioria. Quanto mais continuarem a estudar com diligência e quanto mais procurarem compreender os conhecimentos científicos e culturais, terão uma segunda oportunidade para passar nos exames futuramente e poderão prosseguir os estudos superiores nas universidades do 21 de Julho e noutras universidades a meio tempo.»

Assim, os «melhores» entrarão directamente no ensino superior, enquanto os outros irão engrossar as fileiras dos trabalhadores manuais qualificados.

Não pretendo afirmar que tudo o que foi feito no domínio do ensino no decurso da Revolução Cultural foi «perfeito» ou que não apelava para sérios ajustamentos. Pelo contrário — e penso que é inevitável; creio (confiando no que me disseram estudantes e professores que estiveram na China no decurso destes últimos anos) que certos aspectos das reformas empreendidas deixavam a desejar e que deviam ser feitas sérias melhorias. Mas parece-me claro que *não é voltando à situação anterior à Revolução Cultural que se procede a melhorias*. Para as realizar, é necessário primeiro proceder a um grande balanço público das lições a tirar da experiência da Revolução Cultural no domínio do ensino, o que exige um grande debate. Mas não é o que foi feito, quando se volta a 1965 e se declara que «é necessário levar por diante a revolução no ensino».

Um tal modo de agir depende, por um lado, da precipitação que caracteriza toda a campanha actual a favor das «quatro modernizações». Mas, sobretudo, esta forma de agir

visa restabelecer o poder das autoridades académicas, reforçar o poder dos intelectuais e dos quadros. Neste aspecto, a importância atribuída doravante aos matemáticos é muito sintomática (porque a mesma tendência também se desenvolve na Europa Ocidental e nos Estados Unidos). Esta importância sobressai em numerosos artigos, assim como a fórmula empregue por Wu Wen-chiu no *Renmin Ribao* de 11/8/1977:

«O grau de industrialização dum país está, no essencial, na proporção directa do desenvolvimento das suas matemáticas.»

Trata-se de uma afirmação sem fundamento, visando o desenvolvimento do prestígio dos conhecimentos matemáticos e daqueles que os detêm. Esta afirmação faz parte de uma ideologia que põe a tónica no papel dos intelectuais. Vai muito para além do que é necessário dizer e fazer para restituir um lugar suficiente aos conhecimentos profissionais e teóricos, lugar que foi, sem dúvida, parcialmente perdido de vista no decurso dos anos anteriores.

Definitivamente, as orientações concretas tomadas, respeitantes à disciplina e aos regulamentos do trabalho, aos comités revolucionários nas fábricas, à diferenciação de salários, à organização da produção agrícola, à aceleração da mecanização agrícola, à reforma do ensino, etc., fazem parte *da rejeição das «novidades socialistas» trazidas pela Revolução Cultural, isto é, das suas conquistas.*

Do mesmo modo, não se está em presença hoje em dia de um movimento de rectificação dos erros cometidos no decurso da Revolução Cultural, isto é, do movimento revolucionário mais importante da segunda metade do século XX. Está-se em presença de uma tentativa de liquidação teórica e prática deste movimento revolucionário.

A tentativa de liquidação «teórica» da Revolução Cultural

No plano teórico, a direcção do P.C.C. não ousa atacar de frente a Revolução Cultural, porque seria atacar *abertamente* a linha de Mao Tsé-tung. Ora ela pretende ser fiel a esta linha, porque isso lhe é necessário para se atribuir uma «legitimidade».

Contudo, se — no plano teórico — a direcção actual do P.C.C. não faz ataques frontais e abertos à Revolução Cultural, faz *ataques camuflados* que constituem tentativas de «liquidação» teórica.

As formas de que se revestem estes ataques são numerosas. Só mencionarei algumas.

Uma das mais significativas consiste em *negar a linha de demarcação* que a Revolução Cultural tinha introduzido na prática e na teoria do P.C.C. Sabe-se que Mao Tsé-tung considerava esta linha de demarcação como fundamental, pois que, já no fim da sua vida, declarava ter consagrado esta a dois objectivos: «por um lado, expulsar o imperialismo japonês da China e derrubar Tchang Kai-tchek e, por outro, levar a bom termo a Grande Revolução Cultural Proletária». Mao punha assim a par a Revolução Cultural e a libertação do país.

Ora a *direcção actual esforça-se por apagar a linha de demarcação da Revolução Cultural.* Esforça-se, para isso, não só *na prática* (pela sua política concreta e pelo regresso, aos postos de comando, dos direitistas que tinham sido afastados entre 1966 e 1976), como também «*teoricamente*».

Fá-lo, deixando pouco a pouco de falar nas «*inovações socialistas*» saídas da Revolução Cultural. Fá-lo colocando formalmente «*ao mesmo nível*» o que foi realizado entre 1949 e 1965 e o que foi realizado entre 1966 e 1976, dando *de facto preferência* às concepções e às práticas dos anos 1949-1965. Nega assim que em 1966 a linha política tinha elementos que travavam a marcha em frente para o socialismo e que, *a partir de 1966, a linha política tinha novas orientações que levavam a uma transformação qualitativa radical, à passagem para uma nova etapa da revolução.*

Esta supressão de uma linha de demarcação fundamental completa-se por uma glorificação *unilateral* do que foi realizado entre 1949 e 1966. Ela completa-se também atacando os «quatro» e reprovando-lhes terem sublinhado o alcance político completamente diferente das transformações realizadas então, e das que tiveram lugar no decurso dos anos seguintes. A este propósito, os «quatro» são atacados nestes termos:

«O bando dos quatro traçava um quadro sombrio da nova China nos dezassete anos que se seguiram à sua fundação. O bando não só negava que houvesse inovações socialistas existentes antes do início da Revolução Cultural, mas pedia também que se agisse contra o que tinha sido feito nos anos que precederam a Revolução Cultural, com o fim de criar inovações socialistas, negando por este facto o que foi realizado nos dezassete anos depois da fundação da República Popular da China.»

Ainda no mesmo texto (difundido por Rádio Pequim, em 8 de Abril de 1977), diz-se:

«Nos dezassete anos posteriores à fundação da República Popular da China, apesar da interferência e da sabotagem da linha revisionista de Liu Chao-chi, a linha revolucionária do presidente Mao permanece sempre numa posição dirigente.»

O objectivo dum tal texto não é só atacar os «quatro». É, antes de tudo, subestimar a importância da «interferência» da linha revisionista no decurso dos anos 1949-1965 (e este subestimar é *vital* para a direcção actual, que retoma uma linha revisionista (24)).

E em seguida o de negar a diferença fundamental entre a linha revolucionária de antes de 1966 e a linha revolucionária posterior. Esta diferença está ligada à passagem duma *nova etapa,* da qual, com efeito, a direcção actual não quer ouvir falar mais.

Encontra-se a mesma vontade de supressão duma linha de demarcação fundamental no texto, já citado, da circular de 18 de Setembro de 1977, que reprova aos «quatro» terem «negado o predomínio da linha revolucionária do presidente Mao» na frente das «ciências e das técnicas desde a fundação da nova China (25)». Ora, uma tal formulação oculta a situação que existia entre 1949 e 1965, situação que precisamente tornou necessária a Revolução Cultural.

Assim, como digo mais atrás, a tentativa de liquidação

---

(24) Não tenho evidentemente oportunidade de analisar aqui o modo como a linha revisionista actual, cujo principal representante é Teng Hsiao-ping, se assemelha à linha revisionista do início dos anos sessenta, seguida então por Liu Chao-chi e seus partidários, e aquilo em que difere. Parece-me que a principal diferença resulta da tónica posta, hoje em dia, na *aceleração* dos ritmos de industrialização, na «modernização», etc. Esta diferença está ligada, aparentemente, ao reforço numérico da burguesia de Estado, que pode assim afirmar mais a sua hegemonia sobre a antiga burguesia.

Esta diferença está ligada também ao facto de, para tentar quebrar a resistência — que só poderá crescer — duma classe operária com a experiência da Revolução Cultural, a burguesia tenha a necessidade de desenvolver o mito da «urgência» e dum «combate contra-relógio». Em nome deste «combate necessário», a burguesia de Estado tenta reforçar ao máximo a disciplina e desenvolver o mais possível os ritmos de trabalho. Os aumentos de salários «concedidos» em 1977 aparecem assim, ao mesmo tempo, como um meio de dividir a classe operária (em consequência dos critérios fixados para estes aumentos) e como contrapartida necessária ao endurecimento da disciplina e do aumento da intensidade do trabalho.

(25) *P.I.*, de 3/10/1977.

«teórica» da Revolução Cultural assume múltiplas formas e dá lugar a formulações muito diversas. Eis algumas particularmente significativas.

Enquanto durante a Revolução Cultural tinha sido recordado que toda a *empresa* é um lugar onde se desenrola uma *luta de classes* e que a própria produção se desenrola no seio de relações e de contradições de classes determinadas, afirma-se doravante que uma empresa é antes de tudo «*um lugar de produção*», isto interpretando de modo unilateral, e isolando do seu contexto, uma frase de Mao Tsé-tung. Este mesmo tema é retomado, em Abril de 1977, por Sung Chen-ming, secretário do comité do Partido em Taking, o qual chega a dizer:

«Em todo o mundo, a produção é a principal preocupação de cada fábrica, de cada país e de cada nação.»

Esta é uma fórmula que todos os capitalistas do mundo repetem à saciedade.

Sob uma forma diferente, o mesmo tema é desenvolvido pela imprensa chinesa em Novembro de 1977, quando publica uma série de textos que *separam mecanicamente* a luta de classes da luta pela produção, que negam a articulação destas lutas e o facto de que a primeira domina fundamentalmente a outra. Assim, foi afirmado:

«A revolução é a luta de uma classe contra outra e visa transformar as relações sociais dos homens; a produção é a luta do homem contra a natureza. As leis que governam a produção são diferentes das leis que governam a luta de classes.»(26)

Uma tal formulação silencia completamente que a «luta contra a natureza» se desenvolve sempre em *condições sociais determinadas,* no seio de *relações de classe determinadas* e que *o modo como ela é dirigida comporta também consequências de classe.* Tudo isto foi mostrado por Marx há muito tempo e a Revolução Cultural tirou daí *consequências políticas.* Mas, hoje em dia, esforçam-se por o fazer esquecer com o fim de praticar o «economicismo» mais vulgar.

Este «economicismo» está presente no texto de Wang Chien publicado no n.º 6 de 1977 de *Hongqi,* onde se defende a ideia de que a transformação das relações de produção e da superstrutura, na China actual, deve ser comandada pelas exigências do «desenvolvimento das forças produtivas», a fim de «reforçar a base material para a consolidação da ditadura do proletariado».

(26) Texto difundido por Rádio Pequim, em 27/11/1977.

Volta-se assim ao tema do *primado do desenvolvimento das forças produtivas,* tema justamente denunciado durante a Revolução Cultural e que serviu à burguesia de Estado soviética de arma ideológica para alargar e consolidar o seu poder.

Na realidade, o tema do primado das forças produtivas é dominante ao longo das dezasseis conferências realizadas sob o pretexto de discutir *Os Dez Grandes Relatórios.* É o que se verifica ao examinar o n.º 1 de 1977 de *Hongqui.* Já não está em questão a necessidade de uma tranformação revolucionária das relações de produção (ora esta transformação é o objectivo fundamental da revolução ininterrupta sob a ditadura do proletariado). Trata-se somente de «ajustar as zonas das relações de produção» que perturbariam o desenvolvimento das forças produtivas, porque, dizem-nos, «o objectivo da revolução socialista é emancipar as forças produtivas».

Volta-se também a um economicismo que faz das forças produtivas, e não da luta de classes, o elemento revolucionário fundamental. Donde este género de afirmação:

«Em última análise, a base económica é o factor decisivo para o progresso social, e as forças produtivas são o factor mais activo e revolucionário na base económica. Do mesmo modo, em última análise, as froças produtivas determinam as relações de produção.»(27)

Tornamos a encontrar pois as teses defendidas por Liu Chao-chi no VIII Congresso do Partido, em 1956, teses que continuam a ser condenadas verbalmente mas que se repetem sem referir tal facto.

O regresso ao tema da existência de um «sistema socialista»

Para tentar «apoiar» teoricamente o seu economicismo e o seu produtivismo, e para se opor a qualquer transformação radical nas relações de produção (na divisão do trabalho, nos privilégios dos quadros e dos técnicos, etc.), a nova direcção do P.C.C. regressa a outros velhos temas que a Revolução Cultural tinha permitido criticar.

(27) N.C.N.A., 21/9/1977.

Um destes temas é o do «sistema socialista». Esta noção (que tende a substituir a da *transição socialista*) preenche a mesma função que a do «modo de produção socialista» na ideologia da época estalinista e na ideologia revisionista soviética.

Os comentários consagrados às dezasseis conferências sobre *Os Dez Grandes Relatórios* falam do «sistema socialista» que, diz-se, foi «*estabelecido*» em 1956 e que se trata doravante de o consolidar, desenvolvendo para isso as forças produtivas.

No coração da noção de «sistema socialista» encontra-se a de «*propriedade socialista*», identificada com a propriedade do Estado. Todas estas *identificações* significam que, daqui para a frente, não se reconhece mais a existência duma série de *contradições* (o que é contudo um dos contributos essenciais do texto de Mao sobre *Os Dez Grandes Relatórios*) e que, mesmo quando esta existência é reconhecida, a *primazia* é concedida *à unidade em prejuízo da contradição*.

A VII Conferência consagrada a *Os Dez Grandes Relatórios* afirma: «Como as fábricas são propriedade do Estado, a relação entre as fábricas e os operários foi parcialmente incorporada na relação entre o Estado e os operários.»

O objectivo visado com esta embrulhada «teórica» é o de poder afirmar que os operários, sendo «donos do Estado», e que o Estado, sendo «dono das fábricas», os operários é que são os «donos das fábricas».

Deste modo, as contradições da transição socialista (incluindo aí as que foram assinaladas por Lenine em 1921) são simplesmente negadas. Os operários só têm de *obedecer às ordens* que lhes são dadas, porque estas ordens são dadas por eles a si próprios! Bela dialéctica, destinada a defender os interesses duma burguesia de Estado!

O mesmo papel fundamental atribuído à «propriedade socialista» ou à «propriedade pública» é proclamado em muitos outros textos. Por exemplo, quando do lançamento das campanhas de emulação, o *Renmin Ribao* de 10 de Março de 1977 afirma tranquilamente:

«Sob o socialismo, o povo trabalhador é dono da sociedade e as relações no seio desta são as relações de cooperação entre camaradas.»

A existência da burguesia foi silenciada e, bem entendido, já não é posta em questão a sua presença no Partido e à frente de numerosas empresas. Rejeitam-se assim temas fundamentais da Revolução Cultural.

Esta recusa, tipicamente revisionista, de reconhecer a existência da contradição fundamental burguesia/proletariado permite também a Chi Cheng escrever no n.º 3 de 1977 de *Hongqui*:

«Nas empresas socialistas, a classe operária é soberana. Os interesses fundamentais dos operários, dos quadros e dos técnicos são idênticos. As suas relações são relações de entreajuda e de cooperação entre camaradas. Ao mesmo tempo, por causa da divisão do trabalho, mantêm-se as diferenças entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, e subsistem algumas contradições. São contradições no seio do povo.»

Assim é negada a luta de classes, ao mesmo tempo que o alcance decisivo da luta pela superação da contradição entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Todavia, não é assim tão fácil «apagar» dez anos de ensinamentos da Revolução Cultural. Particularmente não é fácil fazer esquecer o que foi dito durante estes anos, em especial por Tchang Tchuen-kiao, que abordou de frente (mesmo que não tenha sido sempre com a clareza suficiente) certos problemas postos pela pretensa «propriedade socialista». Alguns «teóricos» não podem pois fazer outra coisa senão lembrar, deformando-os para os criticar, certos textos de Tchang. É o caso do artigo publicado no n.º 5 de 1977 de *Hongqui*, no qual Lui Chin-jan se declara contra as advertências feitas por Tchang Tchuen-kiao, no texto *A Ditadura Integral Sobre a Burguesia*, publicado em 1975. Sabe-se, com efeito, que nesse texto Tchang tenta determinar a natureza dos *limites* próprios da transformação socialista da propriedade na China, limites esses assinalados pela fórmula, correntemente utilizada, segundo a qual esta transformação está realizada «no essencial». Analisando este problema, Tchang dá um sério passo em frente, porque sublinha os aspectos jurídicos e formais desta transformação. Chama a atenção para a necessidade duma transformação revolucionária das *relações de produção* e resume assim um dos objectivos centrais da Revolução Cultural(28).

(28) Reconhecer os contributos essenciais de Tchang não deve evidentemente fazer esquecer os pontos fracos das suas análises (pontos fracos que assinalam alguns dos limites com que chocou objectivamente o desenvolvimento do marxismo na China). Um destes pontos fracos é a incapacidade de perspectivar uma verdadeira *apropriação* social graças à transformação revolucionária das relações de produção. Em vez desta perspectiva é proposta a *generalização da propriedade de Estado* (chamada abusivamente «propriedade de todo o povo»),

É precisamente a este objectivo central da Revolução Cultural e às formulações teóricas que lhe correspondem que Liu Chin-jan ataca no artigo citado mais atrás. Para bem conduzir o seu ataque, Liu Chin-jan fala da *conclusão «fundamental»* da transformação socialista da propriedade, afirmando que a seguir a esta conclusão «fundamental» a luta de classes deve desenvolver-se antes de tudo nas frentes política e ideológica. Assim, Liu Chin-jan passa um risco sobre *o que é determinante: a luta levada a cabo pelos próprios trabalhadores com vista a transformar os processos de trabalho e de produção e, portanto, as relações de produção.* Preconiza a substituição da luta de classes tal como ela se desenvolveu durante a Revolução Cultural (luta que dizia respeito às diferentes formas da divisão social do trabalho) por uma *«luta de ideias»*. A luta entre a «ideologia modernista» e os vestígios das ideias «antigas». Este abandono da luta de classes implica a transformação do marxismo no seu contrário. Permite à burguesia de Estado censurar tudo aquilo que os trabalhadores possam exigir, afirmando que se trata de pedidos «incompatíveis com o desenvolvimento das forças produtivas», e que se explicam pelo facto de esses trabalhadores estarem ainda submetidos à influência das «ideias burguesas e pequeno-burguesas».

O seguimento do artigo de Liu Chin-jan decorre do carácter economicista das suas teses. Da sua concepção de uma transformação socialista «fundamental» da propriedade, retira a conclusão de que o aspecto principal da continuação da revolução sob a ditadura do proletariado consiste em desenvolver uma «poderosa base material». Tudo isto leva a substituir a luta entre o proletariado e a burguesia pela luta pela produção e a preconizar que a luta pela produção seja dirigida pelos especialistas e pelos técnicos. Seguindo nesta via, só se pode reforçar a divisão capitalista do trabalho e as relações de produção capitalistas que ainda não foram destruídas.

Parece que numerosos trabalhadores chineses e quadros do Partido não se deixam iludir por estas concepções revisionistas e economicistas. Também os ideólogos ao serviço da

---

enquanto esta não faz outra coisa senão renovar a separação dos produtores imediatos dos seus meios de produção. Do mesmo modo, Tchang não vê que, a partir do momento em que a propriedade de Estado predomina, o risco *principal* dum desenvolvimento capitalista se situa no desenvolvimento das relações burguesas no seio do sector do Estado e já não na pequena produção mercantil.

direcção actual falam regularmente dos problemas levantados pelo artigo citado de Tchang Tchuen-kiao. É o caso, por exemplo, do artigo de Wang Huei-teh intitulado «Porque é que Tchang Tchuen-kiao falava tanto do problema da propriedade?»(29).

Neste artigo, Wang Huei-teh reprova a Tchang Tchuen-kiao ter utilizado em 1975 uma frase pronunciada por Mao em Abril de 1969, em que Mao declarava:

«Parece-me que se não se faz a Grande Revolução Cultural Proletária, isto não irá para a frente, porque a nossa base não é sólida. A julgar por aquilo que observei — não digamos na totalidade nem na grande maioria, mas, segundo creio, numa proporção bastante grande de fábricas —, a direcção não está nas mãos de verdadeiros marxistas nem das massas operárias.»

Segundo Wang, já não há razão para preocupações com o problema da direcção das empresas, porque, graças à Revolução Cultural, «só num pequeno número de empresas é que a direcção não está nas mãos do proletariado», de modo que, pertencendo o poder de Estado também à classe operária, o problema da propriedade socialista estaria «resolvido».

A argumentação de Wang levanta uma série de questões.

Primeiro, a do pessoal dirigente das empresas de Estado. Esta questão é posta explicitamente por Wang, que afirma que, graças à Revolução Cultural, é definitivamente resolvida duma forma favorável ao socialismo. Mas aonde vai Wang buscar esta «certeza»? Entre 1969 e 1975, e ainda com mais saliência de 1976 a 1978, não ocorreram muitos acontecimentos, por exemplo, o regresso em massa dos direitistas eliminados pela Revolução Cultural, o que leva a pensar que hoje em dia a situação é pior do que em 1969?

Em seguida, quando Mao observou que as *fábricas não estão «nas mãos da classe operária»*, viu aí uma *transformação das relações sociais* (concretizada por *formas de direcção e de gestão*) que permite à classe operária *«tomar nas suas mãos»* as fábricas. Ora, é claro (com o enfraquecimento dos comités revolucionários de fábrica, dos grupos de gestão operária, dos grupos de tripla união, etc.) que o problema da apropriação das fábricas pela classe operária está ainda mais longe de ser resolvido em 1975, e com mais fortes razões em 1977, do que em 1969.

Por fim, o problema da propriedade socialista e também

---

(29) *P.I.*, n.º 1 de 1978.

o da natureza de classe do poder de Estado. Ora, Tchang Tchuen-kiao esforça-se por pôr este problema de forma dialéctica (não digo que consiga isso completamente), mostrando que a natureza de classe do poder não está fixada de uma vez para sempre, que é determinada pela luta de classes entre o proletariado e a burguesia, luta que se desenvolve no seio do Partido, de modo que o poder não é nunca «puramente proletário» e pode passar entre as mãos da burguesia de Estado (o que Mao também disse, quando declarou que o P.C.C. poderia eventualmente transformar-se num «partido fascista»). Mas Wang recusa-se — e com razão — a pôr assim estes problemas. Para ele, a questão do poder e a da propriedade estão «resolvidas», e pretende demonstrá-lo recorrendo de forma tautológica às citações, que ele interpreta aliás à sua maneira. Isto dá o «raciocínio» seguinte:

«Primeiramente, a China é um país socialista, isto é, a natureza da nossa sociedade é socialista e não capitalista. Em segundo lugar, a base económica da nossa sociedade, que era dantes a propriedade privada do feudalismo, do capitalismo e dos pequenos produtores, transformou-se na propriedade pública socialista. Em terceiro lugar, devemos estar vigilantes para que o poder do Partido e do Estado não caia nas mãos dos conspiradores e dos arrivistas burgueses do género de Lin Piao. A China é um país de ditadura do proletariado.»

Estamos em presença de uma série de afirmações e não duma demonstração. As duas primeiras afirmações fazem supor estar resolvida a questão da «propriedade socialista». A última deixa inteiramente aberta a questão de saber: *a*) quais os elementos de domínio burguês que existiam em 1975 (de que modo a ditadura do proletariado se combinava com o seu contrário); *b*) se, depois dos acontecimentos de Outubro de 1976 e a instauração do poder do grupo de Hua Kuo-feng e Teng Hsiao-ping, a natureza de classe do Estado não se transformou.

O problema da natureza das relações da propriedade e das formas de apropriação não pode ser resolvido senão a partir de *análises concretas* assentando no conjunto das questões evocadas mais atrás. É o que Tchang Tchuen-kiao tentou dizer no seu artigo; é o que não podem admitir os ideólogos da direcção actual, para os quais não há problema: a propriedade do Estado é «socialista» e os operários o que têm a fazer é «trabalhar no duro» e «obedecer às ordens», para reforçar e aumentar esta propriedade. Uma tese assim é a negação dos

ensinamentos da Revolução Cultural. Serve os interesses da burguesia de Estado.

Só mais uma palavra sobre esta questão para sublinhar como predomina hoje em dia uma concepção puramente jurídica (isto é, *antimarxista*) da «propriedade socialista». Encontra-se um exemplo deste predomínio na série de artigos de Siné Mu-kiao(30), nos quais este autor chega a dizer que, em 1953, bastou que o Estado transformasse as empresas capitalistas privadas em mistas, nelas investindo capitais, chamando a si os fornecimentos e as vendas e para lá enviando um director para elas se tornarem «três quartos socialistas»(31). Isto é uma pura caricatura do marxismo, que ilustra bem a natureza do «marxismo» praticado pela actual direcção do P.C.C.

As relações agricultura/indústria e indústria pesada/ /indústria ligeira

A substituição do marxismo por uma caricatura do marxismo aparece a propósito do problema das relações agricultura/indústria e indústria pesada/indústria ligeira. Esta substituição efectua-se numa extrema confusão, por causa da «fidelidade» *formal* ostentada pela actual direcção do P.C.C. à linha política de Mao Tsé-tung, «fidelidade» que entra em contradição com a sua prática real.

O resultado é mais ou menos o seguinte (como o revela, por exemplo, o relato da III Conferência dedicada a *Os Dez Grandes Relatórios*, relato difundido pela Rádio Xangai em 10/2/1977). Por um lado, as prioridades admitidas pelo P.C.C. sob a direcção de Mao Tsé-tung são reafirmadas pela ordem seguinte: agricultura-indústria ligeira-indústria pesada. Por outro lado, a tónica é posta na «lei económica objectiva do desenvolvimento prioritário dos meios de produção» (que é na realidade uma lei de desenvolvimento do capitalismo), enquanto o *desenvolvimento da agricultura é encarado, antes de tudo, sob o ponto de vista da sua contribuição para a acumulação do capital.* Estes pontos são retomados e acentuados no relato da IV Conferência (Rádio Pequim, 3/2/1977) consagrada à via soviética da industrialização. Faz-se o elogio desta via, só lhe criticando

(30) Cf. *P.I.*, n.os 45 a 52 de 1977.
(31) *P.I.*, de 26/12/1977, p. 11.

o carácter «unilateral» da prioridade dada à indústria pesada em detrimento da agricultura. Negligencia-se completamente o problema do equilíbrio das trocas entre produtos agrícolas e produtos industriais.

Em poucas palavras, mais uma vez se retoma uma concepção economicista e produtivista que é a expressão «teórica» da linha actual. Neste domínio, recua-se *não só até antes da Revolução Cultural, mas também até antes das concepções prevalecentes na China a partir de* 1956.

Os «ritmos» de desenvolvimento

No plano das relações de classe, este voltar atrás está ligado ao reforço das posições dos intelectuais, dos quadros e dos especialistas, isto é, da burguesia de Estado (tentarei mas adiante, nesta carta, interrogar-me sobre as condições que tornaram possível este reforço). Reforço que se traduz pela importância cada vez maior atribuída ao *«ritmo» do desenvolvimento.*

Esta questão está no centro das preocupações dos dirigentes actuais. De forma significativa, os órgãos centrais da imprensa chinesa fazem disso o tema principal do seu editorial comum, no dia de Ano Novo em 1978. Podem ler-se nesses editoriais frases como estas (que tinham desaparecido da imprensa chinesa depois da Revolução Cultural):

«O ritmo da edificação não é só um problema económico, mas é também um problema político candente. Por que é que se diz que o regime socialista é um regime superior? É no fundo, porque permite realizar uma produtividade e ritmos de desenvolvimento da economia mais elevados que os do capitalismo (...). Trata-se agora de assegurar à nossa edificação um ritmo acelerado sem adormecermos sobre os nossos louros. (...) Acelerar o ritmo da edificação económica é um imperativo do desenvolvimento da luta de classes.»(32)

Assim, a *aceleração* do «ritmo de desenvolvimento» é pretensamente «deduzida» das exigências da luta de classes. Com efeito, trata-se de tentar *substituir a luta de classes dos trabalhadores pela luta pela produção, isto é, sujeitar os trabalhadores aos «imperativos» dos ritmos, exigir deles cada vez mais trabalho e disciplina.*

(32) *P.I.*, n.º 1 de 1978, pp. 11-12.

A tónica posta assim nos ritmos tem um duplo significado, ao nível das relações de classes. Por um lado, como já disse, *traduz* o reforço das posições da *intelligentsia,* dos quadros e dos especialistas. Por outro lado, é *um meio de contribuir para um reforço ulterior destas posições.* Não só sujeitando os operários e os camponeses a uma disciplina de trabalho e a normas de produção cada vez mais severas, mas também fazendo aparecer como «necessário» o papel dirigente da *intelligentsia* e dos especialistas. A este respeito, o editorial já citado é igualmente significativo: dá uma importância central aos intelectuais, ao ensino e à aquisição dos conhecimentos cientificos. Deste modo, *a tónica posta na aceleração dos ritmos serve também de «argumento» para atacar a reforma do ensino realizada no decurso da Revolução Cultural.*

Ao nível das relações de produção, a tónica posta na aceleração dos *ritmos* implica (desde o momento em que esta aceleração não está ligada à revolucionarização das relações de produção mas ao papel cada vez mais acentuado duma «ciência» concentrada nas mãos de «especialistas») um *domínio crescente* da reprodução alargada capitalista, ou seja, um *desenvolvimento da taxa de acumulação e das exigências da autovalorização do capital.* Isto implica a *submissão dos trabalhadores às exigências do lucro.* Na *via capitalista* em que assim se empenham, encontram-se necessariamente *os limites próprios da acumulação capitalista.* Estes tornam inevitáveis as *crises económicas* que se repercutirão gravemente no nível de vida das massas e na amplitude ulterior do desenvolvimento das forças produtivas.

A experiência soviética mostra que estas crises se desenvolvem em condições específicas. Nem por isso são reais. Não tenho lugar para tratar aqui a fundo este problema, que examino em pormenor no tomo III, que está em preparação, do meu livro *Les Luttes de Classes en U.R.S.S.*

A tónica posta doravante sobre a «aceleração dos ritmos» exige ainda algumas chamadas de atenção.

Em primeiro lugar, esta tónica corresponde à *palavra de ordem produtivista,* lançada por Estaline no decurso dos anos 30: *«Os ritmos decidem tudo».* Ora, o pôr em prática esta palavra de ordem conduziu às graves crises de 1932-1933 e 1936-1937. Estas crises foram acompanhadas de *convulsões políticas* sem precedentes e, a partir de 1938, *de uma mudança fundamental no próprio recrutamento para o Partido.* Este recrutamento efec-

tua-se, maioritariamente, no seio da *intelligentsia,* entre os quadros, os técnicos e os especialistas.

Em segundo lugar, é necessário sublinhar que, para justificar a sua orientação produtivista, a direcção actual invoca não só a pretensa exigência de princípio, para o «regime socialista», de atingir «ritmos de desenvolvimento mais elevados que os do capitalismo», mas também uma pretensa necessidade de «pôr fim à longa estagnação, ou mesmo à regressão da economia nacional», que é atribuída à acção dos «quatro». Ora, este «argumento» é uma mentira flagrante. *Não houve uma longa estagnação ou regressão da economia nacional.* Entre 1965 (um ano antes da Revolução Cultural) e os últimos anos em relação aos quais se dispõe de alguns dados, não há estagnação. A produção de electricidade passou de 42 para 108 mil milhões de quilovátios/hora (em 1974), a produção de aço de 12,5 para 23,8 milhões de toneladas (1974), a de carvão de 220 para 389 milhões de toneladas (1974), a de petróleo de 10,8 para 75 a 80 milhões de toneladas (1975) (33). Falar de um *longo* período de estagnação, e até de regressão, está em completa contradição com a realidade. Isto visa simplesmente caluniar a própria Revolução Cultural.

O aumento da produção é ainda mais considerável no que respeita à produção de máquinas. Globalmente, o índice representativo desta produção (base 100, em 1957) passou de 257 em 1965 para 1156 em 1975. Segundo uma fonte tão pouco «amigável» para com a República Popular como é o anuário da C.I.A.! (34)

Claro que em 1975-1976 surgiram dificuldades, mas trata-se de *dificuldades políticas* ligadas à agudização da luta entre a linha revolucionária e a linha revisionista de Teng Hsiao-ping. Trata-se também — no segundo semestre de 1976 — de dificuldades ligadas ao tremor de terra em Tangshan. Atribuir «às interferências e à sabotagem do bando dos quatro» os problemas que então se puseram, deforma completamente a verdade. De facto, os «quatro» nunca controlaram a economia.

(33) Estes números figuram num artigo que apareceu na edição de Junho de 1977 de *China Quaterly*, pp. 362-364 e p. 382.

(34) Cf. U.S.C.I.A., *People's Republic of China: Handbook of Economic Indicators,* Agosto de 1976, p. 1, citado em *Est-Ouest* n.º 4 de 1977, p. 97. Segundo esta mesma fonte, a produção de tractores (por 1000 unidades de 15 cv) passou nestes dez anos de 23,9 para 180 e a de navios mercantes de 50 600 para 335 600 toneladas métricas.

Assim, se houve «sabotagem», pode-se suspeitar que a responsabilidade cabe àqueles que tinham a superintendência na produção, quer porque acusaram os «quatro» pelos seus erros quer porque o seu comportamento em relação aos trabalhadores provocou o descontentamento destes. Daí as diversas manifestações de descontentamento, incluindo greves, que poderão ter tido o justo apoio dos «quatro». Em todo o caso, é um raciocínio tipicamente burguês afirmar que, quando há greves, a responsabilidade é dos «cabecilhas».

Seja o que for, mesmo com as dificuldades atrás mencionadas, os resultados que se podem avaliar em 1976 não correspondem a uma «longa estagnação» ou «regressão». Assim, em 1976, apesar do tremor de terra, a produção de carvão é avaliada em 430 milhões de toneladas, a produção de petróleo aumentou 13 % e a de gás natural 11 %. No decurso do primeiro trimestre de 1976, a produção industrial global teria progredido 13,4 %, e 7 % no segundo trimestre (em relação aos trimestres correspondentes de 1975) (35). Que eu saiba, não há estimativas disponíveis para a segunda metade de 1976.

É possível que, por causa dos acontecimentos de 1976, certas produções tenham *momentaneamente* baixado, mas isto não tem nada a ver com um longo período de estagnação ou de regressão.

As observações precedentes não implicam de modo nenhum que *uma certa aceleração dos ritmos não seja desejável ou possível, mas esta aceleração não será obtida de forma durável com o abandono das orientações fundamentais da Revolução Cultural* e com a sujeição completa da luta de classes à luta pela produção.

Na realidade, esta sujeição corresponde à dependência dos trabalhadores em relação aos objectivos da burguesia, ao lutarem pelo aumento do lucro. Implica a renúncia dos trabalhadores à luta pela transformação revolucionária das relações de produção e do conjunto das relações sociais.

A ideologia revisionista da neutralidade das ciências e das técnicas

Os efeitos da transformação do marxismo no seu contrário, que caracteriza a ideologia da actual direcção do P.C.C., obser-

(35) A mesma fonte referida na nota 33.

vam-se evidentemente em todos os domínios. Há um domínio, contudo, que é necessário mencionar mais particularmente: o das ciências e das técnicas Neste sector, a ideologia dos adversários da Revolução Cultural caracteriza-se pela apresentação das ciências e das técnicas como socialmente «neutras». Essa ideologia nega assim que o modo como as ciências e as técnicas se desenvolvem depende das relações de classes dominantes e que a execução das diversas técnicas comporta também *efeitos de classes determinados.* É o caso, evidentemente, das técnicas desenvolvidas nos países imperialistas. Estas não podem, de modo geral, ser pura e simplesmente «adoptadas» ao serviço de um desenvolvimento na via do socialismo, é preciso também que sejam transformadas. Esta necessidade era largamente reconhecida durante a Revolução Cultural. Hoje, esforçam-se por «esquecê-la».

O ponto extremo da negação do carácter de classe das técnicas é atingido quando se trata das «técnicas de gestão». Por exemplo, o *Renmin Ribao,* de 22 de Março de 1977, critica a fórmula segundo a qual na gestão é preciso dar atenção a três aspectos: «a linha, a direcção e as relações mútuas». Critica esta fórmula porque, diz ele, não menciona «a questão mais importante — o desenvolvimento das forças produtivas».

Claro que a questão do desenvolvimento das forças produtivas é importante, mas declarar que é *a mais importante é fazê-la passar à frente das relações de classe,* adoptar pois uma posição produtivista.

É necessário aliás sublinhar que, no esforço que fazem os ideólogos actuais para afastar a questão essencial das relações de classe, o critério de «cientificidade» ocupa um lugar central. Deste modo, o mesmo artigo do *Renmin Ribao* insiste:

«É necessário ter uma atitude científica na gestão das empresas modernas. (...) Na gestão das empresas modernas, é necessário possuir um conjunto de métodos científicos.»

O texto que relata a XV Conferência consagrada a *Os Dez Grandes Relatórios* (Rádio Pequim, 14/2/1977) vai ao ponto de afirmar que é preciso conservar «o que há de científico» nas «técnicas avançadas dos países capitalistas» no que respeita à «gestão das empresas». Uma formulação deste tipo faz pensar que a gestão capitalista depende duma «ciência universal», *e que a classe operária pode gerir as unidades de produção da mesma forma que as empresas capitalistas.*

É preciso notar que o texto do *Renmin Ribao* se refere a uma citação mais que duvidosa de *Os Dez Grandes Relatórios*

porque visivelmente falsificada e escrita «ao gosto do dia». Com efeito, na versão hoje oficialmente difundida de *Os Dez Grandes Relatórios,* pode ler-se a frase seguinte (da qual diversos aspectos não correspondem nem ao estilo de Mao Tsé-tung nem ao modo como ele põe os problemas):

«Devemos rejeitar e criticar resolutamente o sistema e a ideologia podre da burguesia dos países estrangeiros. Contudo, isto não nos impede de aprender as ciências e as técnicas avançadas dos países capitalistas assim como o que há de científico na gestão das empresas.»

Ora, a versão de *Os Dez Grandes Relatórios* difundida pelos guardas vermelhos durante a Revolução Cultural exprime-se de outro modo sobre esta questão. Não comporta nenhuma fórmula esterioripada sobre a «ideologia podre da burguesia» e *não diz nada sobre o carácter «científico» da gestão das empresas desses países.* Mao Tsé-tung exprime-se aí com muito mais simplicidade (36).

Visivelmente, o texto de Mao Tsé-tung foi modificado com o fim de poder «justificar» o recurso aos métodos de gestão capitalista, usando a sua autoridade. A direcção actual do P.C.C. entra assim na mesma via que os revisionistas soviéticos que «aprendem a gerir» nas *business schools* dos Estados Unidos.

Pôr o texto de Mao Tsé-tung de acordo com os interesses do momento, como acabo de mostrar, não é um caso isolado. Trata-se duma das práticas sistemáticas da nova direcção. Assim, *na versão actual* de *Os Dez Grandes Relatórios,* foi introduzida *uma frase que não aparece nas versões anteriores* e que insiste na necessidade dum forte centralismo, *o que vai contra a tónica posta por Mao sobre a descentralização.* A frase é a seguinte:

«Para edificar um Estado socialista poderoso, é preciso assegurar à autoridade central uma enérgica direcção única.» (37)

De forma geral, *a ideologia aceite hoje pela direcção do P.C.C.* — e que *está em contradição com as teses de Mao Tsé-tung* desenvolvidas durante a Revolução Cultural — é caracterizada pela sua tendência para apresentar como «neutras» as ciências e as técnicas, assim como as forças produtivas. A ideia de que

(36) O texto difundido pelos guardas vermelhos encontra-se no n.º 1, de Novembro de 1972, da revista *Communisme,* p. 95 e em Mao Tsé-tung, *Textos,* 1949-1958, Éditions du Cerf, Paris 1975, p. 190.

(37) *Les Dix Grands Rapports,* Edições de Pequim, p. 17.

existe um *desenvolvimento socialista* e um *desenvolvimento capitalista* das forças produtivas e que o primeiro é aquele que favorece o controlo dos trabalhadores sobre os meios de produção desapareceu completamente. Doravante, só se fala de «desenvolvimento das forças produtivas» em termos gerais. Isto liga-se estreitamente à tese segundo a qual desde que o «sistema socialista existe» tudo o que desenvolve a sua «base material» reforça o «socialismo».

Dogmatismo e revisionismo

Seria possível prosseguir ainda durante muito tempo o exame dos temas ideológicos com que a direcção actual do P.C.C. tenta «justificar» o recurso às práticas revisionistas, práticas que nada têm de comum com a Revolução Cultural. Contudo, prosseguir este exame não me parece indispensável, porque aquilo que já escrevi é suficientemente comprovador. Quero pois terminar esta parte da minha carta sublinhando que o *revisionismo actual na China associa práticas estreitamente empiristas a uma ideologia dominada pelo dogmatismo.*

Este dogmatismo manifesta-se pelo facto de, *em lugar de se proceder a uma análise concreta* das realidades sociais e políticas, *se fazerem afirmações e se utilizarem as citações dos «clássicos» do marxismo e de Mao Tsé-tung, isolando-as do seu contexto.* Por outro lado, como vimos, estas referências são até por vezes deformadas ou inventadas. Além disso, não se toma em conta o desenvolvimento das concepções teóricas daqueles que são citados. Deste modo, os textos de Mao Tsé-tung anteriores à Revolução Cultural são colocados em paralelo com os textos da Revolução Cultural. Mais exactamente, *os textos mais antigos são privilegiados em relação aos mais recentes.* Não é evidentemente por acaso: os textos mais recentes são ricos de toda uma experiência de luta contra a burguesia no Partido, experiência fortemente perturbadora para a direcção actual.

Por fim, o dogmatismo do período que se inicia no fim de 1976 é caracterizado pela vontade de apresentar os problemas teóricos fundamentais como «resolvidos», com o objectivo de se opor a que as análises progridam pela via aberta com a Revolução Cultural.

A este respeito, é altamente significativo que possa ter sido afirmado que Mao «construiu a teoria completa e magistral da continuação da revolução sob a ditadura do proletariado» (38).

Dizer que a teoria é «*completa*» é afirmar que só são possíveis *comentários* a esta teoria, é avançar uma proposta metafísica que impede qualquer aprofundamento e novas investigações. É procurar esterilizar a teoria e fazê-la perigar, porque uma teoria que não avança, recua.

Com efeito, trata-se duma tentativa visando utilizar a teoria de Mao Tsé-tung contra ele próprio. Não está longe da fórmula da «teoria completa» de Wu Kiang e da «autoridade absoluta do pensamento de Mao Tsé-tung» de Lin Piao.

Deste modo, a todos os níveis, está-se em presença dum «salto para trás».

Não se pode contestar isto a não ser que não se queira enfrentar a realidade, seja porque se sente, sem querer confessá-lo, que esta realidade obriga a pôr problemas que se considerava estarem «resolvidos», seja porque se prefere recusar a admissão de que estes problemas existem (e creio que você está neste caso, caro Neil Burton). Ou, ainda, contesta-se este «salto para trás» porque se considerou sempre, ou se considera a partir de agora, que a Revolução Cultural era «prejudicial». Tal é, penso eu, o ponto de vista fundamental da maioria dos dirigentes actuais, que glorificam unilateralmente as realizações dos dezassete primeiros anos da República Popular da China (1949-1966) e não dizem praticamente mais nada da *nova etapa revolucionária* que começou em 1966. Claro que não ousam negar de forma expressa e aberta dez anos da Revolução Chinesa (1966-1976), mas o seu silêncio sobre a importância revolucionária destes anos confirma que alinham com as posições da burguesia.

Sendo a situação actual tal como a descrevi, resta ainda explicar *como é que se chegou até lá.* Esta questão é essencial, porque as respostas que se lhe dão comportam *ensinamentos* para o presente e para o futuro.

Com efeito, esta questão comporta vários aspectos. O primeiro tem um carácter essencialmente circunstancial. Diz respeito às condições políticas mais imediatas da derrota da «linha revolucionária», derrota que apareceu abertamente logo a seguir à morte de Mao Tsé-tung. O conhecimento dos acontecimentos (que actualmente só pode ser fragmentário) não

(38) Artigo de Wu Kiang no *Renmin Ribao,* 17 de Setembro de 1977.

nos elucida, aliás, sobre as causas profundas desta derrota. Esse conhecimento também é necessário para a compreensão das características da situação actual.

Observações sobre o significado da expressão «linha revolucionária»

Antes de passar ao exame das condições da derrota da «linha revolucionária», parece-me necessário apresentar um certo número de observações sobre o significado que convém atribuir à expressão colocada entre aspas.

Estas observações são indispensáveis, porque a expressão pode ser enganadora, e ainda o é mais quando se «personaliza» esta linha chamando-lhe «linha política de Mao Tsé-tung».

Com efeito, em nenhum momento uma linha política efectiva «materializa as orientações de princípio dadas pelas instâncias supremas dum partido, mesmo centralizado, ou pelo dirigente colocado no cimo desse partido. A linha política *efectiva* depende sempre das forças sociais (das classes ou das camadas sociais, ou dos elementos saídos destas classes ou destas camadas) que *lhes dão vida*. Ela só corresponde em parte às orientações de princípio que reivindica para si, porque é fortemente marcada pelas aspirações e os interesses próprios destas forças sociais. As aspirações destes últimos dependem, entre outros factores, da representação que fazem dos «interesses colectivos». Uma tal representação é necessariamente afectada pelo *lugar* que estas forças ocupam no sistema das relações sociais. Isto implica que pode existir um afastamento mais ou menos considerável entre a linha política de princípio, enunciada pelas instâncias dirigentes dum partido, e a linha política efectiva (39). Esta depende fundamentalmente das

(39) Esta observação parece-me particularmente importante quando se trata da linha revolucionária posta em prática entre 1966 e 1976. Com efeito, a linha política efectiva destes anos é fortemente afectada pelo facto de os dirigentes revolucionários mais consequentes (isto é, em primeiro lugar Mao Tsé-tung) ficarem relativamente mais isolados do que se pensou durante muito tempo. Não conseguiram que os seus pontos de vista prevalecessem, senão muito parcialmente, porque tiveram de se apoiar em forças sociais e políticas extremamente diversas e variáveis conforme os períodos. Por exemplo, em elementos radicais da pequena burguesia nos primeiros meses da Revolução Cultural, numa parte do Exército Popular de Libertação em seguida, etc. (cf., também sobre este ponto, as notas das pp. 98 e seguintes sobre a Comuna de Xangai e, mais particularmente, a nota 80 da p. 98).

forças sociais que lhe dão o seu conteúdo real, forças de que ela materializa os interesses, as aspirações e as representações.

É pois erróneo identificar a linha política efectiva dum partido com as orientações dum dirigente ou duma instância dirigente. Uma tal linha não é a forma que algumas «directivas» assumiam. É o resultado duma *intervenção* ideológica e política num *processo objectivo*. Pode modificar o decurso deste processo, mas somente dentro de *limites* impostos pelas relações de forças entre as *classes*, relações sobre as quais exerce uma acção que está longe de ser «soberana».

A identificação, pela prática política, de uma linha efectiva com as directivas dadas por uma instância ou por um dirigente político (mesmo quando esta linha *diverge* mais ou menos profundamente das directivas em questão), não depende necessariamente do «estratagema» ou da «intrujice» sistemáticos. É determinada pelas condições em que se desenrolam as lutas políticas, quando a única política oficialmente «legitimada» é aquela que é definida por uma instância suprema.

Assim, o P.C.C. afirma que a linha política posta em prática na China desde a fundação da R.P.C. é a linha «fixada pelo Partido e pelo presidente Mao», isto é, a «linha fundamental» do Partido. Admite-se que esta linha tenha sido «aplicada» também nas épocas em que Liu Chao-chi ou Lin Piao dispunham de poderes consideráveis. Mesmo nesses tempos, diz-se de um modo geral que a «linha fundamental» foi aplicada «no essencial», isto apesar das «interferências» duma «linha hostil», ou da «sabotagem» da linha oficial.

Deste modo, as *divergências* entre as directivas oficiais e a linha efectiva são ao mesmo tempo reconhecidas e negadas. As confusões que daí resultam são por sua vez o resultado do próprio modo (que é, com efeito, de carácter idealista) como a linha política efectiva é relacionada prioritariamente com um «sistema de ideias», e de decisões tomadas «em nome dessas ideias», em lugar de ser explicitamente relacionada com as *forças sociais* que dão corpo à linha política efectiva. É verdade que, na história imediata, um tal passo é muitas vezes inevitável, porque nem sempre é possível o *aparecimento das forças sociais* que dão corpo a uma linha política.

Estas notas não dizem respeito somente à história política da R.P.C. Dizem respeito a quaisquer formações sociais em que a linha política real *deverá ser definida e fixada pelas instâncias supremas dum partido dirigente*, e em que ela se apresenta como tal. Esta circunstância, ligada à existência de certas relações

políticas, pode dar origem ao *mito* duma «direcção única» e do «monolitismo», ou, simetricamente, ao *mito* do «*totalitarismo*».

O partido soviético foi constantemente posto perante o problema, *ao mesmo tempo falso e real,* das «divergências» entre a linha política *proclamada* e a linha política *efectiva,* o que é correntemente designado pelo termo «*ruptura*». Conforme as épocas, esta «ruptura» é imputada às «insuficiências do trabalho de organização» (por exemplo, em 1934, no XVII Congresso do partido soviético, no momento em que se declara que «a organização decide de tudo» (40)). Mais tarde, esta «ruptura» é imputada à acção dos «inimigos», à «sabotagem», às «sobrevivências do passado», etc. Mas pouco importa, o que conta é o reconhecimento explícito da contradição entre a linha de princípio e a linha efectiva (contradição designada pelo termo de «ruptura») e a incapacidade de «pensar» nesta contradição em termos de forças sociais reais.

Se voltarmos à linha política que efectivamente prevaleceu no decurso da Revolução Cultural, devemos sublinhar que esta (que, no seu conjunto, não foi reprovada por Mao Tsé-tung, embora lhe tenha criticado numerosos aspectos) é uma coisa diferente da simples «materialização» das directivas políticas enunciadas nas resoluções do P.C.C. e nas obras do presidente. *Para compreender bem a natureza social real e complexa desta linha,* seria necessário proceder a uma análise *diferenciada* que não é possível no momento. Só uma tal análise poderia mostrar quais são as forças sociais (as *classes* e as *fracções de classes)* que realmente «intervieram» — social ou ideologicamente — na cena política. Estas forças sociais foram os «*agentes*» *daquilo que se manifesta como a linha política de Mao:* determinaram em grande parte o *conteúdo efectivo* desta linha.

É pois só *com bastantes reservas* que se pode empregar a expressão «linha política de Mao Tsé-tung» para designar a linha que dominou entre 1966 e 1976.

Não se deve, além disso, perder de vista que a utilização do nome de um dirigente para qualificar a linha política implica numerosas consequências negativas. Com efeito, quando se trata de um dirigente respeitado, a utilização do seu nome pode ser muito intimidativa. Tende a desencorajar a análise

(40) Cf. o relatório em russo do XVII Congresso, Moscovo, 1934, especialmente pp. 33 e 619.

crítica da linha política, a criar uma situação em que um «*argumento de autoridade*» substitui um exame profundo dos factos e princípios. Esta substituição pode levar a consequências profundamente prejudiciais. Contribui para criar uma atmosfera em que o que dizem certos dirigentes é considerado como «necessariamente verdadeiro» e a desencorajar as massas e os militantes a manifestar as suas próprias opiniões.

O emprego do termo «linha revolucionária» também suscita reservas. Na verdade, toda a linha política efectiva é marcada pelas forças sociais e políticas (nem todas revolucionárias) que participam directa ou indirectamente na sua preparação e mesmo na sua elaboração efectiva. Apesar destas reservas, emprego aqui essas expressões porque, *dadas as condições,* o aspecto principal da linha que prevaleceu de 1966 a 1976 permite dizer que esta linha era a mais revolucionária e também a mais próxima (não obstante enormes divergências) das *concepções de princípio de Mao Tsé-tung,* o que explica que, no essencial, *ele lhe tenha dado o seu apoio.*

Dito isto, voltemos às condições em que esta linha sofreu uma derrota.

As condições políticas imediatas da derrota da «linha política de Mao Tsé-tung» no período que se segue à sua morte

Só vou dizer algumas palavras sobre estas condições. Lembro, antes do mais, que o acesso de Hua Kuo-feng ao poder é o resultado de um *golpe de Estado.* Este golpe de Estado abre caminho a uma reviravolta política e conduz à substituição de uma linha revolucionária e proletária por uma linha revisionista e burguesa.

A sucessão dos acontecimentos mais salientes é bem conhecida. Há outros sobre os quais as informações são raras ou não satisfatórias. Reterei os pontos seguintes.

Logo a seguir à morte de Mao Tsé-tung (9 de Setembro de 1976), a unidade da direcção do P.C.C. em redor da linha praticada até então *não parece* estar abertamente afectada. Os membros da direcção participam todos nas cerimónias em memória do presidente Mao, desenroladas de 11 a 18 de Setembro, sob a presidência de Wang Hong-wen(41).

(41) *P.I.,* n.º 38 de 1976, p. 8.

No dia 18, Hua Kuo-feng toma a palavra e reafirma os temas fundamentais da linha revolucionária. Lembra a existência das classes e as contradições de classes no decorrer da transição socialista. Reafirma a tese das particularidades da luta de classes no decurso da transição. Cita a fórmula pela qual Mao caracterizava Teng Hsiao-ping e os seus partidários:

«Faz-se a revolução socialista e nem se sabe onde está a burguesia. Ora ela existe no Partido Comunista, são os responsáveis comprometidos com a via capitalista, que nunca deixaram de seguir esta linha» (42).

Neste mesmo discurso, Hua Kuo-feng declara também que a Revolução Cultural «destruiu os conluios de restauração urdidos por Liu Chao-chi, Lin Piao e Teng Hsiao-ping, uma vez submetida à crítica a sua linha revisionista contra-revolucionária» (43). Acrescenta também que a luta continua «para criticar Teng Hsiao-ping e ripostar ao desvio de direita que contestava as conclusões justas» (44).

Nos dias seguintes aparecem os sinais duma tensão no seio da direcção do P.C.C. Parece que no dia 19 de Setembro Hua se apoderou dos documentos pessoais de Mao Tsé-tung e que, no dia 29, houve uma sessão tempestuosa (ao nível da Comissão Política?) em que Hua acusa os «quatro» de terem modificado certas palavras de Mao. Contudo, no dia 30 à noite, toda a direcção esteve presente numa «conversa» que se desenrolou no pavilhão colocado sobre a praça Tien An Men (45).

Durante os primeiros dias de Outubro, nota-se, lendo a imprensa com atenção, o aparecimento de formulações divergentes.

No dia 6 de Outubro, Hua Kuo-feng, apoiando-se nas forças de segurança e nos chefes militares da China do Norte, faz o seu golpe de Estado. Manda prender os «quatro» (afirma-se que continuam vivos). No decurso das operações, foi morto Mao Yuan-xin, sobrinho de Mao Tsé-tung. É morto também

(42) *Ibidem*, p. 15.
(43) *Ibidem*, p. 15.
(44) *Ibidem*, p. 16.
(45) Cf. *P.I.*, n.º 40-41 de 1976, p. 5. Cf. também a cronologia dos acontecimentos deste período em A. Bouc, *La Rectification*, Paris, 1977, pp. 159 e seguintes e Chen Ying-hsiang e Claude Cadart, *Les Deux Morts de Mao Tsé-toung*, Paris, 1977, pp. 97 e segs. Estes dois livros sustentam, aliás, pontos de vista muito diferentes do meu (e um do outro).

Ma Xiao-liu, o dirigente das milícias operárias de Pequim (46). No dia 8, nas condições mais duvidosas (uma parte dos membros dos antigos órgãos dirigentes foram presos e outros ficaram sob a ameaça de o serem também), Hua Kuo-feng faz-se «nomear» presidente do Comité Central e presidente da Comissão dos Assuntos Militares do C.C., conservando o ponto de primeiro-ministro. Simultaneamente, Hua atribuiu a si próprio o monopólio da edição e da interpretação das obras de Mao Tsé-tung. Todas estas decisões são tomadas em nome do «Comité Central», que não se reuniu (47). A partir do dia 10, desencadeia-se uma campanha contra os «quatro». Estes são acusados de «revisionismo» e de «tramar conluios e intrigas». Ao mesmo tempo, é lançado um apelo à disciplina. Logo a seguir é anunciada discretamente pela imprensa a «nomeação» de Hua para a presidência (48). Só a 21 de Outubro é que são anunciadas grandes manifestações para «aclamar a nomeação» de Hua e «celebrar o esmagamento do bando dos quatro».

A partir daí, em contradição completa com a verdade histórica, é afirmado que Mao estava em oposição aos «quatro». Em 28 de Outubro, Tchang Yao e Wang são destituídos de todas as suas funções em Xangai, mas a crítica de Teng Hsiao-ping permanece oficialmente na ordem do dia (49).

O editorial comum do *Renmin Ribao* e do *Sienfangjun Bao* de 25 de Outubro esforça-se por «demonstrar» que a «decisão do C.C.» nomeando Hua Kuo-feng presidente do Partido teria sido de acordo com uma decisão tomada pelo presidente Mao em 30 de Abril de 1976. Esta afirmação testemunha a existência no P.C.C. de dúvidas quanto à legalidade de tal nomeação. Donde a necessidade de dar a Hua uma outra «legitimidade»: a da escolha pelo próprio presidente Mao. Na realidade, uma tal «legitimidade» não poderia existir num Partido Comunista que funcionasse em conformidade com os seus próprios estatutos. Mais, essa legitimidade não pode apoiar-se em nada, porque o texto de Mao constantemente citado («és tu que diri-

(46) Cf. Chen Ying-hsiang e Claude Cadart, op. cit., p. 98.
(47) Na melhor das hipóteses reuniu-se uma parte do Comité Permanente da Comissão Política.
(48) Como o faz notar K.S. Karol na sua contribuição intitulada «Da Teng a Teng. Tre anni di lotta politica in Cina», in *Quale Cina dopo la Rivoluzione Culturale*, caderno n.º 6 de *Il Manifesto*, p. 46.
(49) Cf. *P.I.*, n.os 43 e 44 de 1976.

ges os assuntos, então estou tranquilo») *não indica a quem é dirigido e não diz de que «assuntos se trata».*

Em todo o caso, a partir do fim de Outubro, Hua apresenta-se como o único sucessor legítimo de Mao, iniciando uma espécie de «culto» da sua pessoa. A partir de então, a sua fotografia aparece cada vez mais ao lado da de Mao e com o mesmo tamanho (50).

A partir de Novembro de 1976, os apelos à disciplina multiplicam-se, e é anunciada a decisão de restabelecer as «regras e regulamentos racionais nas fábricas». Ao mesmo tempo rebenta uma campanha de calúnias contra os «quatro»; nesta campanha é tão evidente a mentira que é inútil falar nela. Só pode desprestigiar os que a lançaram (51).

A crítica a Teng Hsiao-ping cessa no fim de Novembro de 1976 (52). Em Dezembro, as palavras de ordem produtivistas multiplicam-se.

Em Janeiro de 1977, aparecem várias manifestações exigindo o regresso de Teng. Em Fevereiro, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Huang Hua, declara que o regresso de Teng acontecerá «no momento oportuno». Em Março, Hua Kuo-feng propõe, numa reunião de trabalho do C.C., que se atribua novas funções a Teng. É então que começam as campanhas de «emulação socialista», sendo anunciada uma mecanização agrícola acelerada. Nesse momento, Teng parece ter já regressado *praticamente* às suas funções.

No fim de Junho de 1977, o *Renmin Ribao* faz o elogio das ideias de Teng que tinham sido anteriormente criticadas e aprova as críticas que Teng fazia à linha revolucionária (agora apresentada como sendo a dos «quatro»).

A situação na cúpula evoluiu de tal modo que Teng regressou *abertamente* às suas funções. Quando da III Sessão do C.C. (16 a 21 de Junho de 1977), Hua foi oficialmente nomeado presidente e Teng foi plenamente reinvestido dos

(50) Em 29 de Outubro, o *Sienfangjun Bao* publica um artigo intitulado: «O camarada Hua Kuo-feng é o dirigente incontestado do nosso Partido». Para isto ser assim afirmado é porque, sem dúvida, não é evidente aos olhos de todos.

(51) Além disso, se esta campanha não fosse uma mentira, que seria de um partido em que os dirigentes fizessem tudo o que se reprova aos «quatro» sem que ninguém tivesse alguma vez protestado?

(52) No discurso que Hua fez em 24 de Novembro, quando da deposição da primeira pedra do mausoléu de Mao Tsé-tung, já não aparece nenhuma crítica contra Teng.

seus antigos poderes. No XI Congresso do Partido (2 a 18 de Agosto de 1977), Teng fez o discurso de encerramento.

Assim, mais ou menos dezasseis meses depois de ter sido afastado das suas funções, Teng retoma-as completamente. O povo chinês não teve direito a uma verdadeira explicação. Foi simplesmente informado de que duas decisões contraditórias foram tomadas por unanimidade pelas instâncias centrais do Partido. A primeira decisão foi enunciada como se segue: a Comissão Política do C.C. do P.C.C. «por unanimidade, decidiu demitir Teng Hsiao-ping de todas as suas funções no seio e no exterior do Partido» (53).

A segunda decisão foi formulada assim: a III Sessão Plenária (do C.C. do P.C.C.) «decidiu, por unanimidade, reinvestir o camarada Teng Hsiao-ping em todas as suas funções» (54).

Esta viragem de 180 graus está longe de ser «pacífica». Representa o culminar de uma luta de classes aguda, em que os órgãos de segurança intervêm numa larga escala. É certo que são raras as informações oficiais respeitantes a esta intervenção e às diferentes formas de repressão. Todavia, quando se reúnem informações suficientes, inclusive as provenientes de estrangeiros que viveram na China até há pouco tempo, parece que a repressão terá sido (e é ainda) de grande amplitude. Em todas as províncias acerca das quais dispomos de informações não só houve prisões mas também execuções. Estas parecem ter sido mesmo excepcionalmente numerosas (55).

(53) *P.I.*, n.º 15, de 1976.

(54) *P.I.*, n.º 31, 1977.

(55) Algumas destas execuções são anunciadas oficialmente quer pela rádio quer através de cartazes afixados pelas autoridades. Outras foram divulgadas pelos *dazibao*, ou então tomou-se conhecimento delas por terem sido vistos camiões a transportar presos com letreiros ao pescoço, letreiros estes que referiam precisamente a sua condenação à morte. As coisas foram tão longe que se tornou necessário lembrar, ao nível oficial, que seria aconselhável suspender certas execuções. Dificilmente se pode afirmar com segurança que, no período de luta contra os direitistas, as execuções tenham sido menos numerosas. Todavia, apesar daquilo que se diz hoje, parece bem que sim. O presente regresso em força dos direitistas aos postos de direcção testemunha, em todo o caso, que eles apenas haviam sido afastados das suas responsabilidades. Aliás, a linha de Mao Tsé-tung opunha-se às execuções, em grande número, dos contra-revolucionários. Assim, em *Os Dez Grandes Relatórios*, Mao escreve:

«Qual é o inconveniente de renunciar a uma execução? Aqueles que podem ser reeducados pelo trabalho devem ser reeducados pelo trabalho, o que transforma uma coisa inútil numa coisa útil. Por outro lado, a cabeça de um homem não cresce como um alho-porro. Quando é cortada, não aparece outra em

Do mesmo modo, a imprensa acentua o papel dos órgãos de segurança, em especial nos finais de 1977 (por exemplo, o *Renmin Ribao* de 27 e de 28 de Novembro).

A repressão é acompanhada, ao longo de 1977, por uma «depuração» maciça no Partido. Também aqui são raras as informações, não permitindo avaliar a amplitude das operações. Todavia, segundo alguns viajantes regressados da China e que tiveram a possibilidade de falar com altos funcionários, seria de pensar que um terço dos quadros teria sido «depurado». Os atingidos seriam essencialmente os quadros formados no decurso da Revolução Cultural. A actual depuração é acompanhada pelo regresso maciço dos quadros anteriormente depurados. De tal modo que, na própria composição dos seus quadros, o P.C.C. de finais de 1977 está muito mais próximo do de 1965 que do de Outubro de 1976.

Paralelamente ao regresso dos direitistas, verifica-se que se reforçam as posições de Teng Hsiao-ping. Os seus colaboradores mais próximos vão ocupando progressivamente postos-chave, em especial no sector da organização do Comité Central (56) (de que dependem as nomeações, as mudanças de cargo, as promoções ou as demissões em todos os organismos pertencentes ao Partido) e noutros sectores centrais, assim como à escala de numerosas províncias.

Ao mesmo tempo que se reforçam as posições de Teng, dá-se cada vez mais relevo à produção, que «passa à frente da luta de classes» (57). Isto acompanhado pelo aparecimento de novos alvos propostos à crítica. Estes alvos não são ainda apontados com clareza, mas pode detectar-se o seu aparecimento através de várias alterações de formulação. Destacarei as seguintes: a fórmula que incitava a criticar «Liu Chao-chi, Lin Piao e o bando dos quatro» é frequentemente substituída por uma fórmula que não inclui o nome de Liu Chao-chi. Agora faz-se referência, de tempos a tempos, à «necessidade de contra-atacar não só à direita mas à também à "esquerda"»

seu lugar. Portanto, se houver engano quando se corta uma cabeça, não há nenhuma possibilidade de corrigir o erro. Aplicar a política que consiste em não executar ninguém durante a repressão dos contra-revolucionários nos órgãos do Governo não nos impede de assumir uma atitude firme em relação a eles.» (citado de Mao Tsé-tung, *Textes de 1949-1958*, ob. citada, p. 186).

(56) Hu Yao-pang passa a dirigir este departamento em Dezembro de 1977. Antigo secretário-geral da Liga da Juventude Comunista, foi severamente criticado, durante a Revolução Cultural, pelas suas concepções revisionistas.

(57) *Renmin Ribao*, 12 de Dezembro de 1977.

(este último termo é posto entre aspas para mostrar que não se trata de uma verdadeira esquerda). Esta declaração parece ir abrir caminho a uma nova campanha de crítica, pois o *Renmin Ribao* de 12 de Dezembro de 1977, que a utiliza, acrescenta: «Muita gente não soube distinguir a verdadeira esquerda da falsa.» No princípio de 1978, esta campanha prosseguiu principalmente no jornal do Exército, que se vira (sem designar o nome de ninguém) contra «aqueles que mudam como o vento», que são especialistas da «mudança a 180 graus» (58) e que tentam escapar-se às responsabilidades fazendo coro com aqueles que criticam os «quatro». Se esta orientação se confirmasse, devia conduzir a novas depurações que atingiriam todos aqueles que se mostraram activos nas críticas a Teng e que, a seguir, deram provas do mesmo zelo contra os «quatro» (59).

Este recordar dos «acontecimentos» que acompanharam e que se seguiram ao golpe de Estado de Outubro de 1976 é certamente necessário para apreciar as condições imediatas em que se deu esse golpe, assim como para se ter uma ideia parcial de algumas das suas consequências. Não permite explicar por que é que estes «acontecimentos» se produziram, como foram determinados pelas mudanças nas relações de forças entre as classes e por que é que tiveram lugar essas mudanças. A última parte da minha carta tenta responder a algumas destas questões.

As mudanças nas relações de forças entre as classes e a vitória de uma linha revisionista

Já afastei a «explicação» simplista de que a nova linha do P.C.C. teria sido imposta pelo «falhanço económico» da linha praticada anteriormente. Fundamentalmente, esta explicação é falsa. Com efeito, já o vimos, o balanço económico global dos anos 1966-1976 é muito positivo. Pode-se, é certo,

(58) Cf. o artigo de Alain Jacob, no *Le Monde de* 13/1/1978.

(59) Será preciso lembrar que, no momento em que foi nomeado interinamente vice-primeiro-ministro (em Fevereiro de 1976) Hua Kuo-feng propôs que a campanha de crítica a Teng Hsiao-ping fosse lançada sob a direcção do Partido? Esta indicação tinha sido dada pelo jornal do Exército, em 8 de Novembro de 1976, mas Hua não diz evidentemente mais nada sobre isso, aquando do XI Congresso. (Cf. *Quale Cina...,* obra citada, pp. 42-43).

pensar que teria podido e até que deveria ter sido melhor e que, nos próximos anos, será necessária *uma certa* aceleração dos ritmos do desenvolvimento económico. Mas nada prova que esta aceleração não podia ser obtida sem abandonar a linha revolucionária, mediante uma rectificação desta. É por isso que, a meu ver, este abandono não poderá ser explicado por «necessidades económicas», mas somente pela inversão das relações de forças entre as classes.

Na ausência de um verdadeiro balanço dos anos 1966-1976, é impossível (e seria aliás em vão) pretender enumerar as rectificações que teriam podido ou deviam ser feitas à linha anterior. Só um grande debate e uma experimentação social (que não aconteceram) teriam permitido eliminar concretamente os erros cometidos, aprofundando a linha revolucionária.

Uma coisa, em todo o caso, é chocante: no município de Xangai, onde a linha revolucionária foi seguida com mais coerência (com o mínimo de interferências dos elementos hostis a esta linha, que a sabotavam na prática embora a defendessem teoricamente), os resultados «económicos» eram excelentes. Aqueles que viveram na China e que trabalharam nas fábricas de Xangai e de outras cidades declaram, de modo geral, que nas fábricas de Xangai a atmosfera, mesmo do ponto de vista do trabalho e da produção, era no conjunto pelo menos tão boa e até geralmente melhor que antes.

Contudo, a derrota da linha revolucionária não cai do céu. Também não se pode explicá-la evocando somente a «habilidade», a «astúcia» ou a «ausência de escrúpulos» dos adversários desta linha. Estes elementos tiveram certamente o seu papel. Não são essenciais. Se esta linha sofreu uma derrota, foi porque, de certa maneira, *tinha fracassado.*

É absolutamente essencial *interrogarmo-nos sobre a natureza e sobre as razões deste fracasso* (que, finalmente, se situam ao nível das relações entre as classes). Esta interrogação deve poder trazer respostas de um alcance muito geral, que não dizem respeito apenas à China.

Repito-o: neste momento, só é possível dar respostas parciais e provisórias, mas estas poderão talvez servir de ponto de partida para uma reflexão mais ampla, incluindo a crítica daquilo que porventura pode estar errado nas respostas dadas aqui.

É necessário, primeiro, sublinhar que o principal obstáculo ao enunciado das respostas suficientemente desenvolvidas é

a ausência de uma análise de classe na China actual. É um facto grave e significativo: *o P.C.C. nunca fez tal análise.* Alguns dos «quatro» tentaram preencher este *vazio,* mas não o conseguiram. Foram impedidos disso por uma elaboração insuficiente dos conceitos teóricos necessários à análise de classe de uma formação social em transição. Esta insuficiência traduz-se pela tendência em definir a burguesia chinesa actual não em referência ao seu lugar nas relações de produção mas pela sua ideologia ou pela sua linha política, ou, em rigor, pelas relações de distribuição concebidas como um efeito do «direito burguês». Definitivamente, a burguesia parece ser um produto da superstrutura e não da base económica. Uma tal insuficiência tem a sua origem no emprego da noção (que está em contradição com o marxismo) de «propriedade socialista», concebida esta como um efeito sobre a base económica de uma transformação na superstrutura.

Esta insuficiência teórica deriva de múltiplas razões, em particular da ausência de um grande debate que fuja às fórmulas estereotipadas e ao ataque cerrado dirigido pelos adversários da linha revolucionária contra todas as tentativas que visam desenvolver uma análise de classe da sociedade chinesa actual. Não é por acaso que uma das «acusações» lançadas hoje contra os «quatro» é a de terem pretendido proceder a uma análise de classe da China. O que é, dizem, inútil, pois que esta análise teria sido já feita, há muito tempo, por Mao Tsé-tung.

Se a ausência de uma análise de classe na China actual constitui um obstáculo a uma compreensão plena das mudanças que se operaram nas relações de classe no decurso dos últimos anos, ela é também, e isto é muito mais grave, *uma das razões do fracasso da linha revolucionária.* Não se podem transformar de forma revolucionária as relações de classe se não se conhecem essas relações. Na ausência deste conhecimento, um partido dirigente, no fim de contas, apenas pode gerir o *status quo,* tentando «modernizar a economia» (60).

Nunca será demasiado sublinhar a gravidade de uma situação em que não existe um único documento do Partido apresentando uma análise materialista das classes e das camadas

(60) W. Aschmoneit desenvolve esta reflexão no artigo «China: die Privilegierung der Intelligenz», in *Berliner Hefte,* Janeiro de 1978, pp. 27 e segs.

sociais da China actual, as diferenças sociais no seio da classe operária ([61]) e no seio das comunas populares ([62]).

A ausência de análise concreta das novas relações de classes traduz-se *pelo recurso estereotipado a etiquetas*. Os exemplares disto são numerosos. Assim, mais de vinte anos depois da fundação das comunas populares, continua-se a empregar as categorias (significativas na altura da fundação) ([63]) de camponeses pobres, camponeses médios, camponeses médios da camada superior, camponeses ricos e proprietários de bens de raiz. Hoje, estas categorias só funcionam como um *substituto* irrisório de uma análise das classes e das camadas sociais *actuais*.

Ao mesmo tempo, em vez de uma verdadeira análise das bases de classe das diferentes linhas, recorre-se à denúncia das linhas «criticadas» utilizando sempre *o mesmo «stock» de etiquetas*. O resultado é uma pura repetição das *mesmas acusações dirigidas aos defensores de linhas opostas*. Eis um exemplo típico:

Em 1976, no artigo intitulado «Uma grande vitória», o *Renmin Ribao* (de 10 de Abril) afirma que a base social de Teng Hsiao-ping é constituída pelos «responsáveis do Partido ligados à burguesia da nossa sociedade, assim como aos proprietários de bens de raiz, aos camponeses ricos, aos contra-revolucionários, aos maus elementos, aos burgueses direitistas mal reeducados» ([64]).

Em 1977, Hua Kuo-feng, que tinha aceite a «análise» precedente, declara no seu relatório apresentado no XI Congresso, tendo Teng Hsiao-ping a seu lado, que os «quatro» são «os representantes típicos, no nosso Partido, dos grandes proprietários, dos camponeses ricos, dos contra-revolucionários e dos maus elementos, assim como dos novos e antigos elementos da burguesia» ([65]).

Tais formulações manifestam a incapacidade ou a recusa

([61]) Como assinala W. Aschmoneit, que se sabe destas diferenças, para além da existência de oito escalões de salários? Que se sabe das diferenças de qualificação, do papel dos trabalhadores eventuais, das relações entre os operários das pequenas e médias empresas rurais com os operários das grandes fábricas urbanas? (*Ibid.*, p. 32).

([62]) W. Aschmoneit assinala também que não se sabe praticamente nada dos efeitos sobre a diferenciação social das campanhas de transformação dos processos de produção que se têm seguido à criação das comunas populares.

([63]) E ainda o são, porque se trata em geral de diferenças sociais anteriores à reforma agrária, hoje com mais de vinte e cinco anos.

([64]) Cf. *P.I.*, n.º 16 de 1976, p. 3.

([65]) *P.I.*, n.º 35, de 1977, p. 30.

da direcção de expor ao Partido e ao povo chineses uma análise *séria* de classe das linhas políticas criticadas. Se se supõe que uma tal análise foi feita mas que foi guardada «secretamente» (o que é inverosímil), isso seria indigno de um Partido que pretende guiar as massas populares. Com efeito, tudo leva a crer que a direcção do P.C.C. não fez nenhuma análise de fundo, e que só consegue repetir sempre os mesmos lugares-comuns ([66]).

Bem entendido, o facto de certas lutas (sobre questões essenciais e que abalaram o P.C.C. no decurso destes últimos anos) não terem sido orientadas por uma análise séria de classe e rigorosa, não quer dizer que elas não correspondessem a *profundas clivagens de classes*. Mas isto implica que tais clivagens foram apreendidas *intuitivamente* e *globalmente*, quer dizer, *sem cambiantes*. Nestas condições, é impossível *traçar linhas de demarcação correctas*, tratar de modo justo as *contradições secundárias* (que podem assim tomar um carácter antagónico) e, consequentemente, estabelecer compromissos correspondentes às alianças de classe exigidas pelo prosseguimento da transição socialista.

Em grande medida, a história da Revolução Cultural é a de um grande avanço ([67]) (que se verificou entre Maio de 1966

([66]) Quando se trata de denunciar antigos quadros eliminados por terem agido de forma considerada «errónea», o recurso a *estereótipos* é também muito corrente. Todos eles são mais ou menos acusados de terem sido «espiões» ou «agentes secretos». É nestes termos que Kiang Ching acusou numerosos escritores e artistas, no decurso da Revolução Cultural, e é assim também que ela foi acusada por sua vez. Também aqui se «colam etiquetas» em lugar de apresentar uma análise concreta. A repetição de um tal método implica que, em vez de dar explicações às massas populares, se lhes recusa toda a explicação. *Obscurece-se* assim a própria história e, ao mesmo tempo, tenta-se *arrancar-lhes a sua memória histórica*, portanto, *desarmá-las*, utilizando documentos truncados ou falsos, falsificando-lhes as fotografias. Não se trata somente de ausência de análise mas também de desprezo em relação às massas populares.

([67]) Este avanço desenvolve-se a partir do Verão de 1966. Foi precedido por uma intensa luta ideológica de classe em que os estudantes e os jovens operários tiveram o papel de uma *vanguarda*. Quando visitei algumas fábricas no Verão de 1967, os membros dos comités revolucionários de fábrica explicaram-me, mais de uma vez, que no início da Revolução Cultural a maior parte dos operários não se sentiram comprometidos e até mesmo expulsaram os estudantes e os jovens operários de outras fábricas que queriam discutir com eles. Só a pouco e pouco, a seguir a um intenso trabalho de propaganda, é que as grandes massas operárias se puseram em movimento. É para esta dialéctica que eu chamei a atenção de Maria Antonietta Macciocchi. Daquilo que eu lhe disse ela entendeu que, para mim, a Revolução Cultural não teria sido um verdadeiro movimento de massas mas sim «tentativa ideológica de uma vanguarda para impor o seu próprio caminho e, por conseguinte, o nascimento de uma

e Fevereiro de 1967) seguido duma série de recuos e de novos avanços. Os recuos são causados essencialmente pela incapacidade da esquerda em estabelecer os compromissos indispensáveis e as alianças de classe necessárisa. Os primeiros passos atrás da Revolução Cultural são já atribuídos por Mao Tsé-tung a esta incapacidade.

Isto não diz só respeito às relações entre as forças políticas mas também às relações entre as próprias classes (68).

Um certo número de frases de Mao Tsé-tung (que isoladas do seu contexto e enquadradas por comentários apropriados são apresentadas hoje em dia como *críticas* contra os «quatro») são na realidade *conselhos* que lhes são dados: não se isolar; evitar criar uma facção; não agir precipitadamente. Estes conselhos são radicalmente diferentes das críticas dirigidas por Mao Tsé-tung aos partidários da linha revisionista como Liu Chao-chi ou Teng Hsiao-ping.

Para além dos problemas tácticos (que dizem respeito às relações entre as forças políticas), um dos elementos que entraram em jogo, parece-me, de uma forma decisiva, no fracasso da linha revolucionária, foi a incapacidade de tratar correctamente o problema dos intelectuais, e, consequentemente, o dos quadros. Uma das consequências desta incapacidade é o facto de os «quatro» aparecerem muitas vezes como mais aptos para *impor* os seus pontos de vista e eliminarem os adversários do que para porem em prática uma linha política plenamente construtiva.

Os partidários da linha revolucionária souberam construir diversas *formas de aliança* entre as massas trabalhadoras e os intelectuais (em particular, as diferentes formas da *tripla união)*, mas nem sempre souberam tratar *correctamente as contradições no seio da aliança.* Em consequência disso tiveram tendência para *substituir a direcção política pela coacção.*

Desenvolveram-se assim os antagonismos. Estes engen-

---

nova burocracia antiburocrática» (cf. M. A. Macciocchi, *Après Marx, avril,* Seuil, 1978, pp. 26-27). É bem claro que uma vanguarda que tivesse querido «impor-se» não teria podido nunca desencadear o movimento de massas que foi a Revolução Cultural.

(68) O aparecimento das razões desta incapacidade exigiria uma análise longa e complexa que não posso fazer aqui, e para a qual me faltam, aliás, elementos. As razões são certamente sociais, ideológicas e políticas. Mencionarei algumas, mais adiante. Do ponto de vista ideológico essas causas estão ligadas a uma incompleta ruptura com as concepções antimarxistas da época estalinista.

draram, da parte de alguns dos partidários de esquerda, medidas vexatórias, troça e até actos de repressão, que muitas vezes foram dirigidos não contra os verdadeiros inimigos mas contra aqueles que eram simplesmente suspeitos de o serem. Estas práticas foram frequentemente usadas por elementos não realmente revolucionários, oportunistas ligados formalmente à esquerda e que procuravam sobretudo tirar partido, com objectivos pessoais, do prestígio desta.

Por outro lado, os próprios dirigentes de esquerda adoptaram uma atitude sectária em relação aos cientistas e aos artistas. Assim, foram postos entraves ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos e técnicos e ao pleno progresso das actividades literárias e artísticas. A leitura das revistas e dos livros estrangeiros foi muito limitada (o que reflecte, também, a contaminação de uma parte das actividades ligadas à linha revolucionária por uma ideologia *populista* e mesmo xenófoba). Sob o pretexto de exercer um controlo estreito sobre as publicações e as obras literárias, cinematográficas, teatrais, etc., o número de novas obras cujo aparecimento era autorizado foi muito fraco. No campo das ciências, a quantidade de títulos publicados desceu para um número muito baixo e a maior parte das revistas desapareceu. Até o acesso às bibliotecas foi bastante restringido.

Como já sublinhei atrás, é possível que algumas destas medidas tenham sido tomadas por adversários da linha revolucionária fingindo agir em seu nome e procurando deste modo prejudicá-la. Em todo o caso, as medidas deste género não só prejudicaram inutilmente o desenvolvimento das ciências e das técnicas e o das actividades culturais como também foram encaradas com troça pelos intelectuais e acabaram provavelmente por ser condenadas por uma parte das massas populares.

Nas condições que acabam de ser descritas, tornou-se inevitável que a maior parte dos intelectuais não apoiasse a linha revolucionária ou que só a tenha apoiado superficialmente.

Os partidários da linha revolucionária não rectificaram a tempo as práticas que favoreciam o desenvolvimento de contradições com os intelectuais. Foram assim levados a multiplicar as medidas de repressão e de coacção. As descrições destas medidas são muito numerosas e já foram referidas demasiadas vezes para que seja de utilidade repeti-las aqui. Mesmo que estas descrições sejam exageradas, não se pode duvidar de que correspondem, no fundo, a uma realidade.

Para resumir o que já está dito, creio que se pode aceitar a formulação feita por W. Aschmoneit quando, sob o título de *Revolucionarização pelo constrangimento,* escreve: «A aliança entre a *intelligentsia* e as classes trabalhadoras não se fez suficientemente; em parte, até se verificou o aprofundamento da desconfiança e da incompreensão recíprocas.» (69)

Logo que o constrangimento intervém no que devia ser uma prática de aliança, tem tendência a estender-se cada vez mais. Assim, o constrangimento (70) pesou também sobre uma parte das massas. Isto suscitou um descontentamento no seio destas (por exemplo, entre os jovens obrigados a estabelecer-se no campo — muitas vezes sem convicção nem preparação suficientes — e nas suas famílias (71)).

A unidade das massas não pode pois desenvolver-se. Em muitos casos, em vez de se permitir às massas que se exprimissem, assistiu-se ao aparecimento de «porta-vozes», agindo em seu lugar e independentemente delas. De todas as vezes que isto aconteceu, os resultados obtidos foram pouco sólidos, e cresceu o terreno para uma contra-ofensiva revisionista (conduzida sob o estandarte da «liberalização»).

É impossível, para quem não viveu na China, fazer um verdadeiro balanço das lutas destes últimos anos. Contudo, é possível assinalar algumas das principais *características* destas lutas e, a partir daí, compreender por que é que elas terminaram com a derrota da linha revolucionária.

Uma das características das lutas destes últimos anos é, certamente, a forma *sectária* como elas geralmente foram conduzidas. Este sectarismo é em parte uma consequência da ausência de uma verdadeira análise de classes que permitisse traçar correctamente as linhas de demarcação e passar às alianças. É em parte também o resultado de uma concepção esquemática do marxismo, conduzindo ao *dogmatismo.* O sectarismo traduz, em grande medida, a continuidade da *influência* das formas *degeneradas* da ideologia bolchevique, que se desenvolveram no decurso dos anos trinta e que levaram à *transformação do marxismo no seu contrário* (72). Bem entendido, o revisionismo chinês sofreu também esta influência, mas esta não entra em contradição com os seus próprios objectivos, como é o caso da linha revolucionária que não dispôs de concepções teóricas que lhe permitissem desenvolver a sua acção de forma plenamente coerente. O revisionismo chinês não foi de modo nenhum perturbado por esta situação. Pelo contrário, pôde assim utilizar ao mesmo tempo concepções *dogmáticas e ecléticas.*

Este ecletismo deu à linha revisionista um rosto *aparentemente menos constrangedor.* Assim, na altura da morte de Mao Tsé-tung, o descontentamento dos intelectuais e uma certa lassitude das massas levaram uma parte destas (que temiam, por outro lado, uma guerra civil) a aliar-se à linha revisionista, isto *depois* dos partidários desta última terem realizado o seu *golpe de Estado.*

Uma das características das lutas dos últimos anos (características que permitem explicar a derrota da linha revolucionária) é o aspecto *intensamente personalizado que elas tomaram.* Esta personalização das lutas culmina naquilo que tomou a forma de um verdadeiro «culto de Mao». Este «culto» teve, momentaneamente, um papel positivo, mas, no conjunto, foi profundamente negativo: deu a possibilidade, a dirigentes revisionistas hábeis, de se ocultarem por trás da suposta confiança que Mao lhes concedera, de falar «em seu nome» ou de se proclamarem «seus continuadores» (o exemplo de Lin Piao e o de Hua Kuo-feng mostram que esta possibilidade não foi uma simples hipótese).

Uma tal possibilidade teve por resultado que, com a personalização das lutas, estas, em lugar de se manifestarem sobretudo como conflitos resultantes de problemas com princípios e linhas, tomaram a aparência (apesar das declarações *gerais* que as apresentam como uma luta entre duas linhas) *de combates pessoais entre indivíduos que queriam conquistar lugares,* isto a todos os níveis.

Além disso, esta aparência faz evidentemente parte da realidade. Com efeito, a palavra de ordem «tomar o poder político» levou muitas vezes à transformação da luta política numa

(69) Artigo citado, p. 30.
(70) Não se trata necessariamente, nem frequentemente, de um «constrangimento exercido por via administrativa», mas de uma «pressão social».
(71) É preciso notar que o problema da partida, mais ou menos voluntária, dos jovens para o campo diz respeito não só aos filhos de intelectuais mas também aos filhos de operários.

(72) Na última parte do tomo II de *Les Luttes de classes en U.R.S.S.* (Seuil//Maspero, 1977), analiso o processo de transformação da ideologia bolchevique. Não tenho oportunidade de voltar a falar nisso aqui.

caça aos lugares (73), caça em que os ataques pessoais contra aqueles que ocupavam esses lugares tiveram frequentemente um papel mais importante do que as lutas de princípio. Contudo, a substituição dos combates pessoais na luta pela transformação das relações de classe não podia deixar de suscitar a indiferença e o cansaço das massas, porque não viam em que é que as suas condições de existência e de trabalho poderiam ser modificadas por disputas desta natureza. Os partidários da linha revisionista jogaram também com este cansaço, apresentando-se como aqueles que trariam a «ordem» e a «tranquilidade». Com efeito, uma vez conseguido o poder central, entregaram-se às piores perseguições e depurações, à pior das caças aos lugares, mas fizeram-no com menos ruído, operando nas costas das massas populares.

Às notas precedentes, podemos ainda acrescentar uma outra, que diz respeito ao carácter por vezes *hermético* das lutas políticas. Só darei um exemplo.

A campanha Pi-Lin-Pi-Kong (crítica de Lin Piao e crítica de Confúcio) visou, parece, vários alvos diferentes, conforme os momentos e conforme os participantes na campanha. Foram aparentemente visados não só Lin Piao e Confúcio mas também Chu En-lai, os «quatro», Teng Hsiao-ping, e talvez outros. Contudo, só um pequeno número conseguiu captar o sentido de um tal «debate». Para os outros, o prosseguimento desse debate e a necessidade de «participar» nele tornou-se, a longo prazo, insuportável.

O próprio *hermetismo* de certas lutas traduz o facto de os seus protagonistas *não procurarem fazer com que as massas participem realmente*. Estas lutas desenrolam-se entre dirigentes. Estes faziam «apelos às massas» para obter o apoio delas, mas o conteúdo daquilo que está em jogo está longe de ser sempre claramente exposto. O recurso às mesmas etiquetas para denunciar os defensores de linhas políticas profundamente diferentes deriva em parte do mesmo hermetismo. Antigos dirigentes foram assim expostos à cólera das massas, recorrendo a etiquetas corriqueiras, isto é, *sem explicarem às massas populares os dados reais*, sem as ajudar, portanto, a penetrar na política e a manterem-se aí. A este respeito, o episódio da Comuna de Xangai é particularmente significativo. É preciso dizer algumas palavras sobre este assunto.

(73) Cf. as notas de W. Aschmoneit sobre este assunto, artigo citado, p. 31.

A Comuna de Xangai; alcance teórico e prático do seu desaparecimento rápido

É preciso agora irmos um pouco atrás. Isto é tanto mais indispensável quanto o episódio da Comuna de Xangai tende a ser passado em silêncio, enquanto os acontecimentos que lhe dizem respeito têm uma importância teórica e prática considerável.

Vou recordar primeiro um certo número de factos.

A partir de Novembro de 1966, assiste-se em Xangai (e também noutros lugares, noutras cidades industriais, principalmente em Tientain e no Nordeste) à multiplicação dos comités de fábrica da Revolução Cultural, comités que instauram um «duplo poder» nas empresas. Este desenvolvimento é instituído por uma directriz, em doze pontos, do grupo central da Revolução Cultural (74).

Nas fábricas de Xangai, o poder dos comités da Revolução Cultural impõe-se assim paralelamente ao poder dos grupos de produção, constituídos essencialmente por quadros. No fim de Dezembro, estes últimos grupos desagregam-se. Ao mesmo tempo, nos comités de fábrica desenvolveram-se organizações revolucionárias de massas (chamadas «quartéis-generais»). Estes têm dificuldade em se entenderem entre si, mas contestam o poder da municipalidade, que acusam de revisionista. Depois da realização de comícios que reuniram mais de um milhão de trabalhadores, o poder da municipalidade desagrega-se no início de Janeiro de 1967 (75).

No dia 9 de Janeiro de 1967, trinta e duas organizações estabelecem um acordo sobre aquilo a que se chama «Aviso urgente», que enuncia uma série de regras e prepara aparentemente uma nova forma de poder. Toda a imprensa chinesa publica este documento, e é o próprio Mao Tsé-tung que o considera um modelo. O *Renmin Ribao* de 22 de Janeiro de 1967, comentando este texto, escreve: «A luta das massas revolucionárias para tomar nas suas mãos o seu próprio destino

(74) Este documento tem a data de 17 de Novembro de 1966. Foi publicado, principalmente, pelo *Jornal dos Guardas Vermelhos* do Instituto Aeronáutico de Pequim, no dia 23/12/1966 (Cf. *C.C.P. Documents of the Great Cultural Proletarian Revolution,* U.R.I., Hong-Kong, 1966, p. 133).

(75) Encontra-se uma historiação destes acontecimentos no livro de K. S. Karol, *La Deuxième Révolution Chinoise,* R. Laffont, 1973, pp. 238 e segs.

pode apresentar múltiplas formas, mas resume-se, no fim de contas, à necessidade de conquistar o poder. *Com o poder, as massas têm tudo; sem o poder não têm nada...* Somos nós, a grande massa dos operários, dos camponeses e dos soldados, e mais ninguém, que somos os mestres incontestáveis do mundo novo.»(76) Nas paredes da cidade aparece a palavra de ordem: «Todos os poderes à Comuna.»

As coisas, contudo, arrastam-se. Só no dia 5 de Fevereiro de 1967 é que a Comuna é proclamada. A sua proclamação foi saudada com um comício de um milhão de trabalhadores. Os oradores declaram que «o comité municipal do Partido e o comité municipal da cidade foram destruídos e que foi instituído um novo órgão do poder, conforme a doutrina do presidente Mao e os princípios da ditadura do proletariado»(77).

Todavia, a Comuna de Xangai não foi festejada pela imprensa central (nem tão-pouco a formação de comunas noutras cidades, especialmente em Taynan). Sem ser oficialmente reprovada, não foi de forma nenhuma «reconhecida» pelo poder central. Alguns vinte dias após a sua fundação, desaparece com a criação do comité revolucionário de Xangai, presidido por Tchang Tchuen-Kiao, que tinha participado nos trabalhos da Comuna de Xangai, conforme sugestão do grupo central e com o acordo de todas as organizações fundadoras.

Assim, em Xangai — como noutras cidades — a forma de comuna, mencionada na declaração de dezasseis pontos, foi abandonada e substituída pela dos comités revolucionários.

Nunca foi desenvolvida uma verdadeira argumentação visando o abandono dessa forma. Só foram enunciadas algumas razões. Encontramo-las principalmente no discurso que Tchang Tchuen-kiao pronuncia em 24 de Fevereiro, e no qual dá conta de observações feitas por Mao Tsé-tung à criação da Comuna de Xangai (78).

Segundo este discurso, Mao Tse-tung não põe em causa o princípio da Comuna, mas interroga-se sobre se o processo seguido quando da formação da Comuna de Xangai teria

(76) Citado atrás *ibid.*, pp. 240-241.

(77) Editorial do *Wen Hui-pao* (de 6-2-1967), principal jornal da cidade, citado por K. S. Karol, *ibid.*, pp. 250-251.

(78) Cf. *ibidem*, pp. 253-255. Largos extractos deste discurso foram reproduzidos in *Survey of the China Mainland Press*, n.º 4147. Ver também, Mao Tsé-tung, *Le Grand Livre Rouge (1949-1971)*, Flammarion, 1975, pp. 224 e segs.

sido correcto. Duvida, por outro lado, que o modelo inspirado na Comuna de Paris possa ser adoptado noutras cidades para além de Xangai, o centro operário mais avançado da nação. Interroga-se também sobre os problemas internacionais que levantaria a proclamação de comunas por toda a China. Estas observações não são muito convincentes. Têm, sobretudo, a forma de perguntas. De qualquer modo, não levam à condenação da Comuna, mas constituem, na verdade, um apelo à reserva e à prudência.

De facto, o principal problema evocado por Mao é o do Partido. Parece, com efeito, muito inquieto quanto à sorte reservada aos quadros e à tendência de certos rebeldes para «destituir todas as pessoas responsáveis». Ele pergunta: «Teremos ainda necessidade do Partido?» E responde: «Penso que temos necessidade de um núcleo de bronze, para nos reforçarmos no caminho que ainda nos falta percorrer. Podemos chamar-lhe como quisermos, Partido Comunista ou Partido Socialista, mas é necessário termos um partido. Não devemos esquecer isso.»

Aqui, põe-se uma questão: como se explica que os dirigentes revolucionários do P.C.C., que tinham defendido a forma política da comuna, a tenham praticamente recusado, achando que a China não estaria «amadurecida» para esta forma política? Como se explica que abram assim um novo curso, que será caracterizado por uma série de recuos, entrecortados de contra-ofensivas parciais e cada vez menos eficazes?

Ao nível do desenvolvimento concreto da Revolução Cultural, dois conjuntos de factores devem ser tomados em consideração.

O primeiro é a incapacidade aparente em que se encontram as diferentes organizações revolucionárias (em Xangai ou noutro sítio) para se unirem. Têm tendência a opor-se frequente e violentamente, e a entregar-se a promessas exageradas. Estas podem conduzir à confusão e a uma eliminação maciça de quadros honestos e devotados. Mao Tsé-tung descreve esta situação, em Julho de 1967, quando verifica a incapacidade dos militantes mais combativos da Revolução Cultural para se unirem e se aliarem com todos aqueles com quem se deveriam entender (79).

(79) Cf. Jean Daubier, *Histoire de la Révolution Culturelle*, Maspero, 1970, pp. 289 e segs. Edição portuguesa: *História da Revolução Cultural Chinesa*, I-II, Editorial Presença, Lisboa. (*N. do E.*).

O segundo conjunto de factores é a reacção negativa de uma maioria de membros do Partido ao mais alto nível perante a situação que se estabelece no início de 1967. Estes membros do Partido não tinham, na sua maioria, posições revolucionárias. Sem o dizerem abertamente, são hostis à Revolução Cultural. Ora, como são numerosos e a posição revolucionária não dispõe da maioria do Partido (80), os apelos daqueles membros à «moderação» são escutados; se o não tivessem sido, estaria em cheque a unidade e até a existência do Partido. A atitude de numerosos veteranos da Revolução exprime-se na intervenção de Tan Chen-lin, numa reunião alargada da Comissão Política. Durante a sua intervenção, apresentada em Janeiro de 1967, Tan declara:

«Vocês ainda têm necessidade da direcção do Partido? Querem destruir todos os velhos quadros? Falo aqui em nome de todos os veteranos da Revolução e prefiro ser decapitado ou metido na prisão a assistir impassível à humilhação de tantos dos nossos velhos camaradas.»(81)

---

(80) Sabe-se que os dirigentes mais consequentes da linha revolucionária tiveram constantemente de se apoiar (e de fazer compromissos, por isso) em diversas correntes ideológicas e políticas, por causa da sua posição minoritária, posição que não conseguiram ultrapassar. Assim, numa carta datada de 8 de Julho de 1966 e escrita a Kiang Tsing, Mao Tsé-tung indica que, dada a situação, não pode fazer outra coisa senão apoiar-se em Lin Piao (quer dizer, no Exército Popular de Libertação), apesar de estar em desacordo com ele sobre aspectos importantes. Mao escreve: «O meu amigo [é assim que Mao chama ironicamente a Lin Piao] e os seus partidários obrigaram-me a isso. Aparentemente, não posso fazer outra coisa senão apoiá-los.» E acrescenta: «É a primeira vez na minha vida que, sobre um problema essencial, estou de acordo com outros contra a minha vontade. É o que se chama mudar de orientação sem o querer.» (Extraído do *Le Monde* de 2/12/72.) Este isolamento relativo aos dirigentes revolucionários não foi ultrapassado no IX Congresso do P.C.C. em 1969. Em 1971, a queda de Lin Piao leva os dirigentes revolucionários a entenderem-se com os quadros civis não menos desfavoráveis à Revolução Cultural. Estes quadros representam a base social e política em que se apoiará Hua Kuo-feng, quando do golpe de Estado. Tento analisar mais adiante algumas das razões ideológicas que explicam o relativo isolamento dos dirigentes mais consequentes e mais prestigiosos da linha revolucionária. Quanto à *base social* de uma tal situação é sem dúvida constituída pelo fraco peso específico do *proletariado chinês*. Os elementos activos do proletariado, principalmente entre os operários jovens, constituíram uma base fundamental na qual a linha revolucionária se pôde apoiar (e fê-lo até ao fim). Mas esta base era numericamente fraca; donde a necessidade de diversas formas de compromisso com as correntes pequeno-burguesas A necessidade destes compromissos, e as condiçõse em que foram estabelecidos. travaram, até certo ponto, o desenvolvimento de posições teóricas mais, radicais.

(81) Citado por K.S. Karol, *La Deuxième Révolution Chinoise*, op. cit., p. 242.

Esta atitude da maioria dos quadros mais antigos, assim como a vontade de manter a unidade e a existência do Partido, levam a Comissão Política a «estreitar a frente de ataque» e a «designar alvos pessoais»: Liu Chao-chi, Teng Hsiao-ping e alguns outros responsáveis. Atribui-se também um papel excepcional ao Exército Popular de Libertação e ao seu chefe de então, Lin Piao. Daqui em diante, é o E.P.L., através dos seus «grupos de propaganda do pensamento de Mao Tsé-tung», que deve «reconhecer» os comités de base verdadeiramente de esquerda, orientá-los para uma acção unitária e impor a sua hegemonia sobre o movimento de massas (82).

Estas decisões conduzem ao empobrecimento do movimento de massas e aumentam o peso dos dirigentes do E.P.L. (83) no seio dos aparelhos do Partido e do Estado. Em 1969, durante o IX Congresso do Partido, os dirigentes do E.P.L. têm um papel decisivo. Em 25 membros da Comissão Política, 14 são generais do E.P.L.. Os *movimentos de massas* característicos dos primeiros anos da Revolução Cultural são logo substituídos pelas *campanhas de crítica organizadas pela cúpula.*

Em 1971, a ameaça que os dirigentes do E.P.L. agrupados à volta de Lin Piao fazem incidir sobre a corrente revolucionária é tal que Lin Piao é afastado brutalmente.

Mas a corrente revolucionária não se tornou por isso maioritária. Os seus representantes não constituem senão um terço dos membros da Comissão Política.

---

(82) *Ibidem*, p. 248.

(83) De facto, durante alguns anos, os dirigentes do E.P.L. tiveram um papel político decisivo. Sem dúvida nenhuma, certos comandantes tinham posições revolucionárias e ajudaram verdadeiramente a esquerda, mas esses comandantes não eram maioritários. O E.P.L. é um dos aparelhos de Estado menos revolucionarizados: entre 1960 e 1965, passou por um movimento de estudos marxista, mas este foi conduzido segundo o modo como Lin Piao concebia o movimento, de forma esquemática e esteriotipada, o que, a longo prazo, se revelou mais negativo do que positivo. A configuração das relações de forças não permitiu nunca à linha revolucionária abordar realmente o problema da revolucionarização do E.P.L.. Em 1967, Mao esperava ainda que o Exército se educasse a si própiro, graças à sua intervenção na Revolução Cultural (cf. J. Daubier, op. cit., p. 293). Os factos mostraram que não aconteceu assim. Os altos comandos do E.P.L. acabaram por apoiar a linha revisionista. Por outro lado, o esforço feito pela esquerda para desenvolver as milícias operárias não foi levado suficientemente longe. Hoje em dia, as milícias estão praticamente desarmadas e sob o controlo do E.P.L. Vê-se, por outro lado, renascer a fórmula antimarxista que apresenta o E.P.L. como o «pilar da ditadura do proletariado».

Os partidários da linha revolucionária não conseguem reforçar-se suficientemente dentro do Partido para impedir o retorno em número crescente de elementos direitistas e revisionistas. Finalmente, o golpe de Estado de Outubro de 1976 — no qual o E.P.L. e os serviços de segurança tiveram um papel decisivo — é o culminar, no primeiro plano da cena política, de um processo começado há anos.

Este processo foi favorecido pela prioridade dada às formas de organização dirigidas de cima em detrimento do movimento de massas e da sua organização multiforme; ele está ligado ao abandono da forma política da comuna.

O «desenrolar dos acontecimentos» não basta, contudo, para explicar este abandono, nem a derrota final da linha revolucionária. Uma tal explicação exige que seja examinado o problema das relações do Partido com as organizações de massas, principalmente as organizações do tipo da comuna, que constituem os *órgãos do poder das massas trabalhadoras.*

Estas relações contêm numerosas contradições. Primeiro, porque as massas trabalhadoras estão longe de ser espontaneamente unidas e activas. Isto exprime-se precisamente pelo desenvolvimento de contradições no seio das massas e impõe a necessidade de uma luta ideológica que vise permitir aos elementos proletários e avançados das massas terem um papel efectivamente dirigente. Isto põe o problema da inserção de um partido revolucionário nas contradições que podem dividir as massas e mesmo por entre si as diferentes correntes ideológicas e políticas que aparecem no seu seio.

As relações contraditórias entre o Partido e as massas levam-nos também a pôr uma questão: o poder está nas mãos das massas, nas suas organizações e nos seus elementos avançados, ou está nas mãos do Partido? Ou melhor, o poder é exercido *pelos* trabalhadores ou é exercido *para* os trabalhadores (supondo que o Partido dirigente possa ficar muito tempo ao serviço dos trabalhadores sem ser colocado sob o controlo efectivo deles)?

Para Marx, em *A Guerra Civil em França,* a Comuna é o orgão do poder, é a forma política da ditadura do proletariado. Do mesmo modo, para Lenine, em *O Estado e a Revolução,* os sovietes são os orgãos do poder dos trabalhadores. Nestes dois textos, nem sequer é mencionado o papel dirigente de um partido revolucionário. Em 1919, Lenine verifica, como factor negativo, que os sovietes não são o que deveriam ser, «os órgãos do governo *pelos trabalhadores* mas sim os órgãos do governo *para os trabalhadores,* exercido pela camada avançada do proletariado e não pelas massas laboriosas» ([84]). Esta situação não mudará e conduzirá à perda completa do poder pelos trabalhadores soviéticos.

Na Resolução em Dezasseis Pontos (8 de Agosto de 1966), o P.C.C. põe o mesmo problema, mas de forma menos nítida. Por um lado, faz referência ao sistema da Comuna de Paris, e diz que as novas formas de organização de massas saídas da Revolução Cultural «são órgãos do poder da Revolução Cultural proletária» (ponto 9). Por outro lado, é dito que, graças a estas formas de organização, «as massas educam-se a si próprias, sob a direcção do Partido». Estas duas fórmulas não são contraditórias, sob a condição de o poder estar realmente nas mãos das massas e de a direcção do Partido se exercer através do trabalho dos seus militantes e de esse trabalho ser um trabalho de persuasão e de explicação e não o exercício de uma autoridade imposta com a ajuda de meios de constrangimento, como é dito no comunicado do C.C. do P.C.C., adoptado em 12 de Agosto de 1966: «a chave do êxito (...) reside na confiança nas massas, no apoio nelas, na sua total mobilização, no respeito pela sua iniciativa. (...). É necessário, em consequência disso, (...) aprender primeiro com as massas (...). Não se deve recear a desordem (...). É preciso opormo-nos a que se imponham múltiplas restrições às massas, tendentes a atar-lhes os pés e as mãos».

A substituição da forma da Comuna de Xangai pelos comités revolucionários, o papel dado ao E.P.L. na escolha dos representantes das massas e as modalidades usadas na designação destes representantes nos comités revolucionários implicam o abandono da orientação que tinha sido explicitamente adoptada em Agosto de 1966.

Tal abandono ([85]) corresponde, como vimos, a uma evo-

([84]) Cf. Lenine, *Relatório ao VIII Congresso,* em *Oeuvres Complètes,* t. XXIX, Moscovo, 1926, p. 182.

([85]) Depois do abandono da forma política da Comuna de Xangai, a tensão entre o papel dado ao Partido e o papel dado às massas ressurgiu várias vezes, mas sem se chegar a uma transformação das verdadeiras relações (pelas mesmas razões de 1967). Assim, em 1974, numerosos operários chineses defendem a seguinte palavra de ordem: «Nós queremos ser os donos do Estado, das fábricas, e não os escravos da produção e do trabalho.» Têm então o apoio dos partidários da linha revolucionária. Hoje em dia, depois do golpe de Estado, esta palavra de ordem é considerada «reaccionária» (cf. o artigo de P. Tissier, «La ligne économique de la nouvelle direction chinoise pendant l'année 1977», in *Communisme,* Nov. de 1977-Fev. de 1978, pp. 68 e segs.).

lução desfavorável à linha revolucionária nas relações de forças no seio da direcção do Partido. É devido também à incapacidade das organizações de massas de se unirem e de evitarem práticas sectárias, tanto umas em relação às outras como em relação a um grande número de quadros. Esta evolução e estas práticas parecem ligadas à predominância de uma certa concepção do papel do Partido, que procura impor os seus pontos de vista às massas, em vez de as convencer. Estão ligadas também à personalização das lutas. Ora estes dois fenómenos são inseparáveis da fraqueza das análises sobre a natureza das relações sociais dominantes durante a transição, pois estas relações são consideradas como «socialistas»(86).

Uma afirmação destas constitui um obstáculo ao desenvolvimento de lutas de grande fôlego para a transformação das relações sociais (pois que estas seriam já socialistas). Tende-se assim a fazer substituir estas lutas por lutas pessoais. Ora o desenvolvimento destas últimas empurra os elementos pequeno-burgueses e tende a repelir os militantes saídos da classe operária que não estão interessados numa «caça aos lugares». Nestas condições, os partidários da linha revolucionária são levados tanto a procurar apoiar-se em elementos pequeno-burgueses (necessariamente instáveis) como — para evitar o caos que pode resultar da intervenção dos elementos pequeno-burgueses — a voltarem-se para os quadros do Exército Popular de Libertação, ou para os quadros civis, o que acaba por favorecer os elementos revisionistas e enfraquece a linha revolucionária.

São estes, penso, alguns dos elementos que explicam os *limites* com os quais chocou a Revolução Cultural, e alguns das razões do *fracasso* da linha revolucionária, registado depois da morte de Mao Tsé-tung.

(86) Não tenho ocasião de abordar aqui este importante problema. Rapidamente, a fraqueza dessas análises levou a que o P.C.C. não pusesse em causa as concepções antimarxistas desenvolvidas pelo Partido Bolchevique nos anos trinta. Segundo estas concepções, a propriedade do Estado e a propriedade das quintas colectivas seriam duas formas de «propriedade socialista». Ora esta noção não tem qualquer validade. Ela não designa nenhuma mudança nas relações de produção. Da mesma maneira, conforme as concepções desenvolvidas pelo Partido Bolchevique no decorrer dos anos trinta, a revolução asseguraria a existência de um poder fundamentalmente assente nas «relações políticas proletárias», o que oculta a existência de um aparelho de Estado separado das massas e que reproduz as relações políticas burguesas. Assim, se não criticamos estas concepções, somos *incapazes* de mostrar ao movimento de massas quais devem ser os seus *verdadeiros alvos*. Ver o artigo de B. Fabrègues, «Questions sur la théorie du socialisme», in *Communisme*, Novembro de 1977-Fevereiro de 1978, pp. 40 e segs., principalmente pp. 45 a 49.

A «herança ideológica» e o seu papel activo

As notas precedentes reflectem em parte a «herança ideológica» que vem da formação ideológica bolchevique degenerada no fim dos anos trinta. Reflectem também (no que diz respeito à «personalização» das lutas) a sobrevivência de elementos da ideologia feudal, da qual a China contemporânea é ainda herdeira.

Ora deve-se perguntar por que é que *estas «heranças» se mantêm*. Quais são os elementos das relações sociais e das práticas sociais dominantes que permitem a estas «heranças» serem activas? Por que é que a crítica às formas degeneradas da ideologia bolchevique (contudo largamente empreendida por Mao Tsé-tung) não foi plenamente desenvolvida e *não deu lugar preponderante às acções práticas para as quais essa crítica apelava?*

Não é fácil, evidentemente, responder a questões tão vastas. Aqui, só posso tentar avançar algumas reflexões, ou mais exactamente alguns elementos de reflexão e de resposta.

Para começar, direi que certas relações sociais, cuja reprodução limitou a acção da linha de Mao Tsé-tung e facilitou a contra-ofensiva revisionista, não foram objecto de uma crítica e duma prática sistemáticas. No centro dessas relações figuram: *as relações hierárquicas* (mais exactamente as relações políticas burguesas) que existem no seio dos aparelhos do partido e do Estado; a *compartimentação* dos diferentes aparelhos de Estado; a *separação* das organizações de base do partido, que não podem de um modo geral comunicar entre si e só têm ligação com os órgãos superiores. Esta separação e a compartimentação dão aos órgãos superiores um poder considerável; asseguram a reprodução de relações características dos aparelhos burgueses, relações marcadas pela existência da *hierarquia* e do *segredo*. Implicam a impossibilidade das massas populares de *nomear* e *revogar* os funcionários. Assim, estes podem não ser servidores do povo, porque pertencem a uma rede de aparelhos que dominam as massas populares.

Estas relações políticas têm uma base económica: as relações de produção capitalista não transformadas, mas agem, por sua vez, nas condições da reprodução económica e social.

Permitem que seja concentrado entre algumas mãos o *controlo dos meios de produção*. A este respeito, a continuação das transformações parciais do *processo de produção imediata*, impostas pela Revolução Cultural, chocou com a *ausência da transformação fundamental do processo de reprodução*. No essencial (fixação da taxa de acumulação, divisão dos investimentos por sectores, etc.) continuou a desenrolar-se fora do controlo dos produtores imediatos. Na melhor das hipóteses, estes últimos são «consultados» sobre este ou aquele aspecto pontual dos planos económicos. A *separação* dos produtores imediatos dos seus meios de produção só foi, pois, levemente abalada, daí a reprodução das relações capitalistas e mercantis.

A contrapartida económica das *relações políticas burguesas* é constituída pelas *relações de reprodução não igualitárias*. Não se trata só dos oito escalões de salários mas também de alguns trinta níveis que inclui a hierarquia dos honorários. Trata-se também dos *privilégios* de que beneficiam os quadros do partido e do Estado e que aumentam com o nível hierárquico. Estes privilégios são, principalmente, ter à disposição um carro de serviço, habitação mais espaçosa e mais confortável, e até, a partir de um certo nível, vivendas, o acesso a armazéns especiais (para o vestuário e certos objectos de consumo duráveis: frigoríficos, rádios, televisões, máquinas fotográficas, electrofones, etc.). Ao nível dos dirigentes centrais, os privilégios podem estender-se à posse de várias vivendas, ao poder dispor livremente de um avião para deslocações pessoais, etc.(87)

Os privilégios dos quadros foram particularmente denunciados no decurso destes últimos dezoito meses, por ocasião de uma campanha de *dazibao* que não atacou unicamente os «quatro» como desejavam as autoridades. Os mais críticos destes *dazibao* foram rapidamente arrancados (88). Contribuíram

(87) A existência destes privilégios aparece claramente no livro de Roxane Witke consagrado à biografia de Kiang Tsing (cf. R. Witke, *Comrade Chiang Ching*, Little, Brown and Co., Boston, 1977). Ora não se trata de privilégios «pessoais». Todos os dirigentes do mesmo nível beneficiam deles. Hoje em dia a nova direcção quereria fazer crer que só os «quatro» gozavam desses privilégios. Sabe-se muito bem que não é assim e que Teng Hsiao-ping não hesita em mandar vir de avião para Pequim os amigos com quem ele quer jogar brídege.

(88) É significativo que nas discussões organizadas no seio das diferentes «unidades» (fábricas, oficinas, estabelecimentos de ensino, etc.) sobre a «limitação do direito burguês» e a aplicação do princípio «a cada um conforme o seu trabalho», se abordasse essencialmente o problema dos oito escalões dos

também para dar a conhecer uma realidade que implica que os quadros dos diferentes níveis gozam de privilégios «legais» e vivem, conforme o grau na hierarquia num *outro mundo*, diferente do das massas populares.

Por outro lado, a existência dos privilégios «legais» é a fonte de vantagens e privilégios «ilegais», de tudo o que pode ser obtido (especialmente pelos quadros médios), pela «porta das traseiras», como se diz na China: a possibilidade de mandar construir ilegalmente vivendas, favores para os filhos dos quadros (para conseguir que eles entrem para a Universidade, para obter dos quadros locais das aldeias para onde são enviados que não sejam obrigados a fazer trabalhos demasiado pesados, etc.). É impossível avaliar a amplitude dos privilégios «ilegais» (que são uma consequência dos privilégios «legais»), mas, segundo os *dazibao* afixados nestes últimos meses, estão relativamente alargados, sendo ao mesmo tempo combatidos e tolerados pelo aparelho de Estado que deveria impedir o seu aparecimento. Com efeito, os membros do aparelho de Estado beneficiam dos mesmos privilégios; só os atacam de modo muito limitado.

É preciso acrescentar por fim que a existência de relações políticas burguesas e de uma forte centralização favorece o *auto-recrutamento dos dirigentes políticos*, sobretudo quando, no funcionamento do que é tido como um «centralismo democrático», o centralismo se sobrepõe largamente à democracia. O auto-recrutamento traduz-se, entre outros, pela *cooptação* dos membros do C.C. e da Comissão Política. Conduz facilmente à formação de *cliques* e ao *nepotismo*.

É necessário reconhecer que a predominância do centralismo sobre a democracia está ligada (no que respeita às formas de organização e às práticas políticas) *à interdição de uma plena liberdade de expressão no seio do P.C.C.* Não é inútil lembrar que no Partido Bolchevique uma tal interdição só apareceu relativamente tarde, por uma interpretação unilateral e abusiva duma resolução do XX Congresso (1921) do partido. Em princípio, *esta resolução não devia impedir a liberdade de expressão*

salários dos operários, o problema dos prémios, etc., mas a questão dos honorários elevados dos funcionários de Estado (que podem ganhar dez vezes mais que o salário de um operário principiante) não parece — segundo as indicações recolhidas — ter sido alguma vez objecto de debate, até nos anos em que as discussões foram «mais alargadas».

de opiniões divergentes (89). Além disso, foi adoptada como uma *medida temporária*, que só as circunstâncias do momento poderiam justificar (90).

A existência de relações políticas burguesas, reforçadas por um sistema de privilégios, constitui em todo o caso uma das *bases* sobre a qual se reproduzem formas degeneradas e transformadas da ideologia bolchevique (as formas da ideologia bolchevique que resultam da transformação desta ideologia no decurso dos anos 30 (91) serviram na União Soviética para a defesa de privilégios semelhantes). Penso que esta existência política explica — *na ausência de um movimento de massas que coloque estas relações radicalmente em causa* — que as críticas dirigidas na China contra os «erros» de Estaline *nunca foram levadas até ao fim e de uma forma sistemática.*

Aqui, as questões postas mais acima surgem de novo, mas sob uma outra forma: *por que não assistimos ao desenvolvimento de um movimento de massas pondo radicalmente em causa o sistema das relações políticas burguesas e da centralização* (embora por várias vezes se tenham largamente desenvolvido críticas a esse sistema no seio das massas)?

Não há só uma resposta para esta questão. Os elementos de resposta que proponho são os seguintes (mas adianto esses elementos sob uma forma hipotética e problemática).

Um primeiro elemento de explicação reside na *função objectiva que o sistema existente preenche dentro de certos limites.* Essa função consiste, fundamentalmente, em assegurar uma *certa forma de unidade à reprodução* das relações sociais. O sistema não pode pois ser realmente destruído, a não ser que seja substituído por *outra forma de unidade.* Não se destrói verdadeiramente senão aquilo que se substitui. Mas essa outra forma de unidade só pode ser descoberta pelo próprio movimento social. Não pode ser inventada pela «teoria». A *experimentação social* combinada com a *crítica teórica* é indispensável. As limitações impostas neste domínio à experimentação social das massas fecharam a via à descoberta das formas de unidade que poderiam assegurar o papel dominante das organizações de massas, não excluindo de modo nenhum que um partido renovado e transformado tem um papel ideológico dirigente.

Em segundo lugar, é preciso notar que o receio sentido pelas próprias massas por ver destruir a forma de unidade existente, contribui para bloquear um pôr em casua radical das relações políticas existentes. Assim, a *Comuna de Xangai* não pôde ser nem mantida nem dada como exemplo. Foi abandonada sem que isso levantasse protestos das massas. Finalmente, o facto é que os comités revolucionários constituíram, cada vez mais, uma *forma transformada de existência das relações políticas burguesas,* sob pressão da luta burguesa de classe, e graças à reprodução duma série de *práticas sociais.*

Trata-se, principalmente, de *práticas de direcção* que *estão em contradição com o desenvolvimento duma verdadeira democracia de massas.* Esta exige, com efeito, que não seja entravada nem *a livre expressão das opiniões,* nem a *organização multiforme* das massas. Ora a diversidade das formas de intervenção dos trabalhadores (graças à multiplicidade das «organizações rebeldes», nos primeiros tempos da Revolução Cultural, a afixação de *dazibaos* exprimem uma grande diversidade de opiniões, o aparecimento duma imprensa das organizações rebeldes, não submetida à censura) foi efémera. Os quadros do Partido que não foram objecto de críticas e até aqueles que saíram da Revolução Cultural limitaram rapidamente estas formas de intervenção. Progressivamente foram substituindo os Porta-vozes das diferentes correntes existentes no seio das massas por «representantes» destas; os «representantes» foram a pouco e pouco *mantidos no lugar* e *integrados nos antigos aparelhos.* Assim, desligaram-se da sua base, submeteram esta a *práticas repetitivas* e bloquearam a iniciativa dos trabalhadores e a expressão da crítica.

Tais práticas de direcção opõem-se ao avanço para o socialismo, que exige uma *democracia levada até às últimas consequências.* Estas práticas foram consolidadas pelo receio de ver romper-se a unidade do processo de reprodução, enquanto o surgir de novas formas de unidade parecia incerto. Foram

---

(89) Cf. sobre este ponto Charles Bettelheim, *Les Luttes de Classes en U.R.S.S., Première Période, 1917-1923,* Seuil-Maspero, 1974, pp. 358 e seguintes.

(90) Duma forma geral, as limitações à liberdade de expressão, de informação e de discussão (no partido e no conjunto da sociedade) concebidas como uma «protecção» do carácter revolucionário do poder transformam-se facilmente no seu contrário. Permitem não só a formação de «cliques» e o desenvolvimento da corrupção e do nepotismo mas, mais grave ainda, favorecem a tomada do poder pela burguesia de Estado. Um golpe de Estado feito por esta permite-lhe utilizar facilmente as limitações trazidas à democracia para reprimir os revolucionários. Hoje em dia, a experiência da China, depois da da U.R.S.S., não pode deixar dúvidas a este respeito.

(91) Sobre a transformação da formação ideológica bolchevique, ver *Les Luttes de Classes en U.R.S.S., Deuxième Période, 1924-1930.* Seuil-Maspero, 1977, pp. 355 e segs.

também consolidadas pela inserção dos quadros saídos da Revolução Cultural num sistema de privilégios não postos fundamentalmente em causa, sistema que uma parte desses quadros tentou preservar para beneficiar com ele.

A imposição de práticas antidemocráticas está em contradição com a prossecução de uma linha revolucionária real e com uma série de palavras de ordem de Mao Tsé-tung: «Temos razão quando nos revoltamos contra os reaccionários», «ir contra a corrente é um princípio do marxismo-leninismo». Tais práticas justificam as análises de Mao Tsé-tung que, desde 1964, lembra que o P.C.C., assim como qualquer outro partido, não é revolucionário «por essência», que um partido que foi um partido revolucionário pode sempre transformar-se no seu contrário e tornar-se num partido contra-revolucionário e fascista (92). Daí a necessidade, para o partido, de manter o seu papel dirigente não pela coacção mas pela luta ideológica, aceitando a existência de outros partidos políticos (93).

Por todas estas razões, a predominância de práticas antidemocráticas contradiz as exigências do prosseguimento da revolução. Definitivamente, sabe-se que a emancipação dos trabalhadores não pode ser senão obra dos próprios trabalhadores. Entravar o desenvolvimento da actividade das massas, é opor-se à continuação da revolução. Esta também não pode prosseguir se se põem entraves à organização livre dos trabalhadores; quando são feitas tentativas para *impor* às massas populares e aos membros do Partido um «pensamento unificado», que isso seja feito perseguindo e reprimindo os que «pensam de maneira diversa» dos dirigentes ou organizando sessões de discussão que voltam à repetição pura e simples do que é, neste ou naquele momento, considerado como «justo». O prosseguimento da revolução torna-se também impossível

(92) Esta ideia é perfeitamente expressa em 1964, em «Le pseudo-communisme de Khrouchtchev et les leçons historiques qu'il donne au monde» (cf. *Citations du Président Mao Tsé-tung*, Pequim, 1966, p. 47).

(93) Em *De la juste solution des contradictions au sein du peuple* (1957), Mao Tsé-tung sublinha que não serve para nada «proibir as ideias erradas», porque mesmo proibidas «elas manter-se-ão», e que o «marxismo só pode desenvolver-se na luta ideológica» (cf. Mao Tsé-tung, *Cinq Essais Philosophiques*, Pequim, 1971, pp. 222-223). Faz notar também, neste texto, que «um partido, tal como um indivíduo, tem grande necessidade de ouvir opiniões diferentes das suas», que «o controlo mútuo entre os partidos políticos» é necessário e que é preciso pois admitir «o controlo dos partidos democráticos sobre o Partido Comunista» (*ibid.* p. 230).

quando são postos entraves à actividade das massas instaurando um monopólio da informação ou deformando a verdade histórica (porque uma tal deformação impede as massas populares de se apropriarem da sua própria história e de agir sobre o presente com conhecimento de causa). A longo prazo, os diversos entraves só podem conduzir a derrotas na luta pelo socialismo; contrariam as exigências da emancipação das massas, o desenvolvimento da experimentação social e dos conhecimentos científicos (94), a apropriação geral desses conhecimentos e uma acção política baseada sobre eles. Uma linha revolucionária que não respeita estas exigências (ou que não consegue fazê-las respeitar) não é plenamente consequente consigo própria. Quaisquer que sejam os sucessos passageiros que alcance, está condenada fatalmente a sofrer uma derrota. Na China esta derrota tomou a forma de um golpe de Estado dos partidários da linha revisionista actual, com a sua demagogia «liberal» e as suas promessas económicas enganadoras.

O movimento actual e as suas perspectivas

O movimento actual, com efeito, é caracterizado não só pelo seu economicismo e o seu produtivismo mas também pela sua demagogia «liberal». Enquanto a repressão contra as massas e contra os revolucionários prossegue em grande escala, só está em questão as «Cem Flores» ou as «Mil Flores». Mas estas «flores» são sobretudo destinadas aos intelectuais (95),

(94) Tais entraves opõem-se, com efeito, também, àquilo que Marx chama «a pesquisa livre e científica» que tal como ele faz notar tem numerosos inimigos (prefácio à primeira edição de *O Capital*).

(95) As «Cem Flores» de que se fala constituem evidentemente uma fachada. Esta visa principalmente enganar os intelectuais a quem são consentidas algumas «concessões» menores. Em parte, essas concessões correspondem às exigências do desenvolvimento científico e técnico com que conta a linha revisionista, mas só podem ser limitadas. Estão com efeito em contradição com o respeito pela autoridade e pela hierarquia evocada permanentemente pelos partidários da linha revisionista. Essas «concessões liberais» não podem, sobretudo, desenvolver-se, porque não são conciliáveis com a repressão que a linha revisionista é levada a exercer contra os trabalhadores e contra os quadros que não querem renegar o seu passado. Assim, o *Renmin Ribao* de 13 de Fevereiro de 1978 faz um apelo para que se ataquem todos os quadros que não tomam «uma posição firme na luta contra o bando dos quatro», para que «façam a sua autocrítica e confessem claramente os seus erros». O jornal

na condição de aceitarem no essencial repetir o que diz o Partido. Diz-se e volta-se a dizer que a «obediência à direcção do Partido é necessária à vitória do proletariado»; deste modo é excluída por hipótese a ideia (que corresponde à realidade) que o Partido se possa enganar e até estar nas mãos de uma direcção revisionista.

Curiosamente, a direcção actual volta a dar uma aparência de vida aos velhos partidos mumificados (96) que nada representam porque não podem recrutar mais ninguém. Trata-se de fingir que se tem em conta o que disse Mao Tsé-tung sobre a necessidade de um controlo mútuo de partidos. Trata-se também, e sobretudo, de dar segurança aos antigos intelectuais e à antiga burguesia de quem esses partidos são tidos como representantes.

Enquanto a nova direcção do P.C.C. tenta conciliar-se deste modo com os intelectuais e a antiga burguesia, endurece a disciplina do trabalho nas fábricas e nas comunas populares e limita praticamente o acesso ao ensino superior aos filhos dos operários e dos camponeses.

Tudo isto se faz em nome do «crescimento económico» dando esperança aos trabalhadores que dentro em pouco recolherão os frutos desse crescimento. Contudo, a linha política actual apela para um aumento muito rápido do volume dos meios de produção «modernos» e das armas «sofisticadas», o que exige um enorme esforço de acumulação. Também, postas de lado algumas migalhas, os principais «frutos» que os trabalhadores vão recolher serão uma intensificação do trabalho e a imposição de uma submissão cada vez maior às ordens dos quadros, dos técnicos e dos especialistas, isto é, o reforço da ditadura da burguesia de Estado.

A verdadeira natureza de classe da direcção actual do P.C.C. manifesta-se também na sua política internacional. Neste domínio, as consequências da «teoria dos três mundos», tal como foi desenvolvida por Teng Hsiao-ping há já vários anos, são

confessa assim, aliás, o medo de ver os quadros tornarem-se «inevitavelmente» o que se chama «fomentadores de agitação (política) logo que se apresente um clima propício para isso» (citado por *Le Monde* de 17/2/1978).

(96) Assim, em 27 de Dezembro de 1977, fez-se, pela primeira vez desde há muitos anos, uma reunião alargada do Comité Nacional da IV Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, conferência na qual participaram os «partidos democráticos» (cf. *P.I.*, n.º 1 de 1978, p. 3).

levadas cada vez mais longe (97). É o caso, especialmente, do apoio dado às intervenções do imperialismo francês em África e do apoio dado aos regimes mais reaccionários: a Mobutu, a Bokassa e a Amin Dada em África, a Pinochet na América Latina (98). O significado de classe deste apoio é tanto maior quanto se vira contra os próprios interesses da China como nação. É com efeito sentido pelos povos como uma manifestação de desprezo para com as suas aspirações democráticas e nacionais, e contribui para desenvolver o prestígio do social-imperialismo que, no conjunto, manobra mais habilmente (intervindo — ao lado do colonialismo etíope — contra as lutas de libertação nacional dos Somalis de Ogaden e do povo eritreu). Para nos convencermos dos efeitos negativos para a China da sua política externa, basta falar com os *trabalhadores do terceiro mundo*, aos olhos de quem o prestígio da China está muito em baixo.

É preciso também sublinhar que a política internacional actual encontra o seu prolongamento no *comércio externo* que tende a integrar mais a China no mercado mundial (99), o que fará com que a amplitude do desenvolvimento das forças produtivas na China dependa cada vez mais das flutuações daquele mercado. Assim, aos factores de crise que comporta uma

(97) Está em causa a concepção da «teoria dos três mundos». Abrir a discussão sobre esta questão exigiria muito espaço. É necessário, contudo, sublinhar que esta «teoria» não tem nenhuma base científica. Não corresponde a nenhuma realidade. Parte do princípio, errado, que entre o «segundo» e «terceiro» mundos a unidade possa levar à contradição, o que vai de encontro a tudo o que ensina a história passada e a presente. Esta revela a profundidade dos conflitos que opõem numerosos países do «segundo» e do «terceiro» mundos (e também a acuidade dos conflitos que opõem entre si alguns países do «terceiro mundo»). A história e a actualidade revelam igualmente a amplitude das relações de dependência da maior parte dos governantes destes «mundos» para com uma ou outra das superpotências. Como já sublinhei, o «argumento de autoridade» dos que afirmam que esta teoria é de Mao Tsé-tung não daria um valor científico a uma teoria que esquece as contradições de classe, e não fala senão de contradições entre países. Este argumento não parece aliás baseado em nada: não existe nenhum texto de Mao Tsé-tung sobre este assunto. A primeira proclamação oficial desta «teoria» aparece na intervenção feita por Teng Hsiao-ping na O.N.U.

(98) Em 21 de Outubro de 1977 o embaixador da R. P. da China no Chile declarava que a sua impressão sobre o Chile e «*sobre o seu chefe de Estado é excelente*» (*El Mercurio*, de 21/10/77, e *La Tercera*, do mesmo dia).

(99) A China perde assim pouco a pouco o seu lugar como exemplo de país sabendo desenvolver-se pelas suas próprias forças.

aceleração brutal dos ritmos de acumulação vêm juntar-se outros, de origem exterior.

A nova direcção do P.C.C. está historicamente condenada. Só pode, a longo prazo, apagar as derrotas, como mostra toda a história do revisionismo. Será pois obrigada a mostrar cada vez mais a sua verdadeira face. Esta aparecerá também àqueles que não podem ou não querem reconhecê-lo hoje em dia. Para dizer a verdade, esta direcção está sentada num vulcão. Mesmo que creia nas suas próprias promessas, estas só podem ser desmentidas pelos factos. Claro que durante alguns anos, a produção pode progedir, sobretudo, nos domínios industriais prioritários, mas, definitivamente, as contradições entre a indústria e agricultura, entre cidade e campo, entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre acumulação e consumo irão agravar-se, porque a via na qual a direcção actual do P.C.C. compromete a China é a via capitalista.

O povo chinês na sua maioria crê talvez, hoje, que o P.C.C. continua sobre a via socialista e que as promessas que lhe são feitas serão mantidas. Isto — combinado com os erros dos «quatro» e o cansaço perante as medidas de coacção — explica que uma parte das massas populares tenham acolhido quer com alívio quer — para alguns — com um relativo entusiasmo a direcção actual.

Contudo, as coisas mudarão logo que se manifeste o carácter pouco verdadeiro das promessas feitas. Nessa altura, o povo chinês que conduziu longas lutas vitoriosas pelo socialismo, que passou pela Revolução Cultural, que viu na prática os resultados políticos e económicos positivos dessa revolução, que aprendeu a desafiar as autoridades, este povo rico de experiência retomará a sua marcha em frente.

Não se pode prever quando e como isso se produzirá. Enquanto esperamos, muitas peripécias são possíveis, incluindo novas divisões no seio da direcção do P.C.C., onde parece cada vez mais amadurecido um conflito entre a linha revisionista clássica de Teng Hsiao-ping e a linha de Hua Kuo-feng que parece querer salvaguardar, aparentemente, alguns elementos da Revolução Cultural. Contudo, essas peripécias só podem ser secundárias. É o povo chinês que decidirá, e terá do seu lado os elementos sãos do P.C.C.

Na situação presente, os amigos estrangeiros da China têm mais do que nunca por dever estar ao lado do povo chinês. Sem se imiscuirem nos seus assuntos não devem sobretudo fazer nada que possa desenvolver o prestígio de dirigentes

que levam a China para uma via que conduz a catástrofes. Além disso, face à desilusão daqueles que, no resto do mundo, vêem renegar a Revolução Cultural, sem contudo perceberem porquê, e que viriam por isso a deixar de acreditar no socialismo, é preciso tentar explicar-lhes como e porquê uma linha revisionista momentaneamente triunfou. Uma explicação destas é tanto mais necessária quanto deve permitir fazer ressaltar a raiz dos erros cometidos pelos partidários da linha de Mao Tsé-tung, erros que conduziram à derrota. Esse conhecimento é indispensável a todos aqueles que querem lutar pelo socialismo, com o fim de limitar os riscos de se verem reproduzir os mesmos erros, no seu próprio país ou algures.

Esta tarefa de explicação é longa e complexa. Tentei iniciá-la na última parte desta carta, mas estou plenamente consciente que não é (na melhor das hipóteses) senão o primeiro passo de uma longa reflexão na qual muitos deverão participar para que chegue ao fim. De qualquer modo, agradeço-lhe, caro Neil Burton, por me ter incitado na sua carta a responder-lhe, e assim, a pôr por escrito alguns elementos que apresento neste texto.

Paris, 3 de Março de 1978

ANEXOS

CARTA DE DEMISSÃO DA ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE FRANCO-CHINESA

Paris, 11 de Maio de 1977

Caros amigos:

Como sabem, os acontecimentos que tiveram lugar após a morte do presidente Mao inquietaram-me profundamente. Tal como muitos outros amigos da China, tive sérios receios quanto ao futuro do socialismo na China, a seguir à prisão dos quatro dirigentes que desempenharam um papel central no curso da Revolução Cultural e que gozavam da confiança de Mao Tsé-tung, à excepção de Kiang Tsing certamente (1).

A acusação de tentativa de golpe de Estado formulada contra os «quatro» não podia ser convincente: regra geral, aqueles que efectivamente fazem um golpe de Estado declaram que aqueles que eles próprios eliminaram pretendiam tomar o poder pela força.

As minhas dúvidas quanto às consequências políticas

(1) As informações recolhidas depois de Maio de 1977 levam-me a pensar que esta reserva, aqui expressa, era errada.

destes acontecimentos eram ainda maiores pelo facto de dois dos dirigentes presos (Yao Wen-yuan e Tchang Tchuen-kiao) terem dado um contributo importante, ainda que insuficiente, à análise das bases classistas das tendências para a restauração do capitalismo na China.

Todavia, quaisquer que fossem as minhas inquietações e as minhas dúvidas, pareceu-me indispensável, antes de tomar posição, ver quais seriam os argumentos apresentados por aqueles que se apoderaram da direcção do P.C.C. e qual seria a linha política que eles iriam seguir.

O que se passou durante o período de mais de seis meses que decorreu após os acontecimentos de Outubro de 1976 só serviu, infelizmente, para confirmar os meus receios.

A maneira como foi e é conduzida a «crítica» aos «quatro» nada tem de comum com os ensinamentos do presidente Mao. Não se encontra, naquilo que está publicado, nenhuma análise marxista, mas somente calúnias e maledicência, cujo baixo nível exprime a incapacidade, por parte da direcção actual do P.C.C., de formular uma crítica séria daquilo que poderia ter sido a linha política dos «quatro».

No decurso da campanha desencadeada contra estes, aparecem acusações que se viram directamente contra as práticas da direcção actual. Assim, pode ler-se que as «trucagens» feitas com fotografias a que recorreram os «quatro», fotografias essas publicadas em jornais, demonstram que eles «eram simultaneamente vis conspiradores e oportunistas que se entendiam às mil maravilhas para tomarem o poder no Partido e no Estado» (notícias da Hsinhua, em 27 de Março de 1977). A condenação das «trucagens» com fotografias e de toda a distorsão da verdade histórica é certamente justa. Infelizmente, estas práticas predominam ainda na actualidade, como o prova, por exemplo, o número duplo de Novembro-Dezembro de 1976 da revista *La Chine en Construction,* em que figuram fotografias visivelmente «montadas».

Outras acusações feitas aos «quatro» são a própria negação das exigências do marxismo. É o que se passa, por exemplo, com a censura a Tchang Tchuen-kiao por ter procedido a uma análise das classes da sociedade chinesa actual ou, ainda, por ter querido desenvolver o marxismo, coisa que é classificada como a negação do socialismo científico e como revisionismo contra-revolucionário!

Há ainda outras acusações que são inverosímeis ou então, se fossem aceites, suscitariam graves questões quanto ao

estilo de vida dos quadros dirigentes do Partido Comunista Chinês. É o caso da acusação contra os «quatro», de terem comido em restaurantes sem quererem pagar as refeições, ou a de Kiang Tsing ter encomendado um «vestido de imperatriz».

Enfim, outras acusações correspondem quer a exageros que, visivelmente, deformam os factos, quer a mentiras grosseiras. Assim, nos jornais dos últimos meses, pode ler-se que os «quatro» levavam uma vida decadente e corrupta de burgueses. Afirma-se que Wang Hong-wen é um representante típico da nova burguesia. Afirma-se igualmente que os «quatro» sustentam obstinadamente posições dos agrários e da burguesia, que eles são responsáveis empenhados a cem por cento na via capitalista. São apresentados como inimigos declarados do P.C.C., da classe operária, de todo o povo e da nação chinesa. Diz-se que são culpados de entendimento com o estrangeiro, de servilismo em relação ao estrangeiro, de importação de instrumentos destinados às actividades dos seus agentes secretos e da importação de artigos de luxo. Declara-se também que eles delapidaram intencionalmente fundos do Estado a fim de prejudicarem a acumulação socialista e que enalteceram os estímulos materiais. São ainda apresentados como agentes do Kuomintang.

Se tais acusações correspondem à realidade, isso não poderia deixar de suscitar as dúvidas mais sérias quanto à composição da direcção do P.C.C. e quanto à vigilância do próprio Mao Tsé-tung. Nestas condições, poder-se-ia também pensar que todos ou uma parte dos dirigentes actuais serão, por sua vez, apresentados um dia como agentes do Kuomintang, capazes de «entendimento com o inimigo».

Se — como penso — tais acusações não correspondem à realidade, é impossível confiar em dirigentes que enganam o povo ao procederem à eliminação daqueles com quem estão em desacordo, não enunciando claramente as bases destes desacordos mas recorrendo à calúnia.

Nestas condições, somos necessariamente levados a pensar que a fidelidade proclamada à linha política definida por Mao Tsé-tung não passa de uma cortina de fumo destinada a esconder uma outra linha. Com efeito, o exame dos textos publicados na China ao longo dos últimos meses e aquilo que se conhece da evolução das práticas reais forçam-me a considerar que, no momento presente, se assiste ao triunfo de uma linha revisionista. A crítica a Teng foi abandonada enquanto predominam os apelos que dão prioridade à produção em

detrimento da revolução. A disciplina e a ordem são exaltadas, ao passo que desaparece o direito de dar uma opinião pessoal, isto sem falar do direito e do dever de se revoltar contra uma política burguesa. As questões levantadas pela situação das mulheres durante a transição socialista também são negadas. A luta contra o direito burguês deixou praticamente de ser mencionada. O problema da existência de burguesia no seio do Partido é escamoteado. O apelo à luta de classes é substituído pelo apelo à «luta contra os quatro».

De um modo geral, a crítica necessária dos «quatro» é feita sob um ponto de vista revisionista e não sob um ponto de vista revolucionário. Não se distingue entre aquilo que eles poderão ter dito ou feito de errado e aquilo que da sua parte poderia ser justo. Mais exactamente, os seus erros são utilizados para rejeitar também as análises justas que foram feitas, o que está em contradição com as exigências do materialismo dialéctico e vem reforçar as concepções burguesas.

O que se sabe daquilo que se passa na China confirma a orientação revisionista da política actual. Os regulamentos das fábricas tornam-se opressivos. A escola de portas abertas foi praticamente abandonada. Isto significa que, embora prestando homenagem à Revolução Cultural, as conquistas desta estão em vias de ser liquidadas.

No plano da política internacional, a luta contra as duas superpotências é substituída gradualmente apenas pela luta contra o social-imperialismo. Por consequência, o imperialismo americano é denunciado cada vez menos. As intervenções deste ou dos seus aliados na vida de outros povos chegam a ser, frequentemente, consideradas «positivas». Aconteceu assim a propósito dos acontecimentos no Zaire. Todavia, quando dois bandidos imperialistas se enfrentam, não há razão para tomar partido por um deles. As práticas internacionais actuais do P.C.C. prejudicam o prestígio da China junto dos povos, nomeadamente no Terceiro Mundo. Efectivamente, estas práticas fazem o jogo do social-imperialismo.

É este o juízo que sou levado a fazer sobre aquilo que se passa actualmente na China. Dispomos de demasiado poucas informações para saber qual é a amplitude das forças que se opõem ao rumo político actual. Estas forças existem, certamente, como o testemunham a amplitude das operações de repressão dos últimos meses. É impossível prever em que condições e dentro de que prazo a China voltará a encontrar a via revolucionária.

A experiência mostra como a actual direcção do Partido Comunista Chinês se serve de todas as adesões vindas do exterior para desenvolver o seu prestígio junto das massas chinesas. Assim, dar a aprovação à linha política presentemente dominante na China, ou até ter uma atitude que pode aparecer como uma adesão, não é fazer um serviço ao povo chinês nem a todos os que lutam pelo socialismo na China.

A Associação de Amizade Franco-Chinesa está dominada por uma corrente de apoio à direcção actual do P.C.C. — isto a despeito das dúvidas que têm numerosos amigos da China que estão na Associação. Tiro daí a conclusão que é justo que eu apresente a minha demissão de presidente da Associação de Amizade Franco-Chinesa, através desta carta. Peço-vos para transmitirem esta à direcção nacional e aos membros da Associação e de publicar o texto em *Aujourd'hui la Chine*.

Com a minha amizade e solidariedade com o povo chinês.

Charles Bettelheim

CUREM A DOENÇA, SALVEM OS DOENTES

Carta a Charles Bettelheim-Neil Burton

1 de Outubro de 1977

Caro Senhor Bettelheim,

Fiquei muito perturbado ao saber, no decorrer do ano, que você se demitiu da presidência da Associação de Amizade Franco-Chinesa. Como li com interesse vários dos seus trabalhos *(La Transition vers l'Economie socialiste* (1), com Paul Sweezy; *Révolution Culturelle et Organisation industrielle en Chine; Les Luttes de Classes en U.R.S.S.*(2), primeiro volume), estava particularmente impaciente por conhecer os factores e a análise que o levou a concluir que uma «linha revisionista» triunfava aqui, na China. Tive finalmente, na semana finda, a possibilidade de ler o texto da sua carta de demissão, completo.

---

(1) Edição portuguesa: *A Transição para o Socialismo* Edições 70, Lisboa, (*N. do E.*)

(2) Edição portuguesa: *As Lutas de Classe na U.R.S.S.*, I-II, Publicações Europa-América, Lisboa. (*N. do E.*)

À medida que a fui lendo, fiquei chocado pelo facto da maior parte dos argumentos que você levantou serem justamente os que mais me tinham preocupado no ano findo, e também porque tinham sido postos, na sua maior parte, por outros amigos preocupados com a China. E contudo, uma vez terminada a minha leitura, não pude deixar de ter a impressão que a sua análise não era suficiente e que a acusação que uma linha revisionista se tinha instalado na China estava longe de ter fundamento. Como é isto possível? Como é possível que um eminente intelectual marxista que mergulhou tão profundamente nos problemas específicos do revisionismo e da restauração do capitalismo esteja tão longe da verdade?

Reli a sua carta várias vezes, reflecti muito nela e gostaria de submeter um certo número de questões à sua reflexão. Não tentarei responder a cada uma das suas dúvidas em detalhe: em parte porque a documentação necessária para esse efeito seria volumosa, em parte porque eu próprio partilho alguns dos seus argumentos e em parte porque penso que as suas dúvidas vêm de um pequeno número de postulados práticos e teóricos contestáveis. Como penso que estes postulados estão muito espalhados fora da China, gostaria de os abordar bastante longamente. Gostaria também de tratar este assunto como uma carta aberta para que outras pessoas possam participar no esclarecimento das questões que ponho.

Primeiro, penso que você tirou conclusões demasiado depressa. Todos os que entre nós têm pela China um interesse que não é só passageiro, como a vasta maioria do povo chinês, não sabiam exactamente o que ia acontecer após a morte de Mao Tsé-tung. Aqueles que são amigos da China ou partidários do socialismo receavam a possibilidade de depurações, de revisionismo. Creio que, ao contrário de numerosos chineses, a maioria de entre nós, amigos estrangeiros da China — em particular os que tentam perceber a China no âmbito de uma análise marxista — estavam mal preparados para perceber os acontecimentos tais como são tornados públicos actualmente. Evidentemente, partilhámos com a maior parte dos chineses o sentimento de que as depurações só podem vir da direita. Mas o que a maior parte de entre nós não conseguiu compreender, ou pelo menos discernir de uma forma prática, é que a direita é agora tão desconsiderada na China que não pode apresentar-se doutro modo senão com a aparência de esquerda. Mas mesmo que compreendêssemos isso, os limites das nossas fontes de informação tornavam-nos

muito mais mal preparados que muitos chineses para aquilo que aconteceu. Aqueles de entre nós para quem a teoria é o forte, estavam certos de que nós sabíamos, pelo menos, quem eram os verdadeiros «revolucionários», também a nossa atenção era inteiramente dirigida para os outros, para os dirigentes que alguns chamaram «pragmatistas» e outros «burocratas»; mas, de qualquer froma, aqueles cuja inteligência não tinha chamado a nossa atenção por escrito. Já se tinham ocupado dos direitistas mais perigosos quando da campanha contra Teng Hsiao--ping e a sua «ala direitista desviacionista», ou pelo menos era o que transparecia das fontes — impressas — de que dispúnhamos. Também a nossa inquietação abrandou um pouco quando a notícia — que pelo facto de ser esperada não foi menos fulminante — da morte de Mao nos chegou. A questão central a este respeito é que, mesmo que as depurações espectaculares de Outubro findo nos tivessem apanhado inesperadamente, tínhamos já as nossas categorias lógicas todas preparadas para as receber.

A sua carta deixa entender que a sua primeira reacção à notícia da queda dos «quatro» foi negativa. Mas, como homem experimentado, você hesitou em ser demasiado impetuoso e escolheu esperar e ver. Pense na minha situação aqui. Desejava, assim como você, ver o socialismo construir-se e consolidar-se na China. Tento, como você, utilizar o marxismo como um utensílio para perceber — e, esperêmo-lo, transformar — o mundo. Contrariamente a si, eu estava na China com a categoria de «especialista estrangeiro». E, contudo, como você, não tinha fonte de informação privilegiada, nada que tivesse podido preparar-me com antecedência para os acontecimentos de Outubro. As minhas categorias lógicas (mesmo depois duma permanência de três anos aqui) não eram, imagino, muito diferentes das suas, na medida em que os meus assuntos de interesse, mesmo a minha experiência, parecem coincidir largamente com os seus. Também a minha reacção imediata foi provavelmente semelhante à sua. Mas um facto complicava tudo: contrariamente a si, eu era empregado do governo chinês. Quanto tempo se pode, apesar de tudo, continuar a trabalhar para uma causa da qual se pensa ter feito um falso caminho?

O que é que me permitia ficar? Simplesmente o oportunismo? Prefiro pensar que não. Era mais a consciência quase imediata de que alguma coisa não ia nas minhas categorias lógicas e em seguida a revelação de que tinha sido induzido

em erro por essa mesma propaganda — a propaganda escrita — da qual tinha tirado até aí a massa do meu saber sobre os acontecimentos políticos que aconteciam à minha volta. Como pude detectar os vícios das minhas categorias lógicas e começar o processo da sua rectificação? Para ser franco, tudo isto não aconteceu senão com muita confusão, com muita dor e exame de consciência.

Estava em Xangai quando a primeira notícia oficial da prisão dos «quatro» foi tornada pública, ao mesmo tempo que enormes manifestações de rua eram organizadas para celebrar a sua queda. Foi duas semanas após a prisão, mais ou menos dez dias depois de se ter ouvido a notícia na rádio, na Voice of America, e uma semana depois de ter visto os primeiros cartazes contra os «quatro» na estação de Bengbu, na China Oriental. A primeira questão com que me defrontei foi a de saber por que é que um número tão significativo de pessoas era capaz de participar, com um entusiasmo aparentemente tão grande, naquilo que eu considerava como uma «depuração» — e isto mesmo em Xangai, na cidade que tinha sido a base e a sede dos «quatro». As manifestações eram evidentemente organizadas (para um profano, praticamente tudo pode parecer organizado na China). Mas a alegria é difícil de simular, como o tinham verificado aqueles que puderam assistir às manifestações anteriores aquando da destituição de Teng. Tudo isto não era senão um dos aspectos de um ritual absurdo, montado para legitimar um jogo do poder ao mais alto nível, como certos analistas ocidentais pretendiam fazer-nos crer? Ou então haveria no interior tantos inimigos do socialismo que não esperavam senão a queda daqueles que eu considerava como os seus maiores defensores? Os marxistas viviam num mundo de sonho teórico enquanto a maior parte das pessoas era, apesar de tudo, favoráveis ao capitalismo? O presidente Mao ter-se-ia enganado quando disse que devíamos pôr toda a nossa confiança nas massas, contar com elas? Não podia, nessa altura, responder de forma satisfatória a nenhuma destas questões, mas era-me infalivelmente necessário admitir que o sistema lógico sobre o qual me apoiara até ali era insuficiente.

Alguns dias depois, estava de volta a Pequim, junto da minha família, dos meus amigos e dos meus colegas. Pessoas que eu conhecia e que me conheciam. Embora mostrando-se entusiasmados em graus diferentes, os meus colegas chineses pareciam, eles também, na maior parte, completamente satisfeitos com o rumo dos acontecimentos. Notei, contudo, que não começavam espontaneamente nenhuma conversa sobre este assunto comigo. E que, quando exprimia dúvidas sobre certas acusações contra os «quatro» (em particular contra Tchang Tchuen-kiao, Yao Wen-yuan e Wang Hong-wen — tinha muito menos dúvidas no que dizia respeito a Kiang Tsing!), recebia em geral respostas pouco convincentes — e não era por falta de esforços da sua parte. Mesmo depois de (ou devia dizer «sobretudo depois»?) me lerem longas passagens do documento do Comité Central «explicando» as culpas que pesavam sobre os «quatro» (documento que se tinha por vezes lido ao povo chinês nos locais de trabalho antes das manifestações), eu continuava a achar as acusações frágeis. Reagi, redigindo uma lista de uma vintena de perguntas detalhadas que apresentei à direcção da minha unidade de trabalho. Mais tarde, um dos meus superiores veio ter comigo e esforçou-se por responder às perguntas que eu tinha feito. Mais uma vez não fiquei convencido. Por que era difícil obter respostas claras e nítidas a perguntas que me pareciam claras e nítidas? Uma das razões era a de que aqueles a quem eu interrogava não dispunham de muitas informações sobre o assunto. A outra possibilidade era a de que nós não falávamos a mesma «linguagem», não utilizávamos o mesmo quadro de análise.

Era mais fácil discutir estes enigmas com a minha mulher e os meus amigos não chineses. Eles pareciam perceber pelo menos o fundamento das minhas perguntas, mesmo não tendo, também, respostas mais convincentes. Falávamos e discutíamos toda a noite sobre isso. Alguns dos meus amigos estrangeiros, que tinham uma experiência da China muito mais longa do que a minha, conseguiram esclarecer pontos que ainda eram para mim misteriosos. Alguns deles conseguiram estreitar, no decorrer dos anos, laços de grande camaradagem com os colegas chineses, o que lhes permitia decifrar, muito melhor do que eu, os humores dominantes. A melhor ajuda que me deram nesse momento os meus amigos não chineses foi talvez a certeza que a alegria pública geral não era fingida, mas real.

E li. Li tudo o que me caía nas mãos. Mas o muito oficial *Quotidien du Peuple* utilizava para descrever os «quatro» e os seus «crimes» a mesma linguagem que tinha empregue alguns meses antes para condenar Teng Hsiao-ping. Poderia ser-se perdoado por pensar que os artigos eram pura e simplesmente republicados com as mudanças de nomes necessárias, face às

novas circunstâncias. A agência de notícias Hsinhua publicava, um após outro, artigos cheios de acusações aparentemente extravagantes, visando essencialmente o pretenso estilo de vida bizarro e as actividades dos «quatro». Eram também escritos nessa mesma prosa pesada, utilizada desde há anos. *Pékin Information* e *La Chine en Construction* continuavam, por seu lado, a reproduzir conscienciosamente o material de Hsinhua com um mínimo de notas, necessárias para os leitores estrangeiros. Não era de espantar que tais leituras não pudessem dissipar a minha confusão. Mas, um dia, alguém da agência Hsinhua veio procurar-me para pedir a minha opinião sobre a forma de melhorar a propaganda destinada ao consumo do estrangeiro. Estava inquieto — profundamente, parecia — com a incapacidade da sua agência em comunicar de forma convincente aos leitores estrangeiros as transformações principais que tinha havido na China. Mostrou, também, a sua inquietação em relação à maneira como os «quatro» tinham abusado da agência para os seus próprios desígnios (Yao Wen-Yuan era, como você sabe, o membro do «bureau» político responsável pelo controlo geral dos diversos meios de propaganda). Enchi-lhe os ouvidos com os problemas da propaganda chinesa tal como eu os via, enquanto ele tomava nota de tudo. Quando terminei, agradeceu-me e foi pedir a opinião de outros amigos estrangeiros que trabalham cá. Mais ou menos na mesma altura, começaram a aparecer cartas no *Le Quotidien du Peuple* a criticar a sua ilegibilidade — e até a sua inexactidão. Nova matéria para reflectir.

Le Quotidien du Peuple e a agência de notícias Hsinhua são duas enormes organizações. A agência Hsinhua (que fornece ao *Quotidien* a maior parte das suas crónicas) foi encarregada de recolher as notícias tanto nacionais como internacionais, e de redigir, traduzir e reproduzir enormes quantidades de material impresso todos os dias. As centenas de redactores da agência adquiriram um estilo de escrita que não se mudará facilmente: poucos factos concretos, ausência de equilíbrio dialéctico, essencialmente uma retórica «prudente» recheada de citações.

Uma das razões deste deplorável estado de coisas é que durante vários anos esses redactores tiveram de enfrentar o controlo de alguns bem mascarados oportunistas, aparentemente, radicais, prontos a lançarem-se sobre eles ao menor «erro» político, real ou suposto. Mas o facto mais importante é a tendência largamente espalhada de evitar criticar todos os assuntos dos quais era possível dizer que encarnavam as preocupações de momento do presidente Mao, mesmo que fosse remota a ligação deles com essas preocupações, ou a necessidade que tivessem de os criticar ou melhorá-los. Nada de espantar, pois, que a propaganda de Hsinhua fosse considerada um pouco fraca, tanto no país como no estrangeiro. Também não é de espantar que as mudanças necessárias não possam acontecer de um dia para o outro. Mas o dirigente de Hsinhua que pediu a minha opinião não era menos sincero por isso; pode-se dizer a mesma coisa dos redactores do *Quotidien du Peuple* que decidiram publicar as críticas dos seus leitores, coisa à qual não se estava habituado nestes últimos anos. Está prestes a haver mudanças. Antes do mais, pessoas que tinham muito simplesmente renunciado a ler *Le Quotidien du Peuple* voltam a lê-lo regularmente. Talvez você tenha notado alguns leves melhoramentos no *Pékin Information!*

Só o tempo dirá até onde irão e a que velocidade se farão os progressos da propaganda. Mas o que é preciso sublinhar neste assunto, é que a propaganda não é a «realidade», é precisamente uma parte dela. E, ainda que o seu papel deva ser o de descrever de maneira precisa e didáctica o conjunto da realidade, a propaganda pode muito facilmente cair na deformação, o que até uma leitura crítica do *Le Monde* provaria. Penso que, no caso chinês, as deformações como as que acontecem hoje em dia são geralmente involuntárias. Mas a propaganda que nos ajudou, a si e a mim, a preparar as nossas categorias lógicas para os acontecimentos do último Outono era mais, em larga medida, uma apresentação voluntariamente deformada da cena política chinesa. Quem devemos incriminar? Parece evidentemente demasiado simples responsabilizar por tudo Yao Wen-Yuan ou os «quatro», para que tudo fique saldado. Os outros dirigentes não liam nunca *Le Quotidien*? Por que é que os responsáveis dos *mass-media* se acomodavam a estas deformações? E que dizer do público?

Sobre as reacções dos dirigentes, nada se pode dizer com precisão. Sabemos pelo menos que o presidente Mao tinha o hábito de ler *Le Quotidien* e que o criticava tanto no estilo como no conteúdo. Talvez que na altura em que os «quatro» tinham conseguido falsificá-lo completamente ele tivesse renunciado a lê-lo, como as pessoas de quem falei anteriormente, mas duvido disso. Quanto aos outros dirigentes, não tenho pessoalmente nenhuma informação sobre os seus hábitos de leitura. Mas, para tentar responder à questão: por que

é que aqueles que são directa e quotidianamente responsáveis pelo estilo e pelo conteúdo se acomodavam a isso?, pisamos um terreno muito mais sólido. Temos muitas provas concretas. Permita-me que lhe diga que a fronteira entre a manipulação manifesta com fins precisos e a deformação involuntária na qual as pessoas da informação estavam metidas é uma fronteira fácil de transpor, que se pode facilmente ultrapassar sem nos apercebermos. Se reler a propaganda escrita dos últimos anos, não encontrará aí descontinuidades repentinas ou chocantes. Não há razão para pensar que aqueles que são responsáveis pela sua criação o devam fazer. O que alguns puderam verificar foi um pouco mais de orientação vinda de cima quanto à «linha justa», um pouco mais de controlo sobre a escolha dos artigos (além de alguns artigos de «Liang Hsiao» e de «Lo Ssu-ting», alguns também do «Grupo Crítico Comum de Massas» das Universidades de Pequim e de Tsinghua); um pouco mais de intervenção na redacção dos editoriais (fornecem-se citações encarnando as mais recentes «preocupações» do presidente Mao, por exemplo). Quem se poderia queixar disso? A atenção cada vez maior dos delegados do comité central não era senão a confirmação da importância particular dada ao trabalho de propaganda. Não?

Nós já respondemos parcialmente à questão sobre o leitor final, o grande público. Não há razão para supor que tenham detectado qualquer descontinuidade importante naquilo que lhes era servido todos os dias. Pelo contrário, sabemos que uma dieta prolongada tinha como resultado aumentar a incerteza e a confusão. A população no seu conjunto era, apesar de tudo, absorvida pela realidade social. À medida que o fosso se aprofundava — ainda que imperceptivelmente — entre o que se lia ou ouvia (vindo de fontes oficiais) e o que se vivia, duas coisas aconteceram. Primeiro, como o fiz notar, cada vez menos pessoas liam e escutavam; e em segundo lugar, os que permaneciam fiéis deviam exercer as suas faculdades de racionalização a um grau cada vez maior.

Bom, se o quadro que acabo de descrever lhe parece deplorável, pelo menos não se pode atribuir os problemas unicamente à direcção actual. Na realidade, se você se resolvesse a continuar a ler a propaganda, veria que dois dos temas do «após quatro» foram a oposição à escrita estereotipada e a procura da verdade a partir dos factos. Se, para além disso, você prefere orientar a sua investigação numa direcção mais histórica, isso levava-o um pouco mais longe do que a denúncia dos «quatro». Se você examinasse, por exemplo, o conjunto dos documentos publicados depois da libertação, veria que houve uma nítida linha de partilha, uma ruptura evidente no estilo e no conteúdo jornalístico. Teve lugar no fim da Primavera de 1966 — foi um dos produtos da Grande Revolução Cultural Proletária. Dito de outro modo, a Revolução Cultural engendrou efectivamente consequências negativas, ou melhor, exarcebou tendências negativas latentes. O presidente Mao disse que as consequências negativas da Revolução Cultural representavam cerca de trinta por cento, enquanto as consequências positivas eram cerca de setenta por cento. Isto não deveria surpreender o dialéctico e o autor de *Luttes de Classes en U.R.S.S.*, que você é.

Um outro exemplo. Na crítica que faz à política internacional da China — um assunto decididamente muito controverso no estrangeiro —, você diz que a luta contra as duas superpotências foi sendo progressivamente substituída pela luta exclusiva contra o social-imperialismo. Depois de desenvolver este tema mais que duvidoso, você informa-nos que «as práticas actuais do P.C.C. estragam o prestígio da China junto dos povos, principalmente no Terceiro Mundo». Se é difícil negar que as práticas da China em matéria internacional devem surgir a maior parte das vezes como desconcertantes, para aqueles que não têm um conhecimento suficiente do materialismo dialéctico (do «realismo»?), essas práticas, apesar disso, não são novas. Se relesse *Pékin Information,* veria que uma recrudescência das práticas que evoca coincide mais ou menos com o início do decénio. Essa leitura mostraria também que, se Chu En-lai fosse o seu principal executante quotidiano (antes de se ter confiado essa tarefa a Teng), Mao Tsé-tung estava longe de ser simplesmente o espectador recalcitrante dessas práticas. Bastavam fotografias, para acumular provas irrefutáveis da cumplicidade do presidente Mao. Posso repetir-lhe o que a propaganda chinesa se esforça por explicar? O presidente Mao era não só parte importante daquilo que você descreve como práticas que estragam o prestígio da China como foi o principal arquitecto da estratégia revolucionária que as sustém. É legítimo perguntar-se se a direcção chinesa não cometeu alguns erros aplicando as suas grandes linhas. Mas, se os cometeu, a própria propaganda chinesa obriga-nos a ser justos na atribuição das responsabilidader. Quanto à perda de prestígio da China junto dos povos do Tesceiro Mundo, é difícil ter a impressão, partindo da propaganda

CDM-8

aqui disponível, que os dirigentes do Terceiro Mundo (mesmo os dirigentes progressistas) sejam daqueles de quem se possa pensar que perderam o respeito pela China.

Poderia continuar com outros exemplos, mas receio aborrecê-lo. Direi somente que aquilo que se apresenta a si e a mim como um massacre verbal dos «quatro» não é também uma novidade. Aí, também, basta o *Pékin Information* para o provar. Releia as acusações contra Liu Shao-chi e Lin Piao (e os veredictos). Eram essas acusações reveladoras de uma linha revisionista?

Você pode verificar que não estou a dizer que não serve de nada ler os diversos órgãos de propaganda publicados pela China. Pelo contrário, pode recolher-se uma quantidade enorme de informações exclusivamente a partir das edições em língua estrangeira. Infelizmente, os artigos mais significativos nem sempre são os escolhidos para serem traduzidos, e estes têm por vezes sido trabalhadores pelos redactores de Hsinhua perdendo em grande parte o seu impacte. Poder ler o chinês ajuda muito a perceber. Deixe-me dar-lhe um exemplo. Na sua carta, você diz que «a luta contra o direito burguês já não é praticamente mencionada». Nenhum leitor fiel da documentação escrita em chinês poderia afirmar uma coisa dessas (poderia até pôr em dúvida a sua utilização das palavras «luta contra» pensando que se trata de «restringir» o direito burguês e não de «lutar contra»). Poderia, em primeiro lugar, fornecer-lhe uma lista de artigos teóricos publicados na China, precisamente sobre este assunto, o ano passado. O último que chamou a minha atenção foi um artigo relativamente longo de Li Hung-lin que apareceu justamente há quatro dias no *Quotidien du Peuple* (27 de Setembro, pág. 3). Entre outras coisas, traça uma linha de distinção entre o direito burguês, os salários conforme o trabalho e as práticas absolutamente ilegais. Não teríamos podido fazer estas distinções há dois anos atrás; a teoria progrediu.

Continuemos. Se a propaganda chinesa nem sempre foi tão digna de fé como a propaganda ocidental oficial sobre a China (pelo menos num passado recente), nem uma nem outra são as únicas fontes de informação existentes para aqueles que procuram verdadeiramente compreender. Houve sempre reportagens de observadores «independentes» que tiveram acesso, em graus diferentes, tanto aos dirigentes como aos simples cidadãos. Houve sempre os relatórios, publicados oficialmente (ou oficiosamente), discursos sobre domínios

diversos, e os documentos diplomáticos. Essas fontes são-lhe todas acessíveis em Paris e, como o deixam perceber as suas várias obras publicadas, você parece consciente das forças e fraquezas que são inerentes a tais fontes. Os observadores independentes não são forçosamente observadores «objectivos», mas, enquanto marxista, você devia ter em conta as tendências deles. Os discursos, os documentos do Partido e do Governo têm também os seus problemas específicos, mas o seu grande conhecimento da documentação soviética deu-lhe com certeza a consciência da diferença que há entre a compreensão limitada de um dirigente ou de uma direcção e os erros honestos, por um lado, e por outro lado, a mentira consciente.

Deixe-me dar-lhe só um exemplo daquilo que se pode aprender com tais fontes. Peguemos de novo na questão do direito burguês. O discurso pronunciado pelo vice-primeiro-ministro Yu Chin-li na Primavera do ano passado na Conferência Nacional de Taching (*Pékin Information,* n.º 22, 1977) não acrescenta, talvez, grande coisa à discussão teórica sobre o direito burguês; contudo, dizia várias coisas de alcance prático imediato. Se se detiver no quinto parágrafo deste discurso, verá que o vice-primeiro-ministro Yu faz um apelo ao desenvolvimento dos serviços públicos que contribuem para reduzir as disparidades e as privações resultantes da existência persistente do direito burguês. Evidentemente, se você é daqueles que pensam que o problema do direito burguês pode ser «resolvido» tirando alguma coisa aos que estão relativamente mais à vontade, ou cujas necessidades são menores, para dar àqueles que têm maiores necessidades, então não ficará satisfeito com o meu exemplo. Mas, então, você não tomará consciência das tensões extremas, mesmo de conflitos em grande escala, a que uma tal política levaria. (A que super agência, aliás, se poderia confiar o encargo de tomar decisões, que muitos considerariam arbitrárias, sobre as «necessidades»?) Seja o que for que você pense sobre isso, o direito burguês será restringido, já está a sê-lo, segundo o método preconizado por Yu Chiu-li; os efeitos serão acelerados à medida que cresçam as forças produtivas. Para fazer contraste, a falta de interesse pelas — ou se prefere «a incapacidade em propor» — etapas práticas indo no sentido de uma solução por parte de Yao Wen-Yuan e Tchang Tchuen-kiao, os nossos teóricos preferidos, não escaparam às massas.

Isto leva-nos ao ponto seguinte. A propaganda, as reportagens de independentes, os discursos e os documentos chega-

ram-lhe muito provavelmente sob a forma escrita, a menos que você possa captar Rádio Pequim. Isto significa que mesmo que você seja um adepto da «leitura entre linhas», não haverá um verdadeiro diálogo, você não terá nenhuma oportunidade de apanhar um desses sinais reveladores que nos ajuda a ter uma atitude — talvez uma afinidade — frente a um informador vivo. Um historiador deve em geral satisfazer-se com as fontes escritas e de tudo aquilo que o acaso possa deixar como objecto que lança alguma luz sobre um assunto. Deve tentar insuflar-lhe uma nova vida. Você, como historiador dos primeiros anos da revolução russa, deve conhecer bem este problema. É possível que possamos ter a sensação de «conhecer» verdadeiramente Lenine depois de ter lido os quarenta volumes das suas obras completas, mas arriscamo-nos a sentirmo-nos muito menos familiarizados com a maior parte dos outros principais dirigentes soviéticos. Mas, mesmo quando não nos podemos encontrar, pessoalmente, com os altos dirigentes, nem falar-lhes, não nos será possível saber muito junto daqueles que tiveram essa sorte? Ou junto dos que foram, em certo sentido, o objecto das decisões políticas e do governo desses dirigentes durante um longo período? Estou convencido de que o seu trabalho sobre a União Soviética teria sido bem menos útil aos seus leitores se você não tivesse permanecido naquele país, se você não tivesse trabalhado e adquirido uma grande familiaridade com alguns dos habitantes da União Soviética, das suas conquistas e dos seus problemas. Talvez você ainda consiga manter um contacto directo com certos aspectos da vida soviética. Se assim é, esse contacto deve ajudá-lo a escrever o segundo e o terceiro volumes do seu trabalho e a fazer melhores livros sobre esse assunto.

É por estas razões que é surpreendente que a sua carta de demissão não mencione nenhuma alusão à utilidade que seria entrar agora em contacto com aspectos da realidade chinesa diferentes de tudo o que é impresso, dos quais já falei. Porque não temos que nos preocupar com factos passados mas com acontecimentos contemporâneos, esta omissão é-me praticamente incompreensível. Sei que você esteve na China várias vezes anteriormente. Não tenho a certeza disso, mas suspeito que você não sabe ler nem escrever em chinês. Acha que não aprenderá nada mais vindo aqui uma outra vez? Tem a impressão que o problema linguístico é uma barreira insuperável para dialogar com os chineses que poderiam responder às suas dúvidas precisas? Ou você aderiu à ideia actualmente

em voga nos círculos dos sinólogos franceses que dizem ser as regras que regem os contactos com os estrangeiros e as fantásticas aptidões de organização e disciplina das autoridades chinesas impeditivas de conhecer outra coisa que não sejam as variantes da «linha oficial»? Se se trata duma destas razões ou duma mistura delas, posso dizer-lhe simplesmente que você está a ser vítima de um pensamento metafísico. Cada uma destas considerações oculta um elemento da verdade. Mas, na sua essência, são falsas — sem excepção.

Deixe-me mostrar-lhe como dois dos argumentos apresentados na sua carta poderiam ser encarados duma outra forma depois duma viagem, embora breve, aqui. Primeiramente, se o levassem a fazer uma «visita-tipo» a uma fábrica à sua escolha (digamos, por exemplo, a tipografia das edições em línguas estrangeiras), você poderia, durante a habitual hora consagrada às perguntas, levantar a questão aparentemente contraditória da falsificação das fotografias. As respostas dos seus hospedeiros podiam variar no pormenor, mas penso que em substância se limitariam a isto: que a presença de certos dirigentes, ou a sua ausência, nas fotografias é essencialmente uma questão de aprovação geral ou de firme desaprovação da linha política deles. Você poderá retorquir que isso é absurdo, que uma foto não é senão o reflexo dum acontecimento positivo. Tenho boas razões para pensar que isto traria o desacordo deles e dir-lhe-iam ainda que se alguém tivesse tentado obrigar as tipógrafos a publicar estas ou aquelas fotos da direcção reunida durante as exéquias do presidente Mao, em *La Chine en Construction*, *Pékin Information*, ou *La Chine en Images*, teria provocado uma obstrução enérgica vinda dos próprios tipógrafos. Se tais argumentos não o satisfizessem e perguntasse francamente porque é que Hsinhua podia ser de tal maneira hipócrita para classificar essa mesma técnica de cobarde quando foi empregue sob as ordens dos «quatro», lembrar-lhe-iam ironicamente que eram os indivíduos de quem os «quatro» tinham retirado as fotografias. Se você se lançasse então num monólogo sobre a mistificação e a má consciência, um dos seus hospedeiros mais picuinhas podia muito bem inverter a questão e pô-lo a si em xeque, a propósito dos hábitos de redacção e de edição em França. Por fim, se você levantasse os braços ao céu em sinal de desespero e perguntasse a si mesmo em voz alta como é que a história poderia ter sentido, os seus auditores não compreenderiam provavelmente o seu dilema — ou, se o compreendessem, pode-

riam muito bem retorquir-lhe que a história depende do trabalho dos arquivistas e dos historiadores, que a prática incriminada não diz respeito à «história» mas à luta de classes actual e que de outra maneira nenhum historiador digno deste nome poderia aspirar a ilustrar um trabalho com fotografias de gente tão desprezível como os «quatro». (Digamos de passagem que a publicação recente de certas fotos que os «quatro» foram acusados de ter falsificado dá um certo peso ao argumento sobre o trabalho dos arquivistas, mesmo dos historiadores; os negativos nunca foram destruídos). Agora, é possível que você saia da reunião com a sensação que a única explicação plausível a respostas tão «irracionais» é que você teve que se haver com hospedeiros dotados de um nível de compreensão teórica particularmente baixo; mas, depois de ter submetido, em ocasiões ulteriores, as mesmas «contradições» a outros hospedeiros e tiver ouvido variações sobre o mesmo tema, só lhe restará escolher entre duas explicações possíveis (deixo de lado a terceira possibilidade segundo a qual era você que não tinha razão, mas sim os seus hospedeiros). Uma primeira explicação seria a de que tinham anteriormente informado os seus interlocutores sobre tudo o que sabiam de si e das suas dúvidas — e que se lhes deu indicações sobre o que deviam ser as respostas deles a todas as suas questões possíveis e imaginárias. Pensar isto seria, na minha opinião, absurdo. Outra explicação possível seria a de que você foi muito simplesmente confrontado com um facto objectivo; no que diz respeito às fotografias dos dirigentes, há na China uma opinião largamente espalhada que não corresponde à ideia que prevalece em certos países que você conhece. Como marxista que é, você devia pegar neste facto, associá-lo a outros factos da mesma ordem e submeter o conjunto a uma análise, utilizando os métodos que lhe são familiares. Mas não vejo, de modo nenhum, como uma destas explicações poderia levá-lo a concluir que triunfa neste momento uma linha revisionista — por oposição, digamos, há dois anos, ou há dez anos. Se quer provas para apoiar este argumento, pegue nos exemplares de *La Chine en Construction* de 1967 e de 1968 e veja as fotografias. Você terá dificuldade em atribuir a prática da falsificação só a uma equipa dirigente.

Um outro conjunto de dúvidas que uma viagem à China neste momento o obrigaria a reconsiderar diz respeito a tudo o que na sua carta você classifica como «calúnias e difamações», «inverosímeis acusações» e «mentiras grosseiras». Aqui também, um inquérito no terreno fá-lo-ia inevitavelmente encontrar aqueles que estão na origem das histórias que você tão firmemente catalogou. Veria então que os responsáveis disso não são só os dirigentes que participaram na queda dos «quatro» em Outubro último, nem romancistas a soldo de uma imprensa diabólica. Admitiria provavelmente que a maioria deles são trabalhadores médios ou pequenos quadros, de um género ou de outro. Uma vez excluída a possibilidade de que sejam todos grandes oportunistas, incorrigíveis mentirosos e bons actores, você teria provavelmente de pegar pelo menos em algumas das histórias deles, a sério. Essas pessoas pretendem mesmo ou ter sido testemunhas das actividades dos «quatro» que estavam muito longe daquilo que podiam, eles, espectadores, justificar como dependente da moral socialista, ou ter sido pessoalmente vítimas da repressão exercida pelos «quatro». E alguns destes fazedores de histórias exprimir-se-iam numa linguagem que bastaria para o convencer de que o seu conhecimento do marxismo não é só acidental.

Se você lhes perguntasse por que é que eles não tinham falado imediatamente na época dos acontecimentos que viram ou viveram, você teria várias respostas. Alguns dir-lhe-iam que tinham efectivamente falado nisso e que tinham sofrido por isso. Outros, provavelmente uma minoria, dir-lhe-iam que também tinham falado mas que os seus camaradas ou as organizações em que militavam os tinham protegido das represálias dos «quatro». Mas a grande maioria ter-lhe-ia sem dúvida respondido que o medo da repressão lhes tinham fechado a boca. Qualquer que seja o caso, se persistisse na sua investigação e verificasse a veracidade das histórias contadas, ter-se-ia apercebido que pelo menos algumas delas eram conhecidas e aceites por uma grande quantidade de pessoas muito antes do mês de Outubro do ano passado — não evidentemente pelo lado dos *mass-medida* oficiais, mas através daquilo que se chama aqui as «notícias da rua»: o «ouvi dizer que...»

Aqui, também, você teria de escolher. Ou persiste em manter que as acusações contra os «quatro» não passam de «calúnias e difamações», sem relação com a «linha», o socialismo, a prática deles; ou então você aceita que essas acusações fazem parte de provas para julgar os acusados. Se escolhesse a primeira solução, parece-me que você sugeriria com isso que a prática socialista é semelhante a um trabalho de rotação por

equipas — o que alguém faz «do seu tempo pessoal» só diz respeito a si próprio na medida em que mantém uma cadência aceitável enquanto está no trabalho. Escolhendo a segunda (as histórias são provas pertinentes), iria ao encontro da maioria dos chineses. De qualquer modo, era necessário aceitar um outro facto objectivo: de que neste país está grandemente espalhada a crença de que as histórias são verdadeiras, que a conduta descrita não é socialista e que os «quatro» são bem culpados daquilo que os acusam. Aí, você teria que analisar este facto associando-o a outros factos. Mais uma vez, não vejo como a sua análise poderia levá-lo a concluir que triunfa neste momento na China uma linha revisionista — por oposição, digamos, ao que se passava há três anos e meio. Se precisa de provas disto, leia atentamente a propaganda publicada em 1974 sobre Lin Piao ou, melhor ainda, recorde-se de certas histórias que lhe contaram sobre Lin e os seus correligionários quando da sua última viagem à China.

Estes argumentos levam-nos a um outro problema fundamental. Qual o papel da consciência — e das ideias — das massas durante o período de transição para o socialismo? A sua carta poderia deixar pensar que não têm papel nenhum, enquanto eu tenho a certeza que você reconheceria imediatamente, num debate teórico, que o progresso da consciência das massas é uma questão central em todo o pensamento de Mao Tsé-tung sobre as transformações revolucionárias. Encaremos a questão um pouco mais de perto.

A consciência das massas — ou se prefere, a consciência de classe —, em dado momento, é um facto histórico objectivo. Toda a consciência é também, evidentemente, uma entidade dinâmica em transformação. Mas, face à necessidade de análise e de organização, não podemos fazer outra coisa senão imobilizá-la, examiná-la e descrevê-la. E, quando o fazemos, ela é o que é, nem de mais nem de menos; é um absurdo idealista falar do que ela «deveria» ser ou do que nós «desejaríamos» que fosse no momento em que a analisámos. Sendo como somos defensores da dialéctica, não podemos esquecer que é possível falar em termos gerais da evolução da consciência, ou até da maneira como ela deveria ser «desenvolvida», mas teremos de admitir que não podemos saber o que significa uma consciência proletária «plenamente desenvolvida». (Na realidade, uma tal coisa não existe, e só um metafísico pode pensar que possa existir.) De qualquer modo, não sabemos efectivamente hoje em dia muito sobre a natureza do seu processo de desenvolvimento. Agora, poderíamos cair no debate ainda em vigor sobre a ligação estreita entre a consciência e o desenvolvimento das forças produtivas, qual é o factor determinante, etc., mas nada tenho a acrescentar no momento a estas polémicas teóricas. O meu objectivo ao pôr esta questão é ir mais longe.

O que quero sublinhar é que, se se procura apreender correctamente o conteúdo e o nível de consciência das massas num dado momento, é para extrair os dados necessários à elaboração e à progressão de uma estratégia para a transformação revolucionária. A qualidade desta estratégia dependerá da precisão dos dados. Um materialista não pode deixar de pensar assim. Pode ser que você esteja convencido de deter a verdade sobre questões como a das fotografias falsificadas (tenho tendência a pensar que é o caso) e sobre as «difamações e calúnias» (tenho tendência a pensar que é o caso); você é, contudo, confrontado com factos objectivos que tomam a forma de desacordo largamente partilhado aqui, na China, em relação às suas ieias sobre o assunto. Do mesmo modo, *pode acontecer* que os «quatro» estivessem convencidos de deter as chaves das transformações revolucionárias desejáveis para a sociedade chinesa, mas parece que, pelo menos nestes últimos anos, não conseguiram convencer as massas — ou manter a convicção delas.

A convicção de uma minoria enfrenta os «protestos» das massas. Da mesma maneira, o «marxismo avançado» enfrenta a inércia popular. Quem ganha? A resposta burguesa é ambígua: ou a minoria deveria ceder perante os desejos da maioria, ou então os que não têm razão deveriam ceder perante os que a têm. A resposta marxista é: nenhuma das duas. A minoria convencida tenta criar, ou pelo menos descrever, uma prática que convencerá as massas (uma discriminação, talvez, dos efeitos concretos das fotografias falsificadas sobre os leitores estrangeiros?). As vanguardas marxistas (se são verdadeiros marxistas científicos) tentam organizar uma manifestação convincente, em escala limitada, ou então dar às massas as condições que lhes permitam verificar a validade das novas verdades, ver as vantagens inerentes e apropriar-se delas. Posso citar uma vez o presidente Mao Tsé-tung?

«O Comité Central sublinhou várias vezes que as massas devem educar-se e libertar-se por si próprias. É assim porque não se lhes pode impor uma visão do mundo. A fim de transformar a ideologia (consciência), é necessário que as causas

externas ajam através das causas internas, embora estas sejam o princípio.» (31 de Agosto de 1967.)

Eis-nos chegados ao último grande problema dos que eu queria debater: a relação dos dirigentes com os dirigidos, com as massas. A sua carta, sem o afirmar directamente, faz crer que são os dirigentes actuais do P.C.C. os responsáveis pela linha revisionista que se calcula venha a triunfar. Poder-se-ia também deduzir que você pensa que essa linha revisionista não triunfaria hoje em dia se os «quatro» estivessem ainda no poder (ou pelo menos partilhassem do «poder»). Tentei mostrar mais acima, com vários exemplos, que a direcção actual estava longe de ser a única responsável por certas coisas que você condena e que lhe servem para fazer a acusação de revisionismo. O meu objectivo não era lançar a dúvida sobre o presidente Mao (nem sequer sobre aquilo a que você chama a «vigilância» dele), nem acusar todos os dirigentes chineses a vários níveis. Tentei restabelecer certos vínculos entre os dirigentes chineses e os que são dirigidos por eles — entre os dirigentes e o meio socio-político em geral —, vínculos que estavam tão deploravelmente ausentes da sua carta. Suponho que esta omissão reflecte certos defeitos de base na sua visão profunda do governo.

Pensa verdadeiramente que os altos dirigentes chineses deveriam exercer um controlo directo sobre todos os aspectos do trabalho e da vida quotidiana do povo chinês? Acha que uma coisa dessas é possível? Pensa mesmo que os dirigentes chineses deveriam — ou poderiam — impor os pontos de vista deles por mais marxistas-leninistas, avançados, científicos e preventivos que fossem? Ou, para ser mais preciso, os membros da Comissão Política deveriam corrigir previamente todos os artigos impressos pela agência de notícias Hsinhua? O presidente Mao deveria poupar a toda a gente a confusão, a angústia — e a aprendizagem — dos últimos anos afastando ele próprio os «quatro»? (Nesse caso, por que não Liu Shao-chi em, digamos, 1962, ou Lin Piao em, digamos, 1969?) Deveria também poupar a toda a gente a confusão, a angústia — e aprendizagem — da Revolução Cultural? Os «quatro» deveriam continuar a prender os recalcitrantes até que as pessoas que ficavam em liberdade se submetessem ao seu «marxismo-leninismo avançado»? Estou convencido, de facto, que você não acredita nessas coisas, porque algumas delas parecem-se mais com fascismo do que com o socialismo com o qual você está comprometido. E, contudo, sem mesmo ter de forçar

a imaginação, era possível tirar conclusões dessas nas posições tomadas por si na sua carta.

Os seus livros, contudo, são completamente diferentes. Lendo-os, temos a impressão que você entendeu que os grandes dirigentes socialistas — como Lenine e Mao — foram daqueles que desenvolveram essa capacidade rara entre todas: saber encarar um acontecimento ou um processo complexo, retirar a sua essência ou resumir a tendência principal, para em seguida o reinserir na realidade de conjunto da qual faz parte, de forma positiva. Mais concretamente, qual é esta «forma positiva»? É aquela que ajuda os que fazem verdadeiramente a história, as massas, a avançar; a que as ajuda a educarem-se e a libertarem-se a si próprias, a transformar a sua ideologia.

Se o que eu disse é justo, a essência de uma verdadeira direcção é pedagógica: os melhores dirigentes não são outra coisa senão os melhores professores. Não aqueles que agem como se tivessem o monopólio da compreensão. Nem aqueles que tentam encher os estudantes com factos e teorias que não podem, pelo facto de terem uma experiência limitada, verdadeiramente apreender. Nem tão-pouco aqueles que pensam que uma dose de terror ajuda a progredir o processo de aprendizagem. E também não são os professores paternalistas que receiam inconscientemente o dia em que os «seus» estudantes serão suficientemente independentes para se arranjarem sem a tutela deles. Penso naqueles professores que consideram o seu próprio saber como um sinal de confiança do povo, que consideram o processo de aprendizagem como uma experiência recíproca, que encorajam pelo seu exemplo o trabalho difícil e a aquisição da autodisciplina e cuja maior felicidade é ver aqueles com quem descobriram e transformaram o mundo à sua volta, irem-se, para continuarem o processo com outros.

Mao Tsé-tung será sempre conhecido entre os povos revolucionários, na China e no mundo, como «o grande dirigente e educador». Qualquer que seja o nome que se lhes dê, não se pensará nunca, provavelmente, num dos «quatro» como um grande «professor» de massas. Quanto aos membros da equipa actual é necessário esperar e ver. Mas devemos pensar que algumas das circunstâncias que criaram um Mao Tsé-tung já não existem na China; existem outras e novos desafios. Não fiquemos surpreendidos com o facto de o estilo de trabalho individual diferir de um dirigente para outro. E não nos apressemos em classificar de «revisionistas», de «capitalistas» ou da-

quilo que você quiser, aqueles que não estão à altura do perfil ideal que delineei mais acima. Por outro lado, não deixemos de reconhecer um bom governo quando deparamos com ele.

Eu gostaria de lhe mostrar que na realidade a direcção actual agiu bastante depressa para criar — recriar — as condições essenciais a partir das quais as massas podem continuar a educar-se e a libertar-se a si próprias. Já fez muito para banir a incerteza, a desordem e o medo de tratamentos arbitrários dos quais um grande número de chineses já fizeram a experiência — como de um fenómeno «real» — estes últimos anos e estão convencidos de que a responsabilidade disso compete aos «quatro». A direcção está neste momento preciso a pôr de pé novos regulamentos para aliviar a insegurança económica dos habitantes das cidades, procedendo para isso a um reajustamento do leque de salários a favor das categorias cujo rendimento é mais baixo. Afastou a emulação socialista das nuvens da «teoria das forças produtivas». Todos estes passos em frente, e outros que virão, são positivos e só podem conduzir a um reforço da iniciativa das massas.

Quanto aos utensílios de que as massas têm necessidade para se educar e se libertar a si próprias, muito dificilmente se pode apanhar a nova direcção em falta. Repare nos factos. Lançaram um programa para a publicação das obras principais de Mao Tsé-tung. Reforçaram e popularizaram os modelos — os de Tachai e Taching — que estão tão estreitamente associados ao nome de Mao e reafirmaram o princípio das empresas socialistas — a carta d'Auchang — que o presidente Mao tinha apoiado. Mas, o que é mais importante, introduziram modelos de comportamento para os membros do Partido na nova constituição do Partido, inventaram certas instituições para que esses modelos sejam cumpridos e esforçaram-se para que esses modelos sejam conhecidos por toda a população.

Penso pela minha parte que as transformações que acabo de enumerar não são métodos de revisionistas. Mas talvez haja, como no passado, grandes vícios no meu sistema e nas minhas categorias lógicas e talvez me seja finalmente provado que eu não tenho razão. Até porque, como você, eu não posso saber a amplidão das forças que se opõem ao regime político actual. Mas, quer tenha razão ou não, tenho a certeza duma coisa: trata-se da história e são as massas que devem ser o juiz.

A República Popular da China tem hoje vinte e oito anos. Em certos aspectos, a sociedade chinesa é um organismo mais complexo, mais dinâmico do que no 1.º de Outubro de 1949.

Não é de maneira nenhuma uma sociedade perfeita. Enquanto a tendência principal é, creio eu, «ir em frente», há também passos atrás. Mas isto não constitui em si uma novidade. A luta de classes continua; no momento está estreitamente associada aos diversos pecados atribuídos aos «quatro».

Você agita na sua carta o fantasma da destruição das aquisições da Revolução Cultural. Algumas destas aquisições serão efectivamente abandonadas, outras modificadas — algumas por boas razões, outras não. E porque as classes e a luta de classes não desaparecerão tão cedo, é até concebível que uma linha revisionista — verdadeira — consiga vencer um dia — por um golpe de Estado, uma intriga, uma luta pelo poder ou outra coisa (o nome pouco importa) — e que tente correr com eles. Mas as aquisições verdadeiramente importantes da Revolução Cultural poderiam de facto permanecer ocultas durante muito tempo? Impossível! Elas estão no nosso sangue. Inspiraram os seus livros. Alimentam os discursos do presidente Hua Kuo-feng. Sem elas, eu não poderia escrever esta carta. E, armadas com estas conquistas, as massas chinesas dispõem da arma mais eficaz para combater uma linha revisionista, se ela se manifestar.

Ficarei muito feliz por reconhecer os erros que tenho podido cometer na interpretação de fundo da sua carta e por receber críticas a qualquer dos argumentos por mim apresentados. Embora nunca tenha tido a oportunidade de me encontrar consigo, sempre o considerei, no passado, como um dos meus professores. Esta a razão por que espero aceite as minhas críticas com o mesmo espírito com que eu as formulei. Gostaria também de poder esperar que reconsidere as posições que assumiu na sua carta assim como os postulados que fundamentam as suas dúvidas. Que volte à China num futuro próximo e que lhe seja possível continuar a dar o seu contributo de partidário — um partidário crítico — da direcção actual. Quanto àqueles com quem você tem estado em desacordo acerca dos acontecimentos do ano passado, compete-lhes encorajá-lo a fazer tais esforços e, se mudar de sentimentos, recebê-lo sem reservas.

Sinceramente seu,

Neil G. Burton

ÍNDICE

Apresentação 9
O fim da Revolução Cultural... 12
O problema da democracia de massas... 14
O salto para trás realizado a partir do fim de 1976 15
Os comités revolucionários das unidades de produção e o reforço da direcção única 17
O «despotismo» fabril 18
As campanhas de emulação 20
O lucro, a acumulação e a concentração do poder de direcção no seio das empresas 21
A luta contra o «igualitarismo» no sector dos salários 24
As novas directrizes da política agrícola 26
A mecanização «acelerada» da agricultura 31
A depuração dos órgãos de direcção da agricultura... 35
A política do comércio externo 36
A destruição da reforma do ensino 37
A tentativa de liquidação «teórica» da Revolução Cultural 39
O regresso ao tema da existência de um «sistema socialista»... 43
As relações agricultura/indústria e indústria pesada/indústria ligeira ... 49
Os ritmos do desenvolvimento 50
A ideologia revisionista da neutralidade das ciências e das técnicas ... 53
Dogmatismo e revisionismo 56
Observações sobre o significado da expressão «linha revolucionária» ... 58
As condições políticas imediatas da derrota da «linha política de Mao Tsé-tung» no período que se segue à sua morte 61
As mudanças nas relações de força entre as classes e a vitória de uma linha revisionista 67
A Comuna de Xangai; alcance teórico e prático do seu desaparecimento rápido 77
A «herança ideológica» e o seu papel activo 85
O movimento actual e as suas perspectivas 91

ANEXOS

Carta de demissão da Associação de Amizade Franco-Chinesa, Charles Bettelheim 99
Carta a Charles Bettelheim, por Neil Burton 105

Este livro foi composto e impresso
na Tipografia Guerra
durante o mês de Maio de 1981
para EDIÇÕES 70

A partir da carta que lhe foi dirigida por Neil Burton, canadiano que vive em Pequim, Charles Bettelheim concebeu este livro em que revela qual o verdadeiro rosto da política interna da China após a morte de Mao Tsé-Tung e a eliminação do grupo dos «Quatro».

Para Charles Bettelheim, profundo conhecedor e grande amigo da Revolução Chinesa, foi uma política revisionista que sucedeu a uma política revolucionária, encerrando-se assim de forma inequívoca, a revolução cultural na China.

Embora escrito há quase três anos, este livro expõe toda uma tese que os acontecimentos posteriores só vieram reforçar.

LEITURA DA POLÍTICA

edições 70